

BALANÇO XII LEGISLATURA

GRUPO PARLAMENTAR DO PCP





PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Tel.: 800200358 / 213919202
Fax: 213917432
gp_pcp@pcp.parlamento.pt

www.pcp.pt
www.pcp.pt/assembleia-republica

Conteúdo

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar na XII Legislatura	4
2. Audições Públicas promovidas pelo Grupo Parlamentar	11
3. Debate Programa do Governo	14
4. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos	14
5. Interpelações ao Governo.....	19
6. Debate do Orçamento do Estado e Documento de Estratégia Orçamental	22
7. Moções de Censura apresentadas pelo PCP	28
8. Debate do Estado da Nação.....	30
9. Debates Quinzenais com o Primeiro-Ministro	31
10. Declarações Políticas.....	33
11. Jornadas Parlamentares.....	36
12. Comissões Eventuais.....	39
13. Pedidos de declaração de inconstitucionalidade e respetivos Acórdãos do T.C.	40
14. Projetos de Lei	41
15. Projetos de Resolução.....	54
16. Apreciações Parlamentares	71
17. Votos.....	78
18. Perguntas e Requerimentos.....	81

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar na XII Legislatura

I

A XII Legislatura ficou marcada pela agressão ao povo e ao País com a aplicação do Pacto assinado entre PS, PSD e CDS e a troica estrangeira constituída por FMI, BCE e UE.

O profundo retrocesso social e económico do país, após 4 anos e meio de aplicação de políticas de destruição das funções sociais do Estado e dos serviços públicos, de empobrecimento generalizado da população, de agravamento da exploração através da alteração da legislação laboral, de uma política fiscal de benefício ao grande capital e brutal aumento de impostos para os trabalhadores e o povo, de apoio à banca e aos grandes grupos económicos e do autêntico saque ao património do Estado que constituiu a política de privatizações, confirmam a natureza de uma política orientada para servir os interesses dos grandes grupos económicos e financeiro à custa da liquidação de direitos laborais e sociais, da destruição do emprego e da economia e da degradação do regime democrático.

A coligação PSD/CDS-PP, com o apoio e compromisso do PS, não apenas pelas responsabilidades do seu anterior Governo mas também pela subscrição e compromisso com o Pacto da troica e as suas medidas mais gravosas, constituíram a troica nacional responsável por essa política de exploração e empobrecimento que contou com a cobertura política e institucional do Presidente da República para se manter no poder apesar da perda da base social de apoio e da ilegitimidade da sua ação política.

Hoje, passados 4 anos, o balanço das consequências das políticas do Pacto de Agressão da troica está à vista e é profundamente negativo.

O PIB em termos reais passou de 181 mil milhões de euros em 2008 para 169 mil milhões em 2014, o que representa uma queda de 6.6% e faz o país recuar para os níveis de 2001. A destruição da economia e do aparelho produtivo fez o país andar para trás mais de dez anos.

A dívida pública que atinge já 130% do PIB e que mantém o seu carácter insustentável, para além de um de um encargo de juros que representará 60 mil milhões de euros entre 2014 e 2020.

O Investimento público teve uma quebra de 3 mil milhões de euros, passando de 7.2 mil milhões em 2009 para 4.2 mil milhões em 2014.

No mesmo período, destruíram-se quase 500 mil postos de trabalho, tendo a taxa de desemprego em sentido restrito passado de 9.45 para 13.9%, apesar da emigração de mais de 400 mil portugueses, a

maior vaga dos últimos 50 anos, e dos milhares de trabalhadores que frequentam estágios, formação e programas ocupacionais, que não são contabilizados como desempregados.

Hoje, o número de desempregados em sentido amplo ultrapassa já os 1.2 milhões de pessoas, o desemprego jovem atinge o 35% e apenas 1/5 dos desempregados recebem subsídio e desemprego.

As políticas de alteração para pior da legislação laboral e fomento da precariedade traduziram-se diretamente no aumento da exploração e na redução dos salários da generalidade dos trabalhadores portugueses, que recuaram 13% no sector privado e quase 26% na Administração Pública entre 2011 e 2013.

A redução dos salários se os cortes nas prestações sociais fizeram a taxa de pobreza passar de 17.9% para 25.9% entre 2009 e 2013, atingindo nesse ano 2.7 milhões de portugueses.

A estes números, têm que se somar os efeitos na vida da grande maioria da população que resultam das políticas de ataque às funções sociais do Estado e das privatizações, com o condicionamento do acesso aos cuidados de saúde, à educação, aos transportes públicos e à justiça.

Este conjunto de políticas e os seus desastrosos efeitos conviveram de perto com as mordomias ao capital. Não houve crise, troica ou austeridade que impedisse este governo de tomar as medidas necessárias para garantir que a balança da distribuição da riqueza se inclinasse ainda mais a favor dos grupos económicos e financeiros.

O recente exemplo, denunciado pelo Grupo Parlamentar do PCP, do perdão fiscal atribuído ilegalmente pelo Governo ao Novo Banco no valor de, pelo menos, 445 milhões de euros é um exemplo flagrante da natureza de classe da política concretizada pelo Governo PSD/CDS: o dinheiro que se dizia não existir para devolver salários e pensões, apoiar os desempregados ou combater a pobreza nunca deixou de aparecer quando se tratou de manter os privilégios e benefícios da banca, dos especuladores ou dos grandes grupos económicos.

II

Confirmando tendências e opções de anteriores legislaturas, a Assembleia da República foi muitas vezes desrespeitada e instrumentalizada pelo Governo e pela maioria PSD/CDS, que não hesitaram inclusivamente em utilizar este órgão de soberania como arma de arremesso na sua estratégia de confronto contra o Tribunal Constitucional.

O clima de afronta ao Tribunal Constitucional promovido pelo Governo e apoiado pelo Presidente da República, mais que um diferendo institucional representou um autêntico ataque à Constituição da República.

Esta situação não está desligada do facto de a maioria ter alicerçado os eixos centrais das suas políticas em medidas que afrontaram diretamente e violaram a constituição, tendo tido três Orçamentos do Estado com medidas declaradas inconstitucionais num total de treze declarações de inconstitucionalidade relativas a medidas aprovadas pelo Governo ou pela maioria PSD/CDS.

A XII Legislatura demonstrou novamente a identificação entre o partido do arco da dívida, PSD, PS e CDS-PP que, se descontarmos as diferenças laterais e as táticas próprias de cada partido, não deixaram de se encontrar e coincidir nos aspetos centrais, desde logo no que diz respeito à política fiscal, ao agravamento da exploração dos trabalhadores e nas questões relacionadas com a União Europeia, como ficou patente na discussão do tratado Orçamental.

III

O Grupo Parlamentar do PCP, dando expressão institucional à atividade do PCP e à luta dos trabalhadores e do povo, marcou decisivamente esta Legislatura não apenas pela qualidade, diversidade e quantidade de iniciativas parlamentares, mas principalmente porque elas corresponderam, em cada momento, à denúncia dos problemas sentidos e à necessidade de combater as políticas do governo, bem como à apresentação de propostas concretas para os problemas que atingiram os trabalhadores e o povo numa clara afirmação de que é possível uma verdadeira alternativa patriótica e de esquerda.

O nosso trabalho parlamentar assenta no conhecimento do país e no contacto constante com os problemas concretos de cada região e sector. Apesar de não termos deputados eleitos por todos os círculos eleitorais não deixámos de, em cada Distrito, contactar semanalmente com instituições, trabalhadores, autarcas e representantes locais, única maneira de poder intervir no sentido das necessidades do país e do povo. **Fizemos centenas de visitas em todo o país e recebemos, em reunião na Assembleia da República, mais de 800 pessoas e instituições.**

Realizámos 30 Audições Parlamentares temáticas, que foram momentos importantes de contacto e debate e que serviram para trazer à discussão na Assembleia da República temas da atualidade como a dramática situação que o Serviço Nacional de Saúde atravessou no início de 2015, os diversos momentos de ataque à legislação Laboral e Contratação Coletiva, as privatizações, dos CTT e das empresas públicas de transportes, o ataque ao Poder Local Democrático e a extinção das Freguesias, as alterações ao Mapa Judiciário, entre outras.

Destas audições destacamos o debate em sobre a **Constituição da República – Projeto de desenvolvimento e soberania nacional**, realizado em Abril de 2015, 40 anos após a eleição da Assembleia Constituinte, e o **Colóquio – Renegociar a dívida, defender o povo, defender o País**, realizado em Março de 2015.

Foi da soma da proposta política do PCP com o conhecimento profundo da realidade do país, que resultou um trabalho ímpar na Assembleia da República com as **105** Apreciações Parlamentares, os **432** Projetos de Lei, os **472** Projetos de Resolução e as mais de **4.800** Perguntas e Requerimentos.

Os debates dos **Orçamentos do Estado** foram períodos de intenso combate político porque representaram para o Governo os momentos chave da aplicação da agenda de empobrecimento e transferência de recursos públicos para interesses privados. O PCP denunciou e enfrentou todas e cada uma das medidas apresentadas mas, ao mesmo tempo, apresentou centenas de propostas, sérias e viáveis, que demonstraram em cada momento a possibilidade real de uma alternativa às opções da maioria.

De entre as variadas propostas orçamentais que o PCP apresentou destacamos, pela sua relevância e impacto orçamental, as **propostas fiscais apresentadas nesta última sessão legislativa**, que permitiriam desonerar fiscalmente os trabalhadores e as famílias, assim como as micro e pequenas empresas, e obrigar o grande capital a um esforço fiscal mais elevado e adequado. ([consultar Projeto de Resolução](#))

Como já referimos, esta Legislatura fica marcada por uma governação contra a Constituição, que não hesitou em ultrapassar os limites constitucionais para cortar salários e pensões, para aumentar a precariedade e a exploração.

Em conjunto com deputados das bancadas do Partido Ecologista “Os Verdes” e do Bloco de Esquerda, requeremos a fiscalização da constitucionalidade da **Lei n.º 23/2012, de 25 de Junho «Procede à alteração ao Código do Trabalho, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro – Orçamento de Estado de Estado para 2013, Lei n.º 68/2013 - Regime de contrato de trabalho em funções públicas (40 horas), DL n.º 133/2013 – Estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, Lei n.º 83-C/2013 – Orçamento de Estado para 2014 e Lei n.º 13/2014, de 14 de março, que procede à primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013 - Orçamento Retificativo**, tendo com estas iniciativas dado um contributo para a derrota de várias das gravosas medidas que cada um destes diplomas continha. Apresentámos ainda os pedidos de fiscalização da **Lei n.º 30/2014 – Valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de saúde ADSE, SAD e ADM** e da **Lei n.º 72/2014, de 2 de setembro, que procede à segunda alteração à Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, que estabelece a Lei dos Baldios**, que aguardam ainda decisão.

O PCP não deixou de em cada momento utilizar todos os instrumentos constitucionais para combater o Governo PSD, CDS-PP, desde logo o mais decisivo deles, a **Moção de Censura**. Dando expressão parlamentar à luta dos trabalhadores e do povo e considerando a perda de legitimidade política de um governo que no primeiro dia de governação rasgou todas as promessas eleitorais de acabar com a austeridade e que se assumiu como representante dos interesses do grande capital e da troica, o PCP censurou o governo nas I^{as}, II^{as} e III^{as} Sessões Legislativas.

Através das oito **Interpelações ao Governo** feitas pelo PCP durante a XII Legislatura, tivemos oportunidade de confrontar o governo com os efeitos que a execução do pacto de agressão foi tendo ao longo da Legislatura, no Serviço Nacional de Saúde, na destruição do emprego e na redução e direitos, no empobrecimento generalizado da população, na concentração da economia e destruição de milhares de pequenas e médias empresas.

Estas Interpelações serviram também para o PCP afirmar as suas propostas para uma política alternativa, com soluções capazes de resolver os problemas do país.

Utilizando as possibilidades que o Regimento da AR atribui a cada Grupo Parlamentar, o PCP não deixou de em cada momento agendar no Plenário, através da marcação de **Debates de Atualidade, Debates de Urgência e Agendamento Potestativos**, as suas propostas e posições políticas, nomeadamente as propostas de aumento do Salário Mínimo Nacional, as propostas para a ampliação das fontes de financiamento da Segurança Social e a garantia do seu carácter público, universal e solidário, a defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, o debate sobre a perpetuação do enorme aumento de impostos que constitui a Reforma do IRS, os debates sobre os constantes problemas no início dos anos letivos, o negócio da TDT e a privatização dos CTT e das empresas de transporte, entre outros.

A evolução da situação política, ao longo destes 4 anos e meio, foi acompanhada pela reflexão e proposta do PCP. Foi nesse sentido que, depois de ter sido o único partido a apresentar uma proposta de renegociação da dívida e diversificação das fontes de financiamento do País, ainda durante o governo do PS/Sócrates, o Grupo Parlamentar do PCP [agendou em Outubro de 2014](#) o seu [Projeto de Resolução 1120/XII/4.^a - Renegociar a dívida, preparar o País para a saída do Euro e retomar o controlo público da banca para abrir caminho a uma política soberana de desenvolvimento nacional](#), que foi chumbado com os votos contra do PSD, CDS-PP e PS, demonstrando que nas questões centrais é muito pouco ou quase nada o que separa estes três partidos.

Sobre esta matéria, realizámos ainda um conjunto de audições descentralizadas em várias universidades, envolvendo académicos e especialistas e permitindo levar a vários pontos do País um debate público sobre as propostas do PCP numa matéria tão relevante para o futuro do País.

De forma pioneira, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou ainda propostas com vista ao estudo e preparação para a libertação de Portugal da submissão ao Euro, o controlo público da banca, a reversão das PPP, a proibição das relações económicas e transações financeiras com off-shores e o processo internacional com vista à sua extinção, o financiamento da Segurança Social através do Valor Acrescentado Líquido das empresas, a diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social, a criação de um regime especial de declaração de morte presumida em caso de naufrágio de embarcações de pesca, a partilha de obras culturais na internet, o Estatuto do Bailarino Profissional da Companhia Nacional de Bailado e a Escola de Dança da Companhia Nacional de Bailado e a devolução das freguesias extintas às populações.

Exemplo da valia das propostas do PCP é também a proposta que conduziu à constituição da Comissão de Inquérito Parlamentar à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao processo que conduziu à aplicação da medida de resolução e às suas consequências.

Durante a XII Legislatura foram aprovadas e funcionaram sete Comissões Eventuais, de onde se destacam a **Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios S.A.**, a **Comissão de Inquérito aos Estaleiros de Viana do Castelo**, a **Comissão de Inquérito às Parcerias Público-Privadas** ou a **Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público (SWAPS)**, no seguimento da qual o PCP apresentou as suas propostas para declaração de nulidade ou a anulação dos contratos swap celebrados entre entidades públicas empresariais e instituições financeiras, através do seu [Projeto de Resolução 932/XII](#)

De entre as centenas de iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP durante a XII Legislatura destacamos, pela sua oportunidade política, porque foram capazes de traduzir no Parlamento os anseios dos trabalhadores e do povo, porque corresponderam à tradução legislativa da proposta política do PCP, as seguintes:

- a proposta de desvinculação de Portugal do Tratado Orçamental,
- as propostas de regulação dos horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição,
- a criação de uma estratégia nacional para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais,
- a instituição do Programa Nacional de Combate à Precariedade Laboral e à Contratação Ilegal,
- a redução para 35 horas do limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores,
- a revogação da Lei dos Compromissos,
- a recusa da privatização da EGF – Empresa Geral de Fomento S.A. ,
- a revogação das Taxas Moderadoras e definição de Critérios de Atribuição do Transporte de Doentes não Urgentes,
- a reintegração do Arsenal do Alfeite na esfera pública,
- a criação do regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica em formação,
- a criação do Subsídio Social de Desemprego Extraordinário,
- o alargamento das condições de acesso e atribuição do abono de família,
- a reposição do IVA da Restauração nos 13%,
- a criação do Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos,
- a alteração ao Código Contributivo reforçando a proteção social dos pescadores,
- a revogação da cobrança de portagens nas antigas SCUT's,
- a rejeição da municipalização da educação, da saúde, da segurança social e da cultura,

- a rejeição da privatização do Oceanário,
- a proposta de criação do Instituto Português da Língua, a renegociação das bases e termos do Acordo Ortográfico ou a desvinculação de Portugal desse Acordo,
- a proposta de suspensão do processo de desmantelamento e encerramento da Maternidade Alfredo da Costa,
- a proposta de defesa da produção leiteira nacional,
- a criação do Laboratório Nacional do Medicamento,
- o estabelecimento de princípios para a reorganização hospitalar e a revogação da portaria 82/2014, que procede à desqualificação dos hospitais,
- a proposta de reforço do número de profissionais de saúde no SNS,
- a proposta que veda a gestão privada de serviços públicos de água, saneamento e resíduos,
- as propostas de incentivo à natalidade,
- as propostas de combate à pobreza infantil,
- o regime jurídico da ação social escolar no ensino superior
- o regime jurídico do ensino especial
- a proposta de nova fórmula de financiamento do ensino superior

O balanço do trabalho parlamentar que aqui se apresenta deverá ser comparado com o nosso programa eleitoral. Dessa comparação resulta não apenas a medida da coerência e responsabilidade com que o PCP encara o trabalho parlamentar, mas resulta também um importante património de intervenção que contribui para alicerçar as soluções para o País que o PCP e a CDU apresentam. Por uma política alternativa, patriótica e de esquerda, capaz de responder aos problemas do país e do povo.

2. Audições Públicas promovidas pelo Grupo Parlamentar

- Audição Pública – Regime Jurídico Transporte de Passageiros (20/03/15)
- Audição Pública - sobre a situação no Serviço Nacional de Saúde (30/01/15)
Declaração de [Carla Cruz](#)
- Audição Pública - Defender o Sector Público dos Transportes - pelo serviço público e a soberania nacional (29/09/14)
Declaração de [Bruno Dias](#)
- Audição Pública – Porto - «Mobilidade e Transportes – Em defesa do serviço público» (22/09/14)
<http://www.pcp.pt/audicao-parlamentar-mobilidade-transportes-em-defesa-do-servico-publico>
- Audição Pública - A legislação laboral relativa à Contratação Coletiva e ao pagamento do trabalho suplementar (24/06/14)
Intervenção de [Francisco Lopes](#), Intervenção de [Jorge Machado](#), Intervenção de [Jerónimo de Sousa](#)
- Audição Pública - Apreciação Parlamentar do Mapa Judiciário (02/06/14)
[Declaração António Filipe](#)
- Sessão Pública - A Constituição da República, projeto de desenvolvimento e soberania nacional (02/04/14)
[Intervenção Jerónimo de Sousa](#), [Intervenção João Oliveira](#), [Intervenção Domingos Abrantes](#),
[Intervenção Pedro Guerreiro](#)
- Colóquio – Renegociar a Dívida, defender o povo, defender o País (25/03/14)
[Intervenção Jerónimo de Sousa](#), [Intervenção de Paulo Sá](#), [Intervenção de Carlos Carvalhas](#)
- Audição Pública – Regime de uso e transformação do solo, Alteração à Lei de Bases da política de ordenamento do território e de urbanismo (10/12/13)
[Declaração Paula Santos](#)
- Audição Pública – A Privatização da RTP e a Defesa do Serviço Público (18/09/12)
<http://www.pcp.pt/node/258475/videos>
- Audição Pública – Por um Sector Marítimo-Portuário Nacional ao serviço dos trabalhadores, do povo e do País (25/09/12)
<http://www.pcp.pt/node/258573/videos>
- Audição Pública – «TAP e ANA - Empresas estratégicas para o desenvolvimento de Portugal cuja privatização urge impedir» (02/10/12)
<http://www.pcp.pt/node/258704/videos>
- Audição Pública - situação do Parque Industrial da Autoeuropa (23/11/12)
<http://www.pcp.pt/node/260760/videos>
- Audição Pública - “Crise, austeridade e aumento da pobreza infantil: realidades e saídas” (22/01/13)
<http://www.pcp.pt/node/261536/videos>

- Audição Pública – privatização do setor de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos(26/02/13)
<http://www.pcp.pt/node/262116/videos> | <http://www.pcp.pt/node/262117/videos>
- Audição Pública – «Desenvolvimento e Soberania: Que investimentos nas infraestruturas portuárias?» (26/03/13)
<http://www.pcp.pt/node/262624/videos>
- Audição Pública - Realidade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, condições de funcionamento e meios materiais e humanos (16/04/13)
<http://www.pcp.pt/node/262934/videos>
- Audição Pública - Relatório Anual de Segurança Interna 2012(29/04/13)
<http://www.pcp.pt/node/263111/videos>
- Audição Pública - O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e Financiamento do Ensino Superior Público (04/06/13)
<http://www.pcp.pt/node/263678/videos>
- Audição Pública - Mapa judiciário e acesso dos cidadãos à Justiça (21/06/13)
<http://www.pcp.pt/node/264006/videos>
- Audição Pública - Em defesa do Serviço Público Postal – contra os encerramentos de Estações dos correios e telecomunicações(16/07/13)
<http://www.pcp.pt/node/265332/videos>
- Audição Pública sobre os efeitos da diminuição da taxa social única na economia portuguesa e na sustentabilidade da segurança social (13/07/11)
<http://www.pcp.pt/node/251530/video>
- Audição Pública sobre as consequências do programa de privatizações no desenvolvimento do país (18/07/11)
<http://www.pcp.pt/node/251592/video>
- Audição Pública sobre as alterações à legislação laboral (25/07/11)
<http://www.pcp.pt/node/251637/video>
- Audição Pública sobre Política de Financiamento do Estado às Artes e à Cultura (24/10/11)
<http://www.pcp.pt/node/252878/video>
- Audição Pública sobre Proposta de Lei do Governo que visa a extinção de Freguesias (28/02/12)
<http://www.pcp.pt/node/255357/video>
- Audição Pública sobre Proposta de Lei do Governo que visa a revisão do regime jurídico do arrendamento urbano (05/03/12)
<http://www.pcp.pt/node/255482/video>
- Audição Pública sobre Legislação Laboral (03/04/12)
<http://www.pcp.pt/node/256429/video>
- Audição Pública sobre financiamento das Organizações de Pessoas com Deficiência (06/06/12)
<http://www.pcp.pt/node/257231/video>

- Audição Pública sobre financiamento das Organizações de Pessoas com Deficiência (06/06/12)
<http://www.pcp.pt/node/257231/video>

3. Debate Programa do Governo

30 de Junho de 2011

Intervenção de Jerónimo de Sousa - [PSD/CDS estreiam-se com roubo no subsídio de Natal](#)

Perguntas dos [Deputados do PCP](#) ao Governo

Intervenção de Jerónimo de Sousa - [PCP afirma necessidade de luta contra cada uma das medidas](#)

[Compromisso eleitoral do PCP para uma Política Patriótica e de Esquerda](#)

4. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos

- **[Debate de Atualidade](#)** - "A política de privatizações e o prejuízo do interesse nacional" (01/07/15)

Intervenção Bruno Dias "[As privatizações reconstituíram os monopólios que hoje dominam a economia, em prejuízo do interesse nacional](#)"

- **[Agendamento Potestativo](#)** – Defender o carácter público, universal e solidário da Segurança Social) (18/06/15)

Projeto de Resolução n.º 1533/XII/4.ª [Propõe medidas visando a defesa do carácter público, universal e solidário da Segurança Social, o financiamento adequado do sistema previdencial e a transparência na utilização dos seus recursos financeiros](#)

Intervenção Jorge Machado "[A Segurança Social não é de nenhum Governo, é de quem trabalha](#)"

Intervenção de Jorge Machado "[O nosso compromisso é para com os trabalhadores e o país](#)"

Intervenção de Rita Rato "[O problema da segurança social não são os descontos dos trabalhadores](#)"

Intervenção de David Costa "[PSD e CDS querem cortar 600 milhões nas reformas](#)"

Intervenção de Jorge Machado "[Onde param as linhas vermelhas do CDS?](#)"

Intervenção de Rita Rato "[Os descontos dos trabalhadores existem para assegurar protecção na doença, no desemprego, na velhice](#)"

Intervenção de João Oliveira "[PS, PSD e CDS preferem atacar o PCP em vez de atacarem os problemas da segurança social](#)"

- **Debate temático – Debate de Iniciativas Legislativas sobre instituições financeiras (BES) (29/05/15)**

Intervenção João Oliveira "[Os portugueses já estão a pagar 445 milhões de euros pelo buraco do BES](#)"

Intervenção Miguel Tiago "[Desde 2009, as aventuras e crimes dos banqueiros, já consumiram cerca de 15 mil milhões de euros de recursos públicos](#)"

Intervenção Miguel Tiago "[Não podemos estar à espera de decisões internacionais em matéria das instituições financeiras](#)"

Intervenção Paulo Sá "[A gestão privada dos Bancos tem um custo elevadíssimo para os portugueses](#)"

Intervenção João Oliveira "[As opções económicas devem estar ao serviço do povo e do país](#)"

PJL N.º 962/XII/4.ª [Reforça as obrigações de supervisão pelo Banco de Portugal e a transparência na realização de auditorias a instituições de crédito e sociedades financeiras](#)

PJR N.º 1487/XII/4.ª [Determina a recomposição e imobilização dos ativos detidos pelo Grupo Espírito Santo, o Banco Espírito Santo e os membros do Conselho Superior do GES](#)

PJR N.º 1488/XII/4.ª [Determina o controlo público das instituições de crédito e sociedades financeiras com relevo para a política económica e o sistema financeiro português, considerando a segregação de componentes financeiras e não financeiras em grupos mistos](#)

- **Debate temático - O incentivo à natalidade implica a adoção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda (15/04/15)**

[Intervenções](#)

Conferência de Imprensa de [apresentação das iniciativas do PCP sobre a matéria](#)

- **[Debate temático](#) - A política florestal e o combate aos incêndios (27/02/15)**

Intervenção de [João Ramos](#)

Intervenção de [Paula Santos](#)

2ª Intervenção de [João Ramos](#)

- **[Debate temático](#) – sobre descentralização (13/02/15)**

Intervenção de [Rita Rato](#)

Intervenção de [Diana Ferreira](#)

Intervenção de [Carla Cruz](#)

Intervenção de [João Ramos](#)

Intervenção de [Paula Santos](#)

- **[Debate de Atualidade](#) sobre as responsabilidades do Governo no aumento da pobreza (12/02/15)**

Intervenção de [Jorge Machado](#)

2ª intervenção de [Jorge Machado](#)

- **[Debate de temático](#) - sobre Dívida Pública (19/12/14)**

[Intervenções](#)

Projeto de Resolução N.º 1142/XII/4.ª [Propõe a renegociação da dívida pública e políticas de defesa e reforço da produção e do investimento que assegurem o crescimento da economia e combatam o desemprego](#)

- **[Debate de Atualidade](#)** sobre designada «reforma» do IRS em particular a manutenção das injustiças fiscais sobre os trabalhadores (4/12/14)

Intervenção [Paulo Sá](#)

2ª Intervenção [Paulo Sá](#)

Intervenção [João Oliveira](#)

- **[Agendamento Potestativo](#)** – Renegociar a dívida, preparar o País para a saída do Euro e retomar o controlo público da banca para abrir caminho a uma política soberana de desenvolvimento nacional (15/10/14)

[Conferência de Imprensa](#) de apresentação da iniciativa ([Pjr 1120/XII/4.ª](#))

Intervenção [Paulo Sá](#)

Intervenção [António Filipe](#)

Intervenção [Bruno Dias](#)

Intervenção [João Oliveira](#)

- **[Debate de Urgência](#)** sobre a política de transportes do Governo (2/10/14)

Intervenção de [Bruno Dias](#)

Intervenção de [Jorge Machado](#)

2ª intervenção de [Bruno Dias](#)

3ª intervenção de [Bruno Dias](#)

- **[Debate de Atualidade](#)** sobre o Pagamento do Subsídio de Natal (27/06/2014)

Intervenção de [João Oliveira](#)

Intervenção de [António Filipe](#)

- **[Agendamento Potestativo](#)** – Pela defesa dos serviços públicos (25/06/14)

[Projeto de Lei N.º 624/XII/3.ª](#) - Impede o encerramento de serviços públicos

Intervenção de [Paula Santos](#)

Intervenção de [Carla Cruz](#)

Intervenção de [António Filipe](#)

Intervenção de [Jorge Machado](#)

Intervenção de [Paula Baptista](#)

Intervenção de [João Ramos](#)

Intervenção de [João Oliveira](#)

- **Debate de Atualidade sobre as perspetivas orçamentais constantes do Documento de Estratégia Orçamental 2014-2018 (02/05/2014)**
Intervenção de [Paulo Sá](#)
Intervenção de [Miguel Tiago](#)
Intervenção de [João Oliveira](#)
- **Agendamento Potestativo - Pela renegociação da dívida pública e por políticas de defesa e reforço da produção e do investimento que assegurem o crescimento da economia e combatam o desemprego (16/04/14)**
[Projeto de Resolução 998/XII/3ª.](#)
Intervenção de [Paulo Sá](#)
Intervenção [Miguel Tiago](#)
Intervenção [António Filipe](#)
Intervenção [João Oliveira](#)
- **Debate de Atualidade sobre os objetivos e opções por detrás das operações de gestão da dívida e as responsabilidades do Governo (04/12/2014)**
Intervenção [Paulo Sá](#)
Intervenção [Miguel Tiago](#)
- **Debate de Atualidade sobre o Despacho do Ministro de Estado e das Finanças (11/04/13)**
Intervenção de [Honório Novo](#)
Intervenção de [João Oliveira](#)
- **Agendamento Potestativo “Por uma política alternativa que resgate o país do declínio económico e social” (02/05/13)**
[Projeto de Resolução N.º 699/XII-2ª](#) [Por uma política alternativa que resgate o país do declínio económico e social](#)
Intervenção de [Francisco Lopes](#)
Intervenção de [Honório Novo](#)
Intervenção de [João Oliveira](#)
Intervenção de [Bruno Dias](#)
- **Debate de Urgência “Combater a privatização dos CTT - Derrotar este governo e esta política” (08/05/13)**
Intervenção de [Bruno Dias](#)
Intervenção de [Jorge Machado](#)

Intervenção de [Bruno Dias](#)

Intervenção de [António Filipe](#)

- **Debate temático sobre a situação na Escola Pública e novo ano letivo: mega agrupamentos, reorganização curricular e despedimentos nas escolas (22/06/12)**

[Intervenções](#)

- **Debate de urgência sobre a renegociação da dívida pública portuguesa (01/06/12)**

[Intervenções](#)

- **Debate de Atualidade sobre abandono do ensino superior por falta de meios económicos (18/04/12)**

Intervenção de [Rita Rato](#)

- **Debate de Atualidade sobre a grave situação nos Hospitais Portugueses (09/03/12)**

Intervenção de [Bernardino Soares](#)

- **Debate de Urgência sobre Televisão Digital Terrestre (05/01/12)**

Intervenção de [Bruno Dias](#)

- **Debate de Urgência sobre o início do ano letivo (29/09/11)**

Intervenção de [Miguel Tiago](#)

Intervenção de [Rita Rato](#)

Intervenção de [Miguel Tiago](#)

5. Interpelações ao Governo

- **Interpelação ao Governo: Continuação da política da troika pelo Governo - Afirmação da política alternativa e das soluções para o País** (09/04/15)
Intervenção [Francisco Lopes](#)
Intervenção [Miguel Tiago](#)
Intervenção [Rita Rato](#)
Intervenção [Jorge Machado](#)
Intervenção [Bruno Dias](#)
Intervenção [Paulo Sá](#)
Intervenção [Carla Cruz](#)
Intervenção [João Oliveira](#)
- **Interpelação ao Governo: Combate ao empobrecimento, por uma política alternativa de justiça na distribuição de rendimentos** (18/12/14)
Intervenção [Jorge Machado](#)
Intervenção [João Oliveira](#)
Intervenção [Paulo Sá](#)
Intervenção [David Costa](#)
Intervenção [João Ramos](#)
Intervenção [Bruno Dias](#)
Intervenção [Diana Ferreira](#)
2ª intervenção [João Oliveira](#)
Intervenção [Francisco Lopes](#)
- **Interpelação ao Governo: A grave situação económica e social do país e na política alternativa necessária para solução dos problemas nacionais** (13/03/14)
Intervenção [Francisco Lopes](#)
Intervenção [Jorge Machado](#)
Intervenção [Rita Rato](#)
Intervenção [David Costa](#)
Intervenção [Bruno Dias](#)
Intervenção [Carla Cruz](#)
Intervenção [João Ramos](#)
Intervenção [Paula Santos](#)
Intervenção [João Oliveira](#)

- **Interpelação ao Governo: Sobre Funções Sociais do Estado e serviços públicos de qualidade e proximidade ao serviço das populações (19/12/13)**

Projeto de Resolução N.º 646/XII-2ª [A situação nacional, a urgência da demissão do Governo e da rejeição do Pacto de Agressão; Por uma política alternativa para o progresso do País](#)

Intervenção de [Paula Santos](#)

Intervenção [Carla Cruz](#)

Intervenção [Jorge Machado](#)

Intervenção [António Filipe](#)

Intervenção [Miguel Tiago](#)

Intervenção [David Costa](#)

Intervenção [Rita Rato](#)

Intervenção [Rita Rato](#)

Intervenção [João Oliveira](#)

- **Interpelação ao Governo: Pela urgência da demissão do Governo e convocação de eleições antecipadas (21/03/13)**

Projeto de Resolução N.º 646/XII-2ª [A situação nacional, a urgência da demissão do Governo e da rejeição do Pacto de Agressão; Por uma política alternativa para o progresso do País](#)

Intervenção de [Francisco Lopes](#)

Intervenção de [João Oliveira](#)

Intervenção de [Jorge Machado](#)

Intervenção de [Honório Novo](#)

Intervenção de [Miguel Tiago](#)

Intervenção de [Rita Rato](#)

Intervenção de [Bernardino Soares](#)

- **Interpelação ao Governo: Uma política alternativa para o país: aumento da produção nacional, renegociação da dívida, melhor distribuição da riqueza (18/10/12)**

Intervenção de [Agostinho Lopes](#)

Intervenções de [Agostinho Lopes](#), [Honório Novo](#), [Miguel Tiago](#), [Lurdes Ribeiro](#) e [João Ramos](#)

Intervenção de [António Filipe](#)

- **Interpelação ao Governo: Centrada nas consequências do pacto de agressão na vida dos portugueses - a grave crise económica em que se traduz a aplicação do "memorando de entendimento". (21/03/12)**

Intervenção de Miguel Tiago «[Todos os trabalhadores portugueses começam a construir o futuro ao assumir a luta como arma](#)»

Perguntas de [Deputados do PCP durante o Debate](#)

Intervenção de João Oliveira «[Derrotar o Pacto de Agressão sob pena do Pacto derrotar o povo e o País](#)»

- **Interpelação ao Governo: sobre o Serviço Nacional de Saúde_(11/10/11)**

Intervenção de Paula Santos «[Programa de agressão da troica PSD/CDS/FMI/UE destrói Serviço Nacional de Saúde](#)»

Perguntas de [Deputados do PCP durante o Debate](#)

Intervenção de Bernardino Soares «[É preciso que as populações e os profissionais lutem pela defesa do SNS.](#)»

6. Debate do Orçamento do Estado e Documento de Estratégia Orçamental

Debate do Orçamento do Estado para 2015 – Ppl 254/XII/4

Pesquisa de propostas de alteração ([aqui](#))

Declaração de [João Oliveira](#) sobre OE2015

Declaração de [Paulo Sá](#) sobre OE2015

Conferência de Imprensa de apreciação geral do OE2015 ([aqui](#))

Debate OE ([Ministra das Finanças](#))

Debate OE ([Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social](#))

Debate na Generalidade do OE2015

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[Este é um orçamento para prosseguir a política dos PEC's e das troikas](#)"

Intervenção de Paulo Sá "[Um orçamento que favorece o grande capital à custa dos trabalhadores e do povo](#)"

Intervenção de António Filipe "[Só proclama o fim da crise quem nunca sofreu com ela](#)"

Intervenção de Diana Ferreira "[Em quatro anos mais de 2 mil milhões de euros foram retirados à Escola Pública](#)"

Intervenção de Miguel Tiago "[Se estivesse ao serviço dos portugueses não negociavam as nossas vidas a troco dos juros](#)"

Intervenção de Paula Santos "[Este é um orçamento que dá mais um passo no desmantelamento das funções sociais do Estado](#)"

Intervenção de Paulo Sá "[Repetem até à exaustão que o país está melhor, mas continuam as medidas de empobrecimento dos trabalhadores e do povo](#)"

Intervenção de Paulo Sá "[O governo oculta os benefícios fiscais às grandes empresas](#)"

Intervenção de Miguel Tiago "[Não é este governo que vai salvar o país](#)"

Intervenção de Bruno Dias "[O Sr. Ministro está aqui para discutir o OE e não num show de propaganda](#)"

Intervenção de Bruno Dias "[Há ou não aumentos da carga fiscal sobre a maioria da população? Há mas são verdes](#)"

Intervenção de Carla Cruz "[Não há propaganda que esconda as vossas malfetorias](#)"

Intervenção de David Costa "[A distribuição da riqueza é cada vez mais desigual](#)"

Intervenção de João Oliveira "[O Governo que aqui se apresenta é um Governo sem legitimidade política, social nem eleitoral](#)"

Audições na COFAP - OE2015

[Debate Ministro da Saúde](#)

[Debate Ministro Ambiente e Energia](#)
[Debate Ministro Desenvolvimento Regional](#)
[Debate Ministro Administração Interna](#)
[Debate Ministro Economia](#)
[Debate Ministro Educação e Ciência](#)
[Debate Ministra da Agricultura e do Mar](#)
[Debate Ministro da Defesa Nacional](#)
[Debate Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social](#)
[Debate Ministro da Presidência](#)
[Debate Secretário de Estado da Cultura](#)
[Debate Ministra da Justiça](#)
[Debate Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)
[Debate Ministra das Finanças](#)

As Propostas do PCP

Apresentação de [Propostas de várias áreas](#)
Apresentação das [Propostas Fiscais do PCP](#)
Apresentação de [Propostas nas áreas da Segurança Social, Administração Pública, Trabalho e Habitação](#)

Debate na Especialidade do OE2015

[Debate, dia 20 Novembro](#)
[Debate, 21 Novembro](#)
[Debate, 24 Novembro](#)
[Debate, 25 Novembro](#)

Encerramento do Debate do OE2015 – Intervenção de António Filipe "[O povo português, mais cedo que tarde, saberá derrotar este Governo e esta política](#)"

Debate Documento de Estratégia Orçamental (12/06/14)

Projeto de Resolução N.º 1061/XII/3ª - [Rejeita o Documento de Estratégia Orçamental apresentado pelo Governo e determina a renegociação da dívida nos seus prazos, juros e montantes](#)

Intervenção Paulo Sá "[Cada euro retirado aos portugueses é um euro que vai diretamente para os bolsos dos especuladores](#)"

Intervenção Miguel Tiago "[Rejeitar o conteúdo desta Estratégia Orçamental é uma exigência democrática](#)"

Debate da Primeira Alteração ao Orçamento do Estado para 2014 (22/01/2014) – [Ppl 193/XII/3](#)

Intervenção de Paulo Sá "[Os tempos que vivemos não são tempos de resignação, são tempos de luta para demitir este Governo](#)"

Intervenção Paulo Sá ([Pedido de esclarecimento a Ministra das Finanças](#))

Intervenção Jorge Machado ([Pedido de esclarecimento a Ministro Solidariedade e Segurança Social](#))

Debate do Orçamento do Estado para 2014 – Ppl 178/XII/3

Pesquisa de propostas de alteração ([aqui](#))

Declaração sobre o OE2014 ([Paulo Sá](#))

Conferência de Imprensa do PCP sobre o OE2014 ([João Oliveira](#))

Debate OE ([Ministra das Finanças](#))

Debate OE ([Ministro da Solidariedade e Segurança Social](#))

Debate Generalidade OE2014

Intervenção Jerónimo de Sousa "[Há alternativa, mas ela não passa por este Orçamento, por esta política e este governo](#)"

Intervenção Paulo Sá "[O governo continua a tirar aos trabalhadores para dar à banca e aos grupos económicos](#)"

Intervenção António Filipe "[Não há distribuição de sacrifícios, a austeridade recai sobre os mesmo de sempre](#)"

Intervenção Bruno Dias "[Este orçamento de festa para os grupos económicos é uma declaração de guerra ao povo](#)"

Intervenção Miguel Tiago "[Os portugueses não tem falta de confiança no seu país, têm é falta de confiança neste governo](#)"

Intervenção João Oliveira "[Esta política sacrifica vidas, a economia do país e o desenvolvimento nacional](#)"

Intervenção Paulo Sá "[Estamos a discutir o orçamento da banca e dos grupos económicos e não o do país](#)"

Intervenção Paulo Sá "[O Orçamento do Estado para 2014 é um orçamento mentiroso](#)"

Intervenção Miguel Tiago "[Isto não é um exercício de contabilidade, é o debate sobre a vida das pessoas](#)"

Intervenção Bruno Dias "[Sr. Ministro, o que é que o seu discurso tem a ver com a realidade do país?](#)"

Intervenção João Oliveira "[Lá fora, às portas desta Assembleia da República, milhares exigem um rumo diferente para o país](#)"

Audições na COFAP | OE2014

[Debate Ministro da Saúde](#)

[Debate Ministro da Defesa Nacional](#)

[Debate Ministro do Ambiente e Energia](#)

[Debate Ministra da Justiça](#)

[Debate Ministro da Presidência](#)

[Debate Secretário de Estado da Cultura](#)

[Debate Ministra da Agricultura e do Mar](#)

[Debate Ministro Adjunto](#)

[Debate Ministro Administração Interna](#)

[Debate Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)

[Debate Ministro da Solidariedade e Segurança Social](#)

[Debate Ministro da Economia](#)

[Debate Ministro da Educação e Ciência](#)

[Debate Ministra das Finanças](#)

As Propostas do PCP

Apresentação de [Propostas do PCP para Segurança Social, Administração Pública, Trabalho e Habitação](#) ([Jorge Machado e Paulo Sá](#))

Apresentação de [Propostas Fiscais do PCP](#)

Apresentação de [Propostas do PCP para as áreas da Saúde, Educação e Cultura](#)

Debate na Especialidade

Debate na Especialidade - [Dia 21 Novembro de 2013](#)

Debate na Especialidade - [Dia 22 Novembro de 2013](#)

Debate na Especialidade - [Dia 25 Novembro de 2014](#)

Encerramento do Debate do OE2014 – Intervenção de António Filipe: "[Este é um Orçamento inaceitável, que tem contra si a esmagadora maioria dos portugueses](#)"

Debate da Segunda Alteração ao Orçamento do Estado para 2013 (25/10/2013) – [Ppl 176/XII/3](#)

Intervenção de Paulo Sá "[Passado um ano o défice de 2013 será igual ao de 2012](#)"

[Debate](#) da Primeira Alteração ao Orçamento do Estado 2013 – [Ppl 151/XII/2](#)

Intervenção de Honório "[Esta política de ruína nacional será derrotada](#)"

Intervenção de António Filipe "[O governo convida os jovens a imigrar e a desertar das forças armadas](#)"

Intervenção de Honório Novo "[Basta de enganar os portugueses e o país](#)"

Intervenção de Paulo Sá "[Este governo é uma verdadeira máquina de destruição de emprego](#)"

Projeto de Resolução N.º 754/XII [Rejeita o Documento de Estratégia Orçamental 2013-2017](#)

[Debate](#) do Orçamento do Estado para 2013 – [Ppl 103/XII/2](#)

Pesquisa de propostas de alteração ([aqui](#))

Conferência de Imprensa do PCP sobre o OE2013 ([Bernardino Soares](#))

Debate OE ([Ministro das Finanças](#))

Debate OE ([Ministro da Solidariedade e Segurança Social](#))

Debate Generalidade [OE2013](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[O pior Orçamento do Estado após o 25 de Abril](#)"

Intervenção de Honório Novo "[O Orçamento do caos e do desastre nacional](#)"

Intervenção de Francisco Lopes "[A solução ao caos é a força dos trabalhadores e do nosso povo](#)"

Intervenção de Agostinho Lopes "[O Orçamento da falência e morte das pequenas empresas](#)"

Intervenção de Bernardino Soares "[PSD quer esconder as responsabilidades que tem no desastre nacional](#)"

Intervenção de Paulo Sá "[A política da troica rouba aos portugueses qualquer esperança de um futuro melhor!](#)"

Intervenção de Honório Novo "[Um manifesto contra o 25 de Abril e contra a constituição](#)"

Intervenção de Paulo Sá "[Renegociar a dívida pública antes que seja impagável](#)"

Intervenção de Paula Santos "[Este governo prepara-se para destruir o SNS](#)"

Intervenção de Honório Novo "[As perguntas que o governo não responde](#)"

Intervenção de Bernardino Soares "[Este orçamento não está ainda aprovado e muito menos está em vigor](#)"

As Propostas do PCP

Apresentação de Propostas do PCP para Administração Pública e código do Trabalho ([Jorge Machado](#))

Apresentação de Propostas Fiscais do PCP ([Honório Novo](#))

Apresentação de Propostas do PCP para as áreas da Economia e Agricultura ([Agostinho Lopes](#))

Debate Especialidade OE2013

([Perguntas dos Deputados do PCP](#))

[Debate com Ministro da Saúde](#)

[Debate com Ministro da Defesa Nacional](#)

[Debate com Ministra da Agricultura](#)

[Debate com Ministra da Agricultura](#)

[Debate com Ministro do Emprego](#)

[Debate com Ministro da Economia](#)

[Debate com Ministro da Educação](#)

[Debate com Ministra da Justiça](#)

[Debate com Ministro da Segurança Social](#)

[Debate com Ministro da Administração Interna](#)

[Debate com Ministro dos Assuntos Parlamentares](#)

[Debate com Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)

[Debate com Secretário de Estado da Cultura](#)

[Ministro das Finanças](#)

Encerramento do Debate do OE2013 – Intervenção de António Filipe: "[O povo português não tem outra alternativa que não seja derrotar este Governo e as imposições da troika.](#)"

Debate Documento de Estratégia Orçamental 2012-2016 (25-05-2012)

Projeto de Resolução 335/XII PCP - [Rejeita o Documento de Estratégia Orçamental 2012-2016.](#)

Intervenção [Honório Novo](#)

Intervenção [Paulo Sá](#)

2ª intervenção [Honório Novo](#)

Debate do Orçamento do Estado para 2012 – Ppl 27/XII/I

Declaração Política sobre proposta do OE ([Bernardino Soares](#))

Debate OE ([Ministro das Finanças](#))

Debate Generalidade OE2012

Perguntas ao Primeiro-ministro ([Jerónimo de Sousa](#), [Honório Novo](#), [António Filipe](#) e [Agostinho Lopes](#))

Intervenção de Jerónimo de Sousa «[Este orçamento está a ser combatido por todo o país, em pequenas e grandes lutas](#)»

Perguntas a PS, PSD e CDS ([Bernardino Soares](#), [João Oliveira](#), [João Ramos](#))

Intervenção Paulo Sá «[Privatizações servem os interesses do grande capital monopolista e financeiro](#)»

Perguntas a Ministros ([Honório Novo](#), [Bruno Dias](#), [Jorge Machado](#), [Honório Novo](#))

Intervenção Bernardino Soares «[Este orçamento é filho do pacto de agressão](#)»

Debate Especialidade OE2012

[Debate Ministro da Saúde](#)

[Debate Ministro da Defesa Nacional](#)

[Debate Ministro do Ambiente](#)

[Debate Ministra da Justiça](#)

[Debate Ministro dos Assuntos Parlamentares](#) (1)

[Debate Ministro Assuntos Parlamentares](#) (2)

[Debate Secretário de Estado da Cultura](#)

[Debate Ministra da Agricultura e Pescas](#)

[Debate Ministro Solidariedade e Segurança Social](#)

[Debate Ministro Administração Interna](#)

[Debate Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)

Debate Ministro da Economia e do Emprego - [Emprego](#)

Debate Ministro da Economia e do emprego - [Economia](#)

[Debate Ministro da Educação e Ciência](#)

Debate Ministra das Finanças

As Propostas

Apresentação das propostas na área da Educação ([Rita Rato](#) e [Miguel Tiago](#))

Apresentação das propostas Fiscais ([Honório Novo](#))

Encerramento do Debate do OE2012 – Intervenção de Francisco Lopes «[Orçamento do Estado 2012 - Um passo em frente no afundamento do país](#)»

7. Moções de Censura apresentadas pelo PCP

- **Moção de Censura nº 6/XII/3ª** – travar a política de exploração e empobrecimento, construir uma política patriótica e de esquerda (30/05/14)

Conferência de imprensa de anúncio da Moção de Censura – [João Oliveira](#)

Intervenção Jerónimo de Sousa – "[A permanência do atual governo e o prosseguimento da sua política põe em causa o futuro do País](#)"

Intervenção Francisco Lopes "[O povo português vai passar-lhe a guia de marcha para por termo ao caminho de desastre](#)"

Intervenção Paula Santos "[O governo foi derrotado pela luta nas ruas e nas urnas](#)"

Intervenção António Filipe "[O povo português tem o direito soberano de decidir sobre o seu futuro](#)"

Intervenção Paulo Sá "[A única saída limpa é a demissão do governo e a convocação de eleições antecipadas](#)"

Intervenção Carla Cruz "[O governo não tem legitimidade para continuar em funções, tem que ser demitido e sujeito a eleições](#)"

Intervenção Miguel Tiago "[O Governo não governa para o povo e não tem o apoio do povo, para quem governa?](#)"

Intervenção João Oliveira "[Nenhum Governo ou maioria tem o direito de destruir um país e arruinar um povo](#)"

- **Moção de Censura nº 3/XII/2ª** – Pôr fim ao desastre, rejeitar o pacto de agressão por uma política patriótica e de esquerda. (04/10/12)

Conferência de imprensa de anúncio da Moção de Censura - [Jerónimo de Sousa](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa – "[Uma censura ao governo e à política de direita - Um compromisso com os trabalhadores e o povo](#)"

Perguntas do PCP ao Primeiro-ministro - [Jerónimo de Sousa, João Oliveira, Bruno Dias, António Filipe](#)

Perguntas do PCP às bancadas de PSD e CDS-PP – [Paulo Sá e Honório Novo](#)

Intervenção de encerramento – Bernardino Soares "[A orquestra, desafinada, ainda toca, mas o navio já se afunda a grande velocidade.](#)"

- **Moção de Censura nº 1/XIIIª** – Contra o rumo de declínio Nacional por um futuro melhor para os portugueses e para o País. (25/06/12)

Conferência de imprensa de anúncio da Moção de Censura - [Jerónimo de Sousa](#)

Conferência de Imprensa de entrega do texto da Moção de Censura – [Bernardino Soares](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[Não calam a censura. Ela está na rua e tal como o mundo, move-se!](#)"

Intervenção de Agostinho Lopes "[Somos governados pela política de fascismo económico](#)"

Intervenção de Bernardino Soares "[Uma política que rouba o presente e o futuro, não serve o povo nem o progresso do país.](#)"

Vários deputados do PCP - [Perguntas ao Governo durante o debate](#)

Intervenção Jorge Machado "[Vão continuar a fazer «cócegas» fiscais à banca?](#)"

Intervenção de António Filipe "[Este Governo e esta maioria estão a falar sozinhos](#)"

Intervenção de João Oliveira "[Nunca tiveram o apoio dos portugueses para executar estas medidas e é por isso que o Governo tem de ser censurado](#)"

8. Debate do Estado da Nação

- **Debate do Estado da Nação, (08/0715)**

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[A dívida foi o pretexto para impor a exploração e empobrecimento](#)"

Intervenção de Jorge Machado "[Tentam enganar os Portugueses falando de um país que não é real](#)"

Intervenção de Rita Rato "[Os jovens sabem, querem e têm direito a ser felizes no seu país](#)"

Intervenção de Carla Cruz "[O Governo é responsável pelo aumento brutal dos custos com a saúde](#)"

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[Confiança no povo como principal ator da história](#)"

- **Debate do Estado da Nação, (2/7/14)**

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[Para onde foi o dinheiro que sacaram a quem trabalha ou trabalhou?](#)"

Intervenção de Francisco Lopes "[O estado da nação evidencia a urgência da interrupção do caminho de ruína nacional](#)"

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[O Estado da Nação é o estado de degradação económica, social e política a que chegou o País](#)"

Intervenção de António Filipe "[O país sofre lá fora e o governo deita foguetes aqui dentro](#)"

- **Debate do Estado da Nação, (12/7/13)**

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[O Governo está morto e foi a luta que o matou](#)"

Intervenção de João Oliveira "[Este governo deixa um património de desgraça nacional e de massacre do povo](#)"

Intervenção de Paulo Sá "[A Ministra das Finanças é responsável por SWAP que lesaram o estado](#)"

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[Este é um governo derrotado, um governo sem futuro](#)"

- **Debate do Estado da Nação, (11/7/12)**

Intervenção de Francisco Lopes "[Há soluções, não há que ter medo do futuro.](#)"

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[O país ganhará com a vossa derrota, basta o povo querer!](#)"

Intervenção de João Oliveira "[Roubam o povo para dar aos especuladores e à banca](#)"

Intervenção Miguel Tiago "[Atacar a cultura é atacar os pilares do regime democrático](#)"

9. Debates Quinzenais com o Primeiro-Ministro

Data	Tema
19-06-15	"Em 4 anos emigraram 500 mil portugueses por responsabilidade deste governo"
05-06-15	"Quem vai ser derrotado é este governo e não o nosso país"
20-05-15	O valor total do perdão fiscal ao Novo Banco pode atingir os 445 milhões de euros
17-04-15	"O Governo enganou os portugueses"
01-04-15	"Este governo está a colocar Portugal no topo da exploração e do empobrecimento"
11-03-15	"O que estão a preparar nas costas dos portugueses?"
20-02-15	"Este é um governo derrotado porque já pertence ao passado"
30-01-15	"Este governo não assegura a defesa dos interesses nacionais"
16-01-15	"O governo combate o desemprego... despedindo trabalhadores"
12-12-14	"A União Europeia é perita a inventar propaganda"
10-10-14	Este governo ofende a dignidade dos trabalhadores e do povo
20-06-14	"Este é um governo condenado e sem futuro"
09-05-14	"O governo para a realidade com os olhos dos banqueiros e dos grupos económicos"
23-04-14	"O Governo está a preparar novas medidas de empobrecimento do povo português"
04-04-14	"A pobreza é uma consequência da política do governo"
19-03-14	"Não alinhamos em consensos que deixam tudo na mesma"
05-03-14	"Este governo continua a mentir aos portugueses"
14-02-14	Não há solução para o país sem a demissão deste governo
31-01-14	"Não jogue com as estatísticas, fale da realidade"
17-01-14	"Só com a demissão do governo, dando a palavra ao povo, podemos encontrar soluções para o país"
13-12-13	"Cresce o número daqueles que lutam pela derrota deste governo"
23-10-13	"Querem continuar o caminho para o desastre, mas serão impedidos pelo povo"
04-10-13	"Este governo está a mais e tem de ser demitido"
26-06-13	Amanhã os trabalhadores estarão a lutar pelo futuro
14-06-13	"Ou o governo cumpre as leis da república ou se coloca à margem da lei"
24-05-13	"Demita-se enquanto é tempo"
10-05-13	"Por opção, o governo não toca nos grupos financeiros"
06-05-13	"O responsável pela desestabilização e o conflito na TAP é o governo"
19-04-13	"A demissão do governo e a realização de eleições são parte da solução do país"
05-04-13	A criatura deve seguir o criador e levar todo o governo
22-03-13	"Lutaremos pelo fim deste governo e desta política"
06-03-13	"O país tem futuro, este governo é que não tem!"
15-02-13	Nem mais um dia deste governo, como amanhã se ouvirá por todo o país
01-02-13	"Este governo tem as mãos abertas para o grande capital"
18-01-13	"Um governo e uma política que têm de ser derrotados"
21-12-12	"Este governo está contra a Constituição da República e os seus princípios"
07-12-12	"Derrotar as troikas nacionais e internacionais antes que afundem mais o país"
21-11-12	"Orçamento comunitário serve apenas os países ricos e o grande capital financeiro!"
12-10-12	"Violentas são as políticas deste governo"
21-09-12	"Esta política e este governo já pertencem ao passado"
27-06-12	A soberania reside no povo português
15-06-12	Contra o desastre económico do país - PCP anuncia moção de censura ao Governo
30-05-12	PCP exige esclarecimentos do Primeiro-Ministro sobre o serviço de informações do Estado
11-05-12	"No tempo da escravatura não faltava trabalho, não havia era salários nem direitos"
27-04-12	Governo prepara-se para um dos mais graves ataques aos direitos dos trabalhadores
30-03-12	Governo mente aos portugueses sobre as medidas que toma
07-03-12	PCP confronta Governo com as políticas que continuam a arruinar o país
17-02-12	«Os mais de 300 mil deram o primeiro sinal de que o governo será derrotado»
03-02-12	"Será o povo a derrotar este governo e a resolver os problemas do país"
20-01-12	«Este é o acordo do declínio nacional»
06-01-12	Jerónimo de Sousa «a opção do governo é dar toda a liberdade ao capital»
16-12-11	«O roubo organizado pelo governo aos portugueses será derrotado»

14-10-11	«O Governo está a fazer uma política de terra queimada»
28-09-11	Jerónimo de Sousa «Os trabalhadores já derrotaram governos de maioria. Pela luta derrotarão este também!»
26-09-11	"O caso Tecnoforma é um problema político que precisa de todos os esclarecimentos"
14-09-11	Para o Governo, em primeiro lugar estão os banqueiros e o grande capital
29-07-11	debate com PM sobre os primeiros 30 dias do Governo

10. Declarações Políticas

Data	Deputado	Tema
13-05-15	Bruno Dias	EMEF, CP Carga, TAP – as privatizações não são uma inevitabilidade!
25-04-15	Carla Cruz	"Abril é o futuro de Portugal"
18-03-15	Paulo Sá	"Dois pesos e duas medidas"
05-03-15	Rita Rato	"É urgente travar o processo de degradação da Escola de Música do Conservatório Nacional"
25-02-15	António Filipe	"O segredo de Estado não pode ser usado pelo Primeiro-ministro para dar cobertura a atuações inconstitucionais e ilegais"
04-02-15	Diana Ferreira	"O distrito de Aveiro é exemplo das consequências dramáticas da política de direita"
28-01-15	António Filipe	"Aos contos para crianças, o Primeiro-Ministro Passos Coelho prefere os filmes de terror"
22-01-15	Carla Cruz	"A rutura dos serviços de urgências é o resultado das opções e da política do Governo"
14-01-15	Rita Rato	"A alternativa ao desemprego não é a precariedade é o emprego com direitos"
07-01-15	Paula Santos	"A situação das urgências hospitalares e da sua rutura têm causas e responsáveis - a política de saúde deste Governo"
11-12-14	Paulo Sá	"O Algarve é o retrato de um país arruinado pelas políticas de direita"
04-12-14	Bruno Dias	A privatização dos CTT é um crime económico!
23-10-14	João Ramos	"Este governo não tem legitimidade e não defende o interesse nacional"
01-10-14	Rita Rato	Em defesa da Escola Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade para todos
24-09-14	Jorge Machado	Apesar do discurso e da propaganda, o Governo PSD/CDS insiste no caminho da exploração de quem trabalha
18-09-14	Paula Santos	PCP anuncia quatro iniciativas legislativas na área da saúde
11-09-14	António Filipe	"O que se está a passar com o sistema informático dos tribunais assume foros de escândalo"
10-07-14	Paulo Sá	"Sobre a situação no BES e a degradação da situação económica, social e política do País"
11-06-14	Jorge Machado	"PSD e CDS sabem muito bem que atacar a contratação coletiva é atacar a democracia"
28-05-14	António Filipe	"Nestas eleições, não há vencedores do lado da troika"
12-05-14	Jorge Machado	"O Governo, a dita saída da troika e o novo roubo dos salários"
25-04-14	Jerónimo Sousa	Sessão Solene XL Aniversário do 25 de Abril
10-04-14	Carla Cruz	"É preciso pôr fim à destruição do Serviço Nacional de Saúde"
26-03-14	Bruno Dias	"Os instrumentos de dívida na gaveta dos CTT"
12-03-14	Paulo Sá	"Há uma alternativa! A renegociação da dívida, libertando Portugal das amarras da especulação"
06-03-14	Rita Rato	"Este Governo tem um projeto político de empobrecimento em massa"
27-02-14	Miguel Tiago	"O país não está melhor porque o país são as pessoas que aqui vivem e trabalham"
20-02-14	Bruno Dias	"O país e o povo não podem estar e não estão condenados a estas políticas!"
13-02-14	António Filipe	A única "saída limpa" e digna para Portugal exige uma rutura com este Governo e esta política
05-02-14	João Ramos	"O assassinato da Casa do Douro e o «genocídio» dos 40 mil viticultores do Douro"
29-01-14	Miguel Tiago	"A demissão do Governo e as eleições são uma urgência patriótica"
23-01-14	Rita Rato	"Nenhum sistema público de investigação e ciência se pode construir com base na precariedade"
15-01-14	Paula Santos	"Com este Governo o direito à saúde não é para todos os portugueses"
08-01-14	João Oliveira	"O ano de 2014 só será diferente se diferente for quem governa"
16-10-13	Carla Cruz	A nova ofensiva contra o Setor Público da Comunicação Social é um ataque à Democracia

09-10-13	Jorge Machado	"Falsidades e dissimulação do Ministro Portas e a continuação do terrorismo social"
02-10-13	António Filipe	"A CDU obteve uma inegável, expressiva e encorajadora vitória eleitoral"
16-09-13	Miguel Tiago	A Escola Pública de qualidade para todos é uma das mais importantes conquistas de Abril
11-09-13	João Ramos	Sucessivos governos fogem às responsabilidades das causas dos incêndios em Portugal
24-07-13	Honório Novo	O que está a mais não é a Constituição nem o povo, mas sim este governo e a política de direita
03-07-13	Bernardino Soares	É preciso um Governo de esquerda, com uma política patriótica, com uma política de futuro.
18-06-13	Rita Rato	Professores em luta pela Escola Pública de qualidade para todos, em luta pela democracia
06-06-13	João Oliveira	O povo luta pelos seus direitos e defende o seu país contra os ocupantes e o governo de ocupação
30-05-13	António Filipe	Hoje é o dia do 1º feriado roubado aos trabalhadores
23-05-13	Honório Novo	Reiteramos a nossa posição contrária à moeda única
16-05-13	Paulo Sá	Há fronteiras que o Governo não quer transpor: a proteção do grande capital
25-04-13	Paula Santos	Retomar o caminho de Abril e cumprir os princípios consagrados na Constituição
24-04-13	Honório Novo	Rejeitamos a liquidação dos ENVC e a opção apresentada pelo Governo
17-04-13	Bruno Dias	Há mais de 2 anos que o PCP denuncia escândalo financeiro dos contratos "SWAP"
10-04-13	Bernardino Soares	Não pode haver nenhuma hesitação, demissão imediata do Governo e convocação de eleições
04-04-13	Miguel Tiago	Quem nos quer submissos, quer-nos incultos
28-03-13	António Filipe	Sobre a nomeação de Silva Carvalho para a Presidência do Conselho de Ministros
20-03-13	Jorge Machado	Primeiro-ministro mente, para justificar despedimentos na Administração Pública
07-03-13	Bruno Dias	Subserviência, dependência, submissão - Um caminho de desastre que é urgente derrotar
28-02-13	João Ramos	Venda de carne de cavalo por carne de vaca – Fraude económica e um grave problema de saúde pública
20-02-13	Jorge Machado	Face ao abismo o Governo PSD/CDS propõe mais um passo em frente
14-02-13	António Filipe	Ser autarca não é cadastro, um cidadão não pode ser privado dos seus direitos políticos
07-02-13	Honório Novo	"É desumano e vexatório manter 630 trabalhadores quase paralisados há mais de dois anos!"
31-01-13	Carla Cruz	Um novo ataque à RTP
24-01-13	Rita Rato	Pobreza Infantil, tempos de retrocesso civilizacional
16-01-13	Bernardino Soares	Não há alternativa à demissão do Governo e à convocação de eleições antecipadas
09-01-13	António Filipe	Os banqueiros aguentam este Governo e esta política, pois aguentam. O povo português é que não
03-01-13	Paulo Sá	Pacto das Troicas: espoliação dos direitos e dos rendimentos dos trabalhadores
27-12-12	Miguel Tiago	Não é corajosa a vítima que colabora com o agressor mas a que lhe faz frente
20-12-12	Agostinho Lopes	Agricultura – a continuação do desastre
13-12-12	José Lourenço	As privatizações conduzem o país ao desastre
05-12-12	João Oliveira	É a luta dos trabalhadores e do povo que abrirá os horizontes do futuro
30-11-12	António Filipe	Contrapartidas - um dos maiores escândalos financeiros
25-10-12	Rita Rato	Este governo é uma máquina de fazer pobres
17-10-12	João Ramos	O sector da restauração vive momentos dramáticos
11-10-12	João Ramos	Recusar a alternância partidária que nos tem conduzido ao abismo, afirmar a política alternativa que o PCP propõe
03-10-12	Paula Santos	A privatização da água é um crime contra o país!
26-09-12	António Filipe	Na luta constrói-se a alternativa

19-09-12	Bernardino Soares	É preciso rejeitar este pacto de agressão, pôr fim ao Governo que o aplica
14-06-12	Agostinho Lopes	A agricultura no nosso país caminha para a ruína por culpa de PSD/CDS e PS
06-06-12	Paula Santos	A política de redução de salários aplicada pelo Governo e a necessidade de renegociação da dívida pública portuguesa.
16-05-12	Agostinho Lopes	O aumento do IVA na restauração e as suas consequências na economia nacional.
03-05-12	João Ramos	Os problemas com que se defronta o setor das pescas, exigindo do Governo medidas com vista à sua valorização e proteção.
25-04-12	Agostinho Lopes	Sessão Solene Comemorativa do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril
19-04-12	Bernardino Soares	As alterações que o Governo quer introduzir nas relações laborais, nomeadamente, a redução do valor das indemnizações em caso de despedimento.
04-04-12	Jorge Machado	O corte de diversas prestações sociais.
29-03-12	Miguel Tiago	Censura o Governo por não defender uma política cultural e de apoio às artes.
22-03-12	Bernardino Soares	Balanço da greve geral.
08-03-12	António Filipe	O não cumprimento das contrapartidas da Lei de Programação Militar.
29-02-12	João Oliveira	Só com outra política se combate a criminalidade económica e financeira
22-02-12	Miguel Tiago	Crítica ao Governo por não ter concedido tolerância de ponto aos funcionários públicos na terça-feira de Carnaval.
08-02-12	João Oliveira	Dia 11, no Terreiro do Paço, luta-se contra o Pacto de Agressão
01-02-12	Rita Rato	A crescente dificuldade que os alunos do ensino superior público têm no acesso às bolsas de ação social.
25-01-12	António Filipe	Cortes no transporte de doentes - Uma das faces mais desumanas da política deste Governo
19-01-12	Bruno Dias	A política de transportes que conduz ao desmantelamento da rede pública de transportes urbanos.
12-01-12	Jorge Machado	Sobre decisão do Governo de mandar notificar beneficiários de prestações sociais para devolverem dinheiro
04-01-12	Paulo Sá	Governo prepara a "Lei do Despejo" na habitação
21-12-11	Jorge Machado	Governo promove a lei da selva nas relações laborais e apela à emigração
15-12-11	Miguel Tiago	PCP defende e promove a estabilidade do corpo docente das escolas
07-12-11	Agostinho Lopes	Fundo de Pensões - Mais uma negociata entre o governo e os banqueiros
19-10-11	Bernardino Soares	Sobre o Orçamento de Estado para 2012
13-10-11	Agostinho Lopes	Os agravamentos fiscais previstos no orçamento do Estado para 2012
06-10-11	Bruno Dias	Contra a privatização da estação pública de televisão e o plano de reestruturação da empresa
22-09-11	Jorge Machado	Contra a anunciada proposta do Governo de alteração da legislação laboral
15-09-11	Rita Rato	Início Ano Letivo: ataque à escola pública de qualidade e democrática
07-09-11	Agostinho Lopes	Douro - Um Desastre Anunciado
01-09-11	Miguel Tiago	PCP confronta governo sobre a não colocação de 37 mil professores
31-08-11	António Filipe	Serviços de Informações não podem violar direitos constitucionais dos cidadãos
27-07-11	Bruno Dias	PCP confronta PSD/CDS com o roubo no aumento das tarifas nos transportes
21-07-11	Honório Novo	PCP denuncia a transferência dos prejuízos da banca para o bolso dos trabalhadores e do Povo

11. Jornadas Parlamentares

- **Jornadas Parlamentares em Aveiro, 2 e 3 de Fevereiro de 2015**

Abertura das Jornadas Parlamentares:

Intervenção de João Oliveira "[Não deixaremos de avançar com as soluções da política alternativa de que o país necessita](#)"

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[Não há caminhos fechados à vontade e determinação dos povos](#)"

Declaração Diana Ferreira [Visitas e encontros nas Jornadas Parlamentares do PCP em Aveiro](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares – [João Oliveira](#)

- **Jornadas Parlamentares em Loures, 6 e 7 de Outubro de 2014**

Abertura das Jornadas Parlamentares:

Intervenção de João Oliveira "[Compromisso para erguer a política alternativa, patriótica e de esquerda](#)"

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[Há outro caminho e outras soluções políticas para por fim ao rumo que o País segue](#)"

Sessão Pública - [A alternativa na política fiscal. Tributar os grandes interesses, aliviar os impostos aos trabalhadores e ao povo](#)

Declaração Miguel Tiago [Visitas e encontros nas Jornadas Parlamentares do PCP em Loures](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares – [João Oliveira](#)

- **Jornadas Parlamentares conjuntas com os Deputados comunistas no Parlamento Europeu - Setúbal, 17 e 18 de Fevereiro de 2014**

Abertura das Jornadas Parlamentares:

Intervenção João Oliveira "[As jornadas parlamentares não passam ao lado dos problemas do distrito de Setúbal](#)"

Intervenção João Ferreira, Deputado do PCP ao Parlamento Europeu "[Um trabalho ímpar, útil para o País, para os trabalhadores e para a generalidade dos portugueses](#)"

Intervenção Jerónimo de Sousa "[É possível assegurar com outra política a soberania e a independência do país e o seu desenvolvimento](#)"

Declaração Inês Zuber, Deputada do PCP ao Parlamento Europeu - [Visitas nas Jornadas Parlamentares do PCP em Setúbal](#)

Sessão Pública no Seixal - <http://www.pcp.pt/node/270745>

Encerramento das jornadas Parlamentares:

Intervenção João Oliveira "[A situação do país exige um governo e uma política capazes de resolver os graves problemas nacionais](#)"

Intervenção João Ferreira, Deputado do PCP ao Parlamento Europeu "[O reforço da CDU nas próximas eleições será um fator essencial para a mudança de rumo](#)"

- **Jornadas Parlamentares em Faro, 2 e 3 de Dezembro de 2013**

Abertura das Jornadas Parlamentares:

Intervenção de João Oliveira "[Afirmar a alternativa a esta política e a este Governo, alternativa que existe e é cada vez mais urgente construir](#)"

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[Há soluções para os problemas do país e nós estamos aqui para as afirmar](#)"

Declaração de Paulo Sá - [Visitas nas Jornadas Parlamentares do PCP em Faro](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares – [João Oliveira](#)

- **Jornadas Parlamentares em Viana do Castelo , 22 e 23 de Abril de 2013**

Abertura das Jornadas Parlamentares:

Intervenção de Bernardino Soares "[O PCP apresenta alternativas para o país](#)"

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[Há soluções e uma alternativa capaz de assegurar o desenvolvimento do país](#)"

Declaração de Honório Novo - [Visitas nas Jornadas Parlamentares do PCP em Viana do Castelo](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares – [Bernardino Soares](#)

- **Jornadas Parlamentares em Beja, 8 e 9 de Outubro de 2012**

Abertura das Jornadas Parlamentares:

Intervenção de Bernardino Soares "[O povo português não se resigna](#)"

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[O país precisa urgentemente de promover uma alternativa política patriótica e de esquerda](#)"

[Declaração de Bernardino Soares](#) na Marcha contra o Desemprego, organizada pela CGTP, na sua passagem por Beja

Declaração de João Ramos - [Visitas nas Jornadas Parlamentares do PCP em Beja](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares – [Bernardino Soares](#)

- **Jornadas Parlamentares em Leiria, 21 e 22 de Maio de 2012**

Abertura das Jornadas Parlamentares:

Intervenção de Abertura ([Jerónimo de Sousa](#))

Intervenção de Abertura ([Bernardino Soares](#))

Declaração de [Bruno Dias](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares ([Bernardino Soares](#))

- **Jornadas Parlamentares no Oeste e Norte do distrito de Lisboa, 3 e 4 de Outubro de 2011**

Abertura das Jornadas Parlamentares:

Intervenção de Abertura ([Jerónimo de Sousa](#))

Declaração de [Miguel Tiago](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares ([Bernardino Soares](#))

12. Comissões Eventuais

- Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo (proposta pelo PCP)
[Consultar trabalhos aqui](#)
[Página do PCP na Internet sobre a Comissão de Inquérito ao BES](#)
- Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios S.A. (proposta pelo PCP)
[Consultar trabalhos aqui](#)
- Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal
[Consultar trabalhos aqui](#)
- Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização, Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do Sector Rodoviário e Ferroviário (*Presidência PCP*)
[Consultar trabalhos aqui](#)
- Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate
[Consultar trabalhos aqui](#)
- Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público
[Consultar trabalhos aqui](#)
Debate em Plenário do Relatório da Comissão – [Intervenção Paulo Sá](#)
[*Projeto de Resolução 932/XII \(PCP\) - Recomenda ao Governo que promova a declaração de nulidade ou a anulação dos contratos de permuta financeira \(swap\) celebrados entre entidades públicas empresariais e instituições financeiras.*](#)
- Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo
[Consultar trabalhos aqui](#)
[Conferência e Imprensa sobre relatório final](#)
- Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II)
[Consultar trabalhos aqui](#)

13. Pedidos de declaração de inconstitucionalidade e respetivos Acórdãos do T.C.

12JUL12 - Lei n.º 23/2012, de 25 de Junho «Procede à alteração ao Código do Trabalho

- [Pedido de fiscalização e Acórdãos do TC](#)

04JAN13 – Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro – Orçamento de Estado de Estado para 2013

- [Pedido de Fiscalização e Acórdão do TC](#)

23SET13 – Lei nº 68/2013 - Regime de contrato de trabalho em funções públicas (40 horas)

- [Pedido de Fiscalização](#)

- [Acórdão 794/2013](#)

20JAN14 – Lei nº 83-C/2013 – Orçamento de Estado para 2014

- [Pedido de Fiscalização](#)

- [Acórdão 413/2014](#)

- [Aclaração 468/2014](#)

31JAN14 – DL nº 133/2013 – Estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas

- [Pedido de Fiscalização e Acórdão do TC](#)

26MAR14 - Lei n.º 13/2014, de 14 de março, que procede à primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013 - Orçamento Retificativo

- [Pedido de Fiscalização e Acórdão do TC](#)

27JUN14 – Lei nº 30/2014 – Valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de saúde ADSE, SAD e ADM

- [Pedido de Fiscalização](#)

06MAR15 - Lei n.º 72/2014, de 2 de setembro, que procede à segunda alteração à Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, que estabelece a Lei dos Baldios

- [Pedido de Fiscalização](#)

14. Projetos de Lei

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>

Pjl	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV
	432	167	116	108	290	61

(atualizado a 08/07/15)

Tipo	Nº	Título	Área
Pjl	310/XII	Revoga a Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64 -A/2008, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.	Administração Pública
Pjl	313/XII	Revoga a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.	Administração Pública
Pjl	353/XII	Revoga a transição para as carreiras gerais dos trabalhadores do IFAP, I.P. e das direções regionais de agricultura e pescas (Revoga o Decreto-Lei n.º 19/2013, de 6 de fevereiro).	Administração Pública
Pjl	425/XII	Garante a atribuição do abono para falhas a todos os trabalhadores da Administração Pública que desempenhem funções de manuseamento de valores, numerário, títulos ou documentos - Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 276/98, de 11 de setembro e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.	Administração Pública
Pjl	440/XII	Revoga a integração no regime geral de segurança social dos trabalhadores do IFAP, I.P., oriundos do IFADAP, que foram abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho para o Sector Bancário (ACT) e a desoneração daquele Instituto, através da sua transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA, I.P.), dos encargos com as pensões de reforma e de sobrevivência daqueles trabalhadores. (Revoga o Decreto-Lei n.º 30/2013, de 22 de fevereiro).	Administração Pública
Pjl	481/XII	Programa Urgente de Combate à Precariedade Laboral na Administração Pública.	Administração Pública
Pjl	482/XII	Garante aos Trabalhadores o Vínculo Público de Nomeação como forma de assegurar a estabilidade e segurança dos vínculos laborais na Administração Pública.	Administração Pública
Pjl	483/XII	Revoga a Mobilidade Especial e o regime jurídico da Requalificação de Trabalhadores em Funções Públicas.	Administração Pública
Pjl	508/XII	Revoga a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.	Administração Pública
Pjl	624/XII	Impede o encerramento de serviços públicos	Administração Pública
Pjl	705/XII	Revoga a Mobilidade Especial e o regime jurídico da Requalificação de Trabalhadores em Funções Públicas	Administração Pública
Pjl	747/XII	Revoga a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso	Administração Pública
Pjl	764/XII	Aprova o regime de correção salarial dos trabalhadores da administração pública que exercem funções no estrangeiro	Administração Pública
Pjl	860/XII	Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores, procedendo à 8.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, e à revogação da Lei n.º 68/2013, de 29 de Agosto, que estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas	Administração Pública
Pjl	28/XII	Altera o Código Contributivo reforçando a proteção social dos pescadores.	Agricultura e Pescas
Pjl	308/XII	Regula o cultivo de variedades agrícolas geneticamente modificadas.	Agricultura e Pescas
Pjl	426/XII	Cria um regime especial de declaração de morte presumida em caso de naufrágio de embarcações de pesca.	Agricultura e Pescas
Pjl	524/XII	Altera o fundo de compensação salarial dos profissionais da pesca.	Agricultura e Pescas
Pjl	626/XII	Estabelecimento obrigatório de preços nos contratos de vindima entre viticultores e os comerciantes na Região Demarcada do Douro	Agricultura e Pescas
Pjl	700/XII	Define medidas fiscais de apoio aos pequenos agricultores e à agricultura familiar portuguesa	Agricultura e Pescas
Pjl	805/XII	Regula o cultivo de variedades agrícolas geneticamente modificadas	Agricultura e Pescas
Pjl	1008/XII	Regime jurídico da modernização de Centros de Recolha Oficial de Animais e dos serviços municipais de veterinária	Ambiente
Pjl	154/XII	Estabelece as Bases da Política de Ambiente.	Ambiente

Pjl	252/XII	Garante o papel fundamental do Estado na conservação da natureza e da biodiversidade e revoga as taxas cobradas pelo acesso e visita às áreas protegidas e pelos serviços e atos praticados pelo ICNB.	Ambiente
Pjl	672/XII	Determina o regime jurídico da utilização de embalagens fornecidas em superfícies comerciais	Ambiente
Pjl	819/XII	Veda o acesso de empresas privadas às atividades económicas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos	Ambiente
Pjl	859/XII	Cria a Rede de Centros de Acolhimento e Reabilitação de Animais Selvagens e Exóticos	Ambiente
Pjl	214/XII	Estabelece medidas de valorização e divulgação do cinema português.	Cultura
Pjl	228/XII	Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos.	Cultura
Pjl	404/XII	Estabelece o regime relativo à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho dos bailarinos profissionais, do bailado clássico ou contemporâneo.	Cultura
Pjl	407/XII	Altera a Lei n.º 55/2012, de 6 e Setembro que «Estabelece os princípios de ação do Estado no Quadro de Fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais» apoiando a projeção e difusão do cinema digital criando mecanismos de apoio a cineclubes e associações sem fins lucrativos.	Cultura
Pjl	414/XII	Cria o Arquivo Sonoro Nacional.	Cultura
Pjl	423/XII	Assegura os direitos de utilizações livres previstas no Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos.	Cultura
Pjl	446/XII	Estabelece os princípios do financiamento da produção cinematográfica nacional e da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema.	Cultura
Pjl	495/XII	Institui um regime especial de defesa e valorização das embarcações tradicionais portuguesas enquanto património cultural nacional.	Cultura
Pjl	509/XII	Estabelece os princípios do financiamento da produção cinematográfica nacional e da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema e assegura o financiamento correspondente aos anos de 2012 e 2013	Cultura
Pjl	510/XII	Vinculação extraordinária dos docentes do Ensino Artístico das Artes Visuais e das Artes Audiovisuais, da Música e da Dança	Cultura
Pjl	606/XII	Cria o Museu Nacional da Indústria Naval.	Cultura
Pjl	646/XII	Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos.	Cultura
Pjl	993/XII	Cria o Estatuto do Bailarino Profissional da Companhia Nacional de Bailado e a Escola de Dança da Companhia Nacional de Bailado	Cultura
Pjl	145/XII	Reconhece a liberdade sindical do pessoal da Polícia Marítima (1.ª alteração à Lei n.º 53/98, de 18 de Agosto que estabelece o regime de exercício de direitos do pessoal da Polícia Marítima).	Defesa
Pjl	153/XII	Amnistia as infrações disciplinares, aplicadas a militares, com motivação associativa e no exercício do direito de associativismo representativo militar.	Defesa
Pjl	156/XII	Determina a recomposição das carreiras dos Sargentos Fuzileiros Deficientes das Forças Armadas graduados em Sargento-Mor.	Defesa
Pjl	354/XII	Extingue a Arsenal do Alfeite, S.A. e determina a reintegração do Arsenal do Alfeite na orgânica da Marinha.	Defesa
Pjl	374/XII	Atribui à Assembleia da República a competência para a aprovação das Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (1.ª alteração à Lei Orgânica nº 1-B/2009 de 7 de Julho)	Defesa
Pjl	538/XII	Regula o processo de decisão e acompanhamento do envolvimento de contingentes das Forças Armadas ou de Forças de Segurança Portuguesas em operações militares fora do território nacional (Primeira alteração à Lei n.º 31-A/2009, de 7 de Julho).	Defesa
Pjl	640/XII	Extingue o Arsenal do Alfeite, S.A. e determina a reintegração do Arsenal do Alfeite na orgânica da Marinha	Defesa
Pjl	897/XII	Primeira alteração à Lei nº 9/2008, de 19 de fevereiro - Regula o exercício do direito de associação pelo pessoal da Polícia Marítima, nos termos da Lei n.º 53/98, de 18 de Agosto	Defesa
Pjl	94/XII	Regula o direito de Associação na Guarda Nacional Republicana.	Defesa
Pjl	97/XII	Altera o regime de promoções do pessoal do Troço de Mar do Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha.	Defesa
Pjl	11/XII	Cria o tipo de crime de enriquecimento ilícito.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	175/XII	Altera o Decreto-lei n.º 241/2007, de 21 de Junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	206/XII	Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados.	Direitos, Liberdades e Garantias

Pjl	226/XII	Aprova a Lei de Segurança Interna.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	251/XII	Cria a Comissão da Assembleia da República para a Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	27/XII	Regula o modo de exercício dos poderes de controlo e fiscalização da Assembleia da República sobre o Sistema de Informações da República Portuguesa e o Segredo de Estado	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	302/XII	Cria a Comissão da Assembleia da República para a Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	341/XII	Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	35/XII	Lei Orgânica do Regime do Referendo Regional.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	355/XII	Cria um Programa Extraordinário de Combate à Pobreza Infantil e reforça a proteção dos Direitos das Crianças e Jovens.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	356/XII	Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e apresentação de um Relatório Anual sobre os Direitos da Criança e a situação da Infância em Portugal.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	357/XII	Cria a Comissão Nacional dos Direitos das Crianças e Jovens.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	387/XII	Quinta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade).	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	411/XII	Garante as condições materiais e humanas para o cumprimento efetivo do papel das Comissões de Proteção a Crianças e Jovens.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	552/XII	Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	553/XII	1.ª Alteração à Lei n.º 6/94, de 7 de Abril, que aprova o regime do Segredo de Estado.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	619/XII	Quarta alteração à Lei sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas, Lei n.º 74/98, de 11 de novembro.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	621/XII	Reforço dos Direitos de Maternidade e Paternidade.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	777/XII	Confere ao Tribunal Constitucional competência para apreciar e fiscalizar as contas dos grupos parlamentares, procedendo à sexta alteração à Lei nº 28/82, de 15 de novembro, e à quinta alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	782/XII	Enriquecimento injustificado (35.ª alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, 4.ª alteração à lei n.º 34/87, de 16 de julho e 6.ª alteração à lei n.º 4/83, de 2 de abril)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	793/XII	Primeira alteração a Lei n.º 59/90, de 21 de novembro, Autonomia administrativa dos órgãos independentes que funcionam junto da Assembleia da República	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	806/XII	Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	816/XII	Reforço dos direitos de maternidade e paternidade	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	85/XII	Primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos).	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	865/XII	Reforço dos Direitos de Maternidade e Paternidade	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	886/XII	Estratégia nacional para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	899/XII	Primeira alteração à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	915/XII	Estabelece um prazo excecional para regularização da situação dos funcionários e agentes do estado e dos corpos administrativos, bem como dos trabalhadores contratados ou assalariados, que exerceram funções Timor-Leste	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	92/XII	Reforça a proteção das vítimas de violência.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	959/XII	Primeira Alteração à Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro Regime de Concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	974/XII	Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	997/XII	Aprova o regime de fiscalização da Assembleia da República sobre o Sistema de Informações da República Portuguesa e fixa os limites da atuação dos Serviços que o integram (Sexta alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	158/XII	Regulação dos horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição.	Economia
Pjl	235/XII	Repõe a taxa do IVA nos serviços de Alimentação e Bebidas em 13%.	Economia
Pjl	306/XII	Repõe a taxa do IVA nos serviços de Alimentação e Bebidas em 13%.	Economia
Pjl	386/XII	Cria taxas de IVA de 6% aplicáveis ao consumo de eletricidade e de gás natural e revoga a Lei n.º 51-A/2011, de 30 de Setembro.	Economia
Pjl	448/XII	Altera a Lei da Concorrência para proteger as MPME dos abusos de poder e de dependência económica dos monopólios.	Economia

Pjl	449/XII	Estabelece um regime de benefícios fiscais para micro, pequenas e médias empresas em regime de interioridade.	Economia
Pjl	450/XII	Repõe a taxa do IVA nos serviços de Alimentação e Bebidas em 13%.	Economia
Pjl	542/XII	Define taxas de IVA de 6% aplicáveis ao consumo de eletricidade e de gás natural, assim como de gás butano e propano.	Economia
Pjl	779/XII	Altera o Regime que cria a contribuição Extraordinária sobre o setor energético	Economia
Pjl	967/XII	Regulação dos horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição	Economia
Pjl	1017/XII	Regime Jurídico da Educação Especial	Educação e Ciência
Pjl	12/XII	Revoga o atual Regime de Avaliação de Desempenho dos Docentes e anula a produção dos efeitos resultantes do ciclo 2009/2011.	Educação e Ciência
Pjl	152/XII	Estabelece um regime transitório de isenção de propinas e de reforço do apoio aos estudantes do ensino superior.	Educação e Ciência
Pjl	180/XII	Estatuto do Pessoal de Investigação Científica em Formação.	Educação e Ciência
Pjl	185/XII	Atualização extraordinária das bolsas de investigação Altera a Lei n.º 40/2004, de 18 de Agosto (Estatuto do Bolseiro de Investigação)	Educação e Ciência
Pjl	207/XII	Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define os apoios específicos aos estudantes.	Educação e Ciência
Pjl	208/XII	Regime de apoio à frequência de Estágios Curriculares no âmbito do Ensino Secundário e do Ensino Profissional.	Educação e Ciência
Pjl	209/XII	Cria os Gabinetes Pedagógicos de Integração Escolar (GPIE).	Educação e Ciência
Pjl	210/XII	Regime de apoio à frequência de Estágios Curriculares no Ensino Superior.	Educação e Ciência
Pjl	218/XII	Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.	Educação e Ciência
Pjl	267/XII	Estabelece um regime de suficiência do formato digital para e entrega de trabalhos, teses e dissertações.	Educação e Ciência
Pjl	289/XII	Garante a vinculação dos professores contratados e promove a estabilidade do corpo docente das escolas	Educação e Ciência
Pjl	290/XII	Define o regime de certificação e adoção dos manuais escolares, garantindo a sua gratuitidade.	Educação e Ciência
Pjl	291/XII	Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define os apoios específicos aos estudantes.	Educação e Ciência
Pjl	305/XII	Garante a contratação por tempo indeterminado dos trabalhadores não docentes nas escolas públicas.	Educação e Ciência
Pjl	324/XII	Regime Jurídico da Educação Especial.	Educação e Ciência
Pjl	328/XII	Determina a suspensão da constituição de novos agrupamentos escolares e estabelece o regime jurídico da reversão dos processos em curso.	Educação e Ciência
Pjl	36/XII	Extingue a Parque Escolar, Entidade Pública Empresarial e transfere o seu património para o Estado (Revogação do Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de Fevereiro).	Educação e Ciência
Pjl	361/XII	Financiamento do Ensino Superior Público.	Educação e Ciência
Pjl	362/XII	Estabelece um regime transitório de isenção do pagamento de propinas e de reforço da ação social direta e indireta aos estudantes do Ensino Superior Público.	Educação e Ciência
Pjl	460/XII	Determina a realização de um concurso extraordinário de contratação e colocação de psicólogos com formação na área da psicologia educacional e profissionais das ciências da educação nos estabelecimentos públicos de ensino.	Educação e Ciência
Pjl	461/XII	Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define apoios específicos aos estudantes.	Educação e Ciência
Pjl	462/XII	Define o regime de certificação e adoção dos manuais escolares, garantindo a sua gratuitidade.	Educação e Ciência
Pjl	463/XII	Financiamento do Ensino Superior Público.	Educação e Ciência
Pjl	473/XII	Pela salvaguarda da autonomia e independência das Associações de Estudantes e respeito pelo seu papel.	Educação e Ciência
Pjl	480/XII	Garante a vinculação dos professores contratados e promove a estabilidade do corpo docente das escolas.	Educação e Ciência
Pjl	496/XII	Contra o desmantelamento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e pela e defesa dos postos de trabalho científicos.	Educação e Ciência
Pjl	535/XII	Lei Tutelar Educativa (Primeira alteração à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).	Educação e Ciência
Pjl	540/XII	Cria os Gabinetes Pedagógicos de Integração Escolar (GPIE).	Educação e Ciência
Pjl	627/XII	Atualização extraordinária das bolsas de investigação Quarta alteração à Lei n.º 40/2004, de 18 de Agosto (Estatuto do Bolseiro de Investigação)	Educação e Ciência
Pjl	628/XII	Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica em formação	Educação e Ciência

Pjl	629/XII	Conclusão das obras em curso, reavaliação e concretização dos projetos aprovados e extinção do Parque Escolar E.P.E.	Educação e Ciência
Pjl	636/XII	Regime de apoio à frequência de Estágios Curriculares no âmbito do Ensino Secundário e do Ensino Profissional	Educação e Ciência
Pjl	643/XII	Confirma a vigência do regime constante da Lei n.º 77/2009, de 13 de Agosto, relativo à aposentação de professores em regime de monodocência	Educação e Ciência
Pjl	667/XII	Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem	Educação e Ciência
Pjl	675/XII	Revoga a Propina do Ensino de Português no Estrangeiro (Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de Agosto)	Educação e Ciência
Pjl	70/XII	Define o regime de certificação e adoção dos manuais escolares, garantindo a sua gratuitidade.	Educação e Ciência
Pjl	701/XII	Define o regime de apoio à frequência dos estágios curriculares do ensino superior	Educação e Ciência
Pjl	758/XII	Revoga a Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades e garante a anulação dos seus efeitos	Educação e Ciência
Pjl	77/XII	Garante a vinculação dos professores contratados e promove a estabilidade do corpo docente das escolas.	Educação e Ciência
Pjl	828/XII	Procede à primeira alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o "Regime jurídico das instituições do ensino superior"	Educação e Ciência
Pjl	83/XII	Concurso de ingresso e mobilidade de professores.	Educação e Ciência
Pjl	861/XII	Cria o passe escolar	Educação e Ciência
Pjl	862/XII	Define o regime de certificação e adoção dos manuais escolares, garantindo a sua gratuitidade	Educação e Ciência
Pjl	87/XII	Define o regime jurídico da psicologia em contexto escolar, bem como o regime de contratação e colocação de psicologia com formação na área da psicologia educacional e profissionais das ciências da educação nos estabelecimentos públicos de ensino.	Educação e Ciência
Pjl	894/XII	Propõe um regime de vinculação dos docentes na carreira	Educação e Ciência
Pjl	20/XII	Regime de renda apoiada (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio.	Habituação
Pjl	243/XII	Medidas para garantir a manutenção da habitação.	Habituação
Pjl	250/XII	Altera o Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, que procede à reforma da tributação do património simultaneamente, precisando o tempo e o modo de fixação pelo Governo da percentagem de receitas do IMI, decorrentes da realização da avaliação geral dos prédios urbanos.	Habituação
Pjl	256/XII	Suspende os aumentos das rendas das habitações sociais.	Habituação
Pjl	323/XII	Regime de Renda Apoiada - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio.	Habituação
Pjl	348/XII	Revoga a Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, e suspende a atualização de renda dos diversos tipos de arrendamento, prevista na Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na sua versão originária, bem como a correção extraordinária das rendas previstas na Lei n.º 46/85, de 20 de setembro.	Habituação
Pjl	494/XII	Suspende os aumentos das rendas das habitações sociais.	Habituação
Pjl	620/XII	Revoga a Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, e suspende a atualização de renda dos diversos tipos de arrendamento, prevista na Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na sua versão originária, bem como a correção extraordinária das rendas previstas na Lei n.º 46/85, de 20 de setembro.	Habituação
Pjl	671/XII	Regime de Renda Apoiada. Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio	Habituação
Pjl	673/XII	Revoga o novo regime do arrendamento urbano aprovado pela Lei n.º 31/2012 – Lei dos despejos - e suspende os aumentos das renda dos diversos tipos de arrendamento previstos nas Leis n.º 46/85 e 6/2006	Habituação
Pjl	703/XII	Estabelece restrições à penhora e execução de hipoteca sobre a habitação	Habituação

Pjl	834/XII	Altera o regime de Renda Apoiada, garantindo um valor de renda mais justo e acessível (Primeira alteração à Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio, e os Decretos-Leis n.ºs 608/73, de 14 de novembro, e 166/93, de 7 de maio)	Habitação
Pjl	849/XII	Estabelece uma cláusula de salvaguarda para efeitos de IMI e revoga a isenção concedida aos fundos imobiliários	Habitação
Pjl	266/XII	Altera o Código de Processo Penal estabelecendo a obrigatoriedade de assistência do arguido por defensor no inquérito e garantindo maior celeridade no julgamento da criminalidade de menor gravidade.	Justiça
Pjl	333/XII	Estabelece a rede nacional, o regime de competência, a organização e o funcionamento dos julgados de paz.	Justiça
Pjl	457/XII	Altera o Código de Processo Penal limitando a aplicação do processo sumário aos crimes de menor gravidade.	Justiça
Pjl	634/XII	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março. Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais	Justiça
Pjl	674/XII	Adota medidas urgentes para a reparação dos direitos lesados pela paralisia da plataforma informática CITIUS e para a normalização do funcionamento dos tribunais judiciais	Justiça
Pjl	690/XII	Altera o Código de Processo Penal limitando a aplicação do processo sumário aos crimes de menor gravidade	Justiça
Pjl	657/XII	Conselho das Comunidades Portuguesas - primeira alteração à Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas.	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjl	103/XII	Estabelece o princípio da Neutralidade da Rede nas Comunicações Eletrónicas.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	167/XII	Estabelece a universalidade do acesso à televisão digital terrestre e o alargamento da oferta televisiva.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	219/XII	Altera a composição do Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, S. A., procedendo à alteração do Anexo da Lei nº 8/2007 de 14 de Fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	253/XII	Canal Parlamento através da Televisão Digital Terrestre.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	42/XII	Defende o carácter público da CP e da gestão das suas linhas, revogando o Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho, que "Aprova o regime jurídico aplicável à CP - Comboios de Portugal, EPE e os estatutos da CP".	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	67/XII	Confirma o passe social intermodal como título nos transportes coletivos de passageiros e atualiza o âmbito geográfico das respetivas coroas na Área Metropolitana de Lisboa	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	683/XII	Revoga o Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de Maio, que "estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., e da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A., para efeitos da concretização do processo de fusão das duas empresas."	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	794/XII	Altera o regime de cobrança de portagens, até à sua eliminação, em defesa dos direitos dos utentes das autoestradas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	1029/XII	Altera o Código do IMI, reduzindo o esforço tributário das famílias	Orçamento e Finanças
Pjl	109/XII	Procede à oitava alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.	Orçamento e Finanças
Pjl	130/XII	Reforça a tributação sobre os rendimentos distribuídos por entidades localizadas em off-shore ou em países ou regiões com regimes fiscais claramente mais favoráveis e elimina a isenção da tributação das mais-valias mobiliárias realizadas por SGPS. (altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, e o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho).	Orçamento e Finanças
Pjl	191/XII	Cria a Taxa sobre Transações Financeiras em Bolsa.	Orçamento e Finanças
Pjl	360/XII	Elimina os processos contraordenacionais contra quem não exigir a passagem ou emissão de faturas, alterando o Regime Geral das Infrações Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho.	Orçamento e Finanças
Pjl	390/XII	Cria um regime de IVA de caixa, alterando o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Setembro.	Orçamento e Finanças
Pjl	398/XII	3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de Julho, permitindo o reembolso do valor de planos poupança para pagamento de contratos de crédito à habitação.	Orçamento e Finanças

Pjl	40/XII	Cria uma taxa autónoma especial sobre transferências financeiras para paraísos fiscais.	Orçamento e Finanças
Pjl	410/XII	3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de julho, permitindo o reembolso do valor de planos de poupança para pagamento de prestações e para amortização de contratos de crédito à habitação.	Orçamento e Finanças
Pjl	44/XII	Determina a aplicação extraordinária de uma taxa efetiva de IRC de 25% ao sector bancário, financeiro e grandes grupos económicos (Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro)	Orçamento e Finanças
Pjl	45/XII	Tributação adicional sobre a aquisição e a detenção de automóveis de luxo, iates e aeronaves (13.ª alteração à Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho, que aprovou o Código do Imposto sobre Veículos - ISV - e o Código do Imposto Único de Circulação - IUC)	Orçamento e Finanças
Pjl	46/XII	Tributa as mais-valias mobiliárias realizadas por Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS), Sociedades de Capital de Risco (SCR), Fundos de Investimento, Fundos de Capital de Risco, Fundos de Investimento Imobiliário em Recursos Florestais, Entidades não Residentes e Investidores de Capital de Risco (IRC) - (Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho)	Orçamento e Finanças
Pjl	47/XII	Cria uma nova taxa aplicável às transações financeiras realizadas no mercado de valores mobiliários	Orçamento e Finanças
Pjl	48/XII	Cria uma sobretaxa extraordinária em sede de IRC (Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro)	Orçamento e Finanças
Pjl	49/XII	Fixa em 21,5% a taxa aplicável em sede de IRS às mais-valias mobiliárias (Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro)	Orçamento e Finanças
Pjl	50/XII	Cria um novo escalão para rendimentos coletáveis acima de 175000 euros e tributa de forma extraordinária dividendos e juros de capital (Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro)	Orçamento e Finanças
Pjl	500/XII	Procede à primeira alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro, que cria um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil.	Orçamento e Finanças
Pjl	51/XII	Tributação adicional do património imobiliário de luxo (Alteração ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, que aprovou o Código do Imposto sobre Transações Onerosas - IMT - e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis -IMI)	Orçamento e Finanças
Pjl	527/XII	Proíbe a cobrança, pelas instituições de crédito, de comissões, despesas ou outros encargos pela manutenção de contas de depósito à ordem.	Orçamento e Finanças
Pjl	592/XII	Procede à oitava alteração à lei de enquadramento orçamental, revogando as normas expressas no Tratado Orçamental	Orçamento e Finanças
Pjl	686/XII	Contra a injustiça fiscal, por uma tributação justa ao serviço de um Portugal democrático e soberano	Orçamento e Finanças
Pjl	803/XII	Estabelece medidas de reforço ao combate à criminalidade económica e financeira, proibindo ou limitando relações comerciais ou profissionais ou transações ocasionais com entidades sedeadas em centros off-shore ou centros off-shore não cooperantes	Orçamento e Finanças
Pjl	818/XII	Determina a obrigatoriedade de as instituições de crédito disponibilizarem uma conta de depósito à ordem padronizada, designada de “conta base”, e proíbe a cobrança de comissões, despesas ou outros encargos pelos serviços prestados no âmbito dessa conta	Orçamento e Finanças
Pjl	833/XII	Proíbe os bancos de alterar unilateralmente taxas de juro e outras condições contratuais	Orçamento e Finanças
Pjl	962/XII	Reforça as obrigações de supervisão pelo Banco de Portugal e a transparência na realização de auditorias a instituições de crédito e sociedades financeiras (36.ª alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras)	Orçamento e Finanças
Pjl	1000/XII	Criação da Freguesia de São Pedro da Gafanhoeira, no Concelho de Arraiolos, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1001/XII	Criação da Freguesia de Santa Justa, no Concelho de Arraiolos, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1002/XII	Criação da Freguesia de São Gregório, no Concelho de Arraiolos, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1003/XII	Criação da Freguesia de Sabugueiro, no Concelho de Arraiolos, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1004/XII	Criação da Freguesia de Santa Maria, no Concelho de Lagos, Distrito de Faro	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1005/XII	Criação da Freguesia de São Sebastião, no Concelho de Lagos, Distrito de Faro	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1013/XII	Criação da Freguesia de Favões, no Concelho de Marco de Canaveses, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território

Pjl	1014/XII	Criação da Freguesia de Ariz, no Concelho de Marco de Canaveses, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1015/XII	Criação da Freguesia de Magrelos, no Concelho de Marco de Canaveses, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1019/XII	Criação da Freguesia de Casével, no Concelho de Castro Verde, Distrito de Beja	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1020/XII	Criação da Freguesia de Castro Verde, no Concelho de Castro Verde, Distrito de Beja	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1025/XII	Criação da Freguesia de Alqueva, no Concelho de Portel, distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1026/XII	Criação da Freguesia de Amieira, no Concelho de Portel, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1030/XII	Criação da Freguesia de Oriola, no Concelho de Portel, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1031/XII	Criação da Freguesia de Nossa Senhora da Boa Fé, no Concelho de Évora, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1032/XII	Criação da Freguesia de Bacelo, no Concelho de Évora, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1033/XII	Criação da Freguesia Senhora da Saúde, no Concelho de Évora, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1034/XII	Criação da Freguesia de Sé e São Pedro, no Concelho de Évora, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1035/XII	Criação da Freguesia de São Bartolomeu do Outeiro, no Concelho de Portel, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1036/XII	Criação da Freguesia de São Vicente do Pigeiro, no Concelho de Évora, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1037/XII	Criação da Freguesia de Malagueira, no Concelho de Évora, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1038/XII	Criação da Freguesia de Horta das Figueiras, no Concelho de Évora, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1039/XII	Criação da Freguesia de São Manços, no Concelho de Évora, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1040/XII	Criação da Freguesia de São Sebastião da Giesteira, no Concelho de Évora, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1041/XII	Criação da Freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe, no Concelho de Évora, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1042/XII	Criação da Freguesia de Nossa Senhora da Tourega, no Concelho de Évora, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1043/XII	Criação da Freguesia de São Mamede, no Concelho de Évora, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	1044/XII	Criação da Freguesia de Santo Antão, no Concelho de Évora, Distrito de Évora	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	260/XII	Veda o acesso de empresas privadas às atividades económicas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	277/XII	Proíbe a cobrança a munícipes, utentes ou consumidores, de encargos sobre o uso do subsolo do domínio público.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	303/XII	Revoga a Lei n.º 22/2012 de 30 de maio que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	325/XII	Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP - taxa municipal de direitos de passagem.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	332/XII	Veda o acesso de empresas privadas às atividades económicas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	418/XII	4ª Alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro que estabelece o Processo de Reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, prorrogando o prazo de aplicação da Lei.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	424/XII	Garante a internalização dos trabalhadores que se encontrem a desempenhar funções ao serviço de serviços municipalizados a extinguir ou de empresas municipais a dissolver por força do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e define o estatuto dos trabalhadores que lhes estão afetos.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	469/XII	Regime de uso e transformação do solo.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	470/XII	Segunda Alteração à Lei de bases da política de ordenamento do território e de urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de agosto).	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	472/XII	Limites territoriais entre os concelhos de Sesimbra e do Seixal, no distrito de Setúbal.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	539/XII	Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP - taxa municipal de direitos de passagem.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	560/XII	Criação da Freguesia de Albernoa, no Concelho de Beja, Distrito de Beja.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	561/XII	Criação da Freguesia de Trindade, no Concelho de Beja, Distrito de Beja.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	562/XII	Criação da Freguesia de Arcos, no Concelho de Anadia, Distrito de Aveiro.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	563/XII	Criação da Freguesia da Glória, no Concelho de Aveiro, Distrito de Aveiro.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	564/XII	Criação da Freguesia de Mogofores, no Concelho de Anadia, Distrito de Aveiro.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	565/XII	Criação da Freguesia de Vera Cruz, no Concelho de Aveiro, Distrito de Aveiro.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	566/XII	Criação da Freguesia de Cortiçadas de Lavre, no Concelho de Montemor-o-Novo, Distrito de Évora.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	567/XII	Criação da Freguesia de Lavre, no Concelho de Montemor-o-Novo, Distrito de Évora.	Poder Local e Ordenamento do Território

Pjl	568/XII	Criação da Freguesia de Nossa Senhora do Bispo, no Concelho de Montemor-o-Novo, Distrito de Évora.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	569/XII	Criação da Freguesia de Nossa Senhora da Vila, no Concelho de Montemor-o-Novo, Distrito de Évora.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	570/XII	Criação da Freguesia de Silveiras, no Concelho de Montemor-o-Novo, Distrito de Évora.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	571/XII	Criação da Freguesia de Baixa da Banheira, no Concelho da Moita, Distrito de Setúbal.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	572/XII	Criação da Freguesia do Gaio-Rosário, no Concelho da Moita, Distrito de Setúbal.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	573/XII	Criação da Freguesia de Sarilhos Pequenos, no Concelho da Moita, Distrito de Setúbal.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	574/XII	Criação da Freguesia do Vale da Amoreira, no Concelho da Moita, Distrito de Setúbal.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	575/XII	Criação da Freguesia do Afonsoeiro, no Concelho do Montijo, Distrito de Setúbal.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	576/XII	Criação da Freguesia do Alto Estanqueiro - Jardia, no Concelho do Montijo, Distrito de Setúbal.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	577/XII	Criação da Freguesia da Atalaia, no Concelho do Montijo, Distrito de Setúbal.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	578/XII	Criação da Freguesia do Montijo, no Concelho do Montijo, Distrito de Setúbal.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	579/XII	Criação da Freguesia de Pegões, no Concelho do Montijo, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	580/XII	Criação da Freguesia de Santo Isidro de Pegões, no Concelho do Montijo, Distrito de Setúbal.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	581/XII	Criação da Freguesia da Arrentela, no Concelho do Seixal, Distrito de Setúbal.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	582/XII	Criação da freguesia da Aldeia de Paio Pires, Concelho d Seixal, Distrito de Setúbal.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	583/XII	Criação da freguesia do Seixal, Concelho de Seixal, Distrito de Setúbal.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	584/XII	Criação da freguesia de Campo, Concelho de Valongo, Distrito do Porto.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	585/XII	Criação da freguesia de Sobrado, Concelho de Valongo, Distrito do Porto.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	586/XII	Criação da freguesia de Caneças, Concelho de Odivelas, Distrito de Lisboa.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	587/XII	Criação da freguesia da Ramada, Concelho de Odivelas, Distrito de Lisboa.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	588/XII	Criação da freguesia de Alhandra, Concelho de Vila Franca de Xira, Distrito de Lisboa.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	589/XII	Criação da freguesia de Calhandriz, Concelho de Vila Franca de Xira, Distrito de Lisboa.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	590/XII	Criação da freguesia de São João dos Montes, Concelho de Vila Franca de Xira, Distrito de Lisboa.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	622/XII	Altera o Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e revoga a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	625/XII	Recusa a privatização da Empresa Geral de Fomento, S.A. (EGF) e revoga o Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	641/XII	Limites territoriais entre a freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e a freguesia de S. Sebastião, no concelho de Setúbal, distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	642/XII	Limites Territoriais entre os Concelhos de Almada e do Seixal, no Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	658/XII	Recusa a privatização da Empresa Geral de Fomento, S.A. (EGF) e revoga o Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	706/XII	Criação da Freguesia de Pontinha, no Concelho de Odivelas, Distrito de Lisboa	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	707/XII	Criação da Freguesia de Famões, no Concelho de Odivelas, Distrito de Lisboa	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	708/XII	Criação da Freguesia de Olival de Basto, no Concelho de Odivelas, Distrito de Lisboa	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	709/XII	Criação da Freguesia de Póvoa de Santo Adrião, no Concelho de Odivelas, Distrito de Lisboa	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	710/XII	Criação da Freguesia de Vila Nova de São Bento, no Concelho de Serpa, Distrito de Beja	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	711/XII	Criação da Freguesia de São Domingos, no Concelho de Santiago do Cacém, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	712/XII	Criação da Freguesia de Santa Cruz, no Concelho de Santiago do Cacém, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	713/XII	Criação da Freguesia de Santiago – Alcácer do Sal, no Concelho de Alcácer do Sal, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	714/XII	Criação da Freguesia de Vale de Vargo, no Concelho de Serpa, Distrito de Beja	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	715/XII	Criação da Freguesia de Santa Maria do Castelo – Alcácer do Sal, no Concelho de Alcácer do Sal, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	716/XII	Criação da Freguesia de São Bartolomeu da Serra, no Concelho de Santiago do Cacém, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	717/XII	Criação da Freguesia de Marateca, no Concelho de Palmela, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	718/XII	Criação da Freguesia de Poceirão, no Concelho de Palmela, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	719/XII	Criação da Freguesia de Santa Susana, no Concelho de Alcácer do Sal, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	720/XII	Criação da Freguesia de Vale de Água, no Concelho de Santiago do Cacém, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território

Pjl	721/XII	Criação da Freguesia de Santiago do Cacém, no Concelho de Santiago do Cacém, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	722/XII	Criação da Freguesia de Rio de Moinhos, no Concelho de Aljustrel, Distrito de Beja	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	723/XII	Criação da Freguesia de São Pedro da Afurada, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	724/XII	Criação da Freguesia de Crestuma, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	725/XII	Criação da Freguesia de Gulpilhares, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	726/XII	Criação da Freguesia de Pedroso, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	727/XII	Criação da Freguesia de Mafamude, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	728/XII	Criação da Freguesia de Sermonde, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	729/XII	Criação da Freguesia de Valadares, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	730/XII	Criação da Freguesia de Aljustrel, no Concelho de Aljustrel, Distrito de Beja	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	731/XII	Criação da Freguesia de Grijó, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	732/XII	Criação da Freguesia de Lever, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	733/XII	Criação da Freguesia de Olival, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	734/XII	Criação da Freguesia de Perosinho, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	735/XII	Criação da Freguesia de Seixezelo, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	736/XII	Criação da Freguesia de Serzedo, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	737/XII	Criação da Freguesia de Santa Marinha, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	738/XII	Criação da Freguesia de Vilar do Paraíso, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	739/XII	Criação da Freguesia de Sandim, no Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	740/XII	Criação da Freguesia da Lapa, no Concelho do Cartaxo, Distrito de Santarém	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	741/XII	Criação da Freguesia de Ereira, no Concelho do Cartaxo, Distrito de Santarém	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	742/XII	Criação da Freguesia de Fajarda, no Concelho de Coruche, Distrito de Santarém	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	743/XII	Criação da Freguesia de Erra, no Concelho de Coruche Distrito de Santarém	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	744/XII	Criação da Freguesia de Coruche, no Concelho de Coruche, Distrito de Santarém	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	783/XII	Quinta alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	785/XII	Alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação procede à 14.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	86/XII	Altera o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	881/XII	Procede à segunda alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	903/XII	Criação da Freguesia de Bensafrim, no Concelho de Lagos, Distrito de Faro	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	904/XII	Criação da Freguesia de Barão de São João, no Concelho de Lagos, Distrito de Faro	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	905/XII	Criação da Freguesia de Tunes, no Concelho de Silves, Distrito de Faro	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	906/XII	Criação da Freguesia de Algoz, no Concelho de Silves, Distrito de Faro	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	907/XII	Criação da Freguesia de Pêra, no Concelho de Silves, Distrito de Faro	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	908/XII	Criação da Freguesia de Alcantarilha, no Concelho de Silves, Distrito de Faro	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	909/XII	Criação da Freguesia de Frielas, no Concelho de Loures, Distrito de Lisboa	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	910/XII	Criação da Freguesia de Santo António dos Cavaleiros, no Concelho de Loures, Distrito de Lisboa	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	911/XII	Criação da Freguesia de São Vicente do Paúl, no Concelho da Santarém Distrito de Santarém	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	912/XII	Criação da Freguesia de Vaqueiros, no Concelho de Santarém Distrito de Santarém	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	913/XII	Criação da Freguesia de Casével, no Concelho de Santarém, Distrito de Santarém	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	914/XII	Criação da Freguesia de Vale de Figueira, no Concelho de Santarém, Distrito de Santarém	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	916/XII	Criação da Freguesia de Montelavar, no Concelho de Sintra, Distrito de Lisboa	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	917/XII	Criação da Freguesia de Almargem do Bispo, no Concelho de Sintra, Distrito de Lisboa	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	918/XII	Criação da Freguesia de Terrugem, no Concelho de Sintra, Distrito de Lisboa	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	919/XII	Criação da Freguesia de São João das Lampas, no Concelho de Sintra, Distrito de Lisboa	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	920/XII	Criação da Freguesia de Pêro Pinheiro, no Concelho de Sintra, Distrito de Lisboa	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	921/XII	Criação da Freguesia de Belas, no Concelho de Sintra, Distrito de Lisboa	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	922/XII	Criação da Freguesia de Queluz, no Concelho de Sintra, Distrito de Lisboa	Poder Local e Ordenamento do Território

Pjl	923/XII	Criação da Freguesia de Santo Isidoro, no Concelho de Marco de Canaveses, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	924/XII	Criação da Freguesia de Toutosa, no Concelho de Marco de Canaveses, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	925/XII	Criação da Freguesia de Guidões, no Concelho da Trofa, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	926/XII	Criação da Freguesia de Alvarelhos, no Concelho da Trofa, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	928/XII	Criação da Freguesia de S. Nicolau, no Concelho do Porto, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	929/XII	Criação da Freguesia de Lordelo do Ouro, no Concelho do Porto, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	930/XII	Criação da Freguesia de Cedofeita, no Concelho do Porto, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	931/XII	Criação da Freguesia de Santo Ildefonso, no Concelho do Porto, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	932/XII	Criação da Freguesia da Vitória, no Concelho do Porto, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	933/XII	Criação da Freguesia de Nevogilde, no Concelho do Porto, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	934/XII	Criação da Freguesia de Aldoar, no Concelho do Porto, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	936/XII	Criação da Freguesia de Miragaia, no Concelho do Porto, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	937/XII	Criação da Freguesia da Sé, no Concelho do Porto, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	938/XII	Criação da Freguesia de Safara, no Concelho de Moura, Distrito de Beja	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	939/XII	Criação da Freguesia de Santo Aleixo da Restauração, no Concelho de Moura,	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	940/XII	Criação da Freguesia de Santo Amador, no Concelho de Moura, Distrito de Beja	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	941/XII	Criação da Freguesia de Coina, no Concelho do Barreiro, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	942/XII	Criação da Freguesia de Santo André, no Concelho do Barreiro, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	943/XII	Criação da Freguesia do Lavradio, no Concelho do Barreiro, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	944/XII	Criação da Freguesia de Alto do Seixalinho, no Concelho do Barreiro, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	945/XII	Criação da Freguesia de São João Baptista, no Concelho de Moura, Distrito de Beja	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	946/XII	Criação da Freguesia de Palhais, no Concelho do Barreiro, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	947/XII	Criação da Freguesia do Barreiro, no Concelho do Barreiro, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	948/XII	Criação da Freguesia da Verderena, no Concelho do Barreiro, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	949/XII	Criação da Freguesia de Ourondo, no Concelho da Covilhã, Distrito de Castelo Branco	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	950/XII	Criação da Freguesia de Casegas, no Concelho da Covilhã, Distrito de Castelo Branco	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	951/XII	Criação da Freguesia de Tramaga, no Concelho de Ponte de Sor, Distrito de Portalegre	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	952/XII	Criação da Freguesia de Vale de Acor, no Concelho de Ponte de Sor, Distrito de Portalegre	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	953/XII	Criação da Freguesia de Ponte de Sor, no Concelho de Ponte de Sor, Distrito de Portalegre	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	954/XII	Criação da Freguesia de Chouto, no Concelho da Chamusca, Distrito de Santarém	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	955/XII	Criação da Freguesia de Parreira, no Concelho da Chamusca, Distrito de Santarém	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	956/XII	Criação da Freguesia da Foz do Douro, no Concelho do Porto, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	958/XII	Criação da Freguesia de Massarelos, no Concelho do Porto, Distrito do Porto	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	970/XII	Criação da Freguesia de Santo Agostinho, no Concelho de Moura, Distrito de Beja	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	978/XII	Criação da Freguesia de São Lourenço, em Azeitão, no Concelho de Setúbal, distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	979/XII	Criação da Freguesia de São Simão, em Azeitão, no Concelho de Setúbal, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	98/XII	Regime de exceção na atribuição de títulos de utilização de recursos hídricos a associações sem fins lucrativos Quinta Alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio que "Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos".	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	980/XII	Criação da Freguesia de Santa Maria da Graça, no Concelho de Setúbal, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	981/XII	Criação da Freguesia de São Julião, no Concelho de Setúbal, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	982/XII	Criação da Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, no Concelho de Setúbal, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	983/XII	Criação da Freguesia de Caparica, no Concelho de Almada, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	984/XII	Criação da Freguesia de Almada, no Concelho de Almada, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	985/XII	Criação da Freguesia de Cova da Piedade, no Concelho de Almada, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	986/XII	Criação da Freguesia do Pragal, no Concelho de Almada, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	987/XII	Criação da Freguesia do Feijó, no Concelho de Almada, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	988/XII	Criação da Freguesia de Cacilhas, no Concelho de Almada, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	989/XII	Criação da Freguesia do Laranjeiro, no Concelho de Almada, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	990/XII	Criação da Freguesia da Charneca de Caparica, no Concelho de Almada, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	991/XII	Criação da Freguesia da Sobreda, no Concelho de Almada, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	992/XII	Criação da Freguesia da Trafaria, no Concelho de Almada, Distrito de Setúbal	Poder Local e Ordenamento do Território

Pjl	1028/XII	Estabelece o regime de atribuição de incentivos e apoio à fixação de médicos nas zonas carenciadas no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjl	139/XII	Estatuto do Dador de Sangue	Saúde
Pjl	212/XII	Isenta do pagamento a emissão de atestados e vacinação internacional e procede ao adiamento do prazo para apresentação do requerimento de isenção de taxas moderadoras. (1ª Alteração ao Decreto-Lei nº 113/2011 de 29 de Novembro e 1ª alteração ao Decreto-Lei nº 8/2011, de 11 de Janeiro).	Saúde
Pjl	231/XII	Revoga as USF de modelo C, 1ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 298/2007 de 22 de Agosto que, estabelece o regime jurídico da organização e do funcionamento das unidades de saúde familiar (USF) e o regime de incentivos a atribuir a todos os elementos que as constituem, bem como a remuneração a atribuir aos elementos que integrem as USF de modelo B.	Saúde
Pjl	268/XII	Critérios de Atribuição do Transporte de Doentes não Urgentes.	Saúde
Pjl	274/XII	Garante a manutenção e a contratação efetiva dos profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde.	Saúde
Pjl	37/XII	Revoga as taxas moderadoras.	Saúde
Pjl	479/XII	Revogação das Taxas Moderadoras e definição de Critérios de Atribuição do Transporte de Doentes não Urgentes.	Saúde
Pjl	516/XII	Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde.	Saúde
Pjl	541/XII	Garante a manutenção e o vínculo efetivo dos profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde.	Saúde
Pjl	635/XII	Manutenção do pagamento das horas de qualidade aos profissionais de saúde	Saúde
Pjl	650/XII	Revogação das Taxas Moderadoras e definição de Critérios de Atribuição do Transporte de Doentes não Urgentes	Saúde
Pjl	651/XII	Estabelece os princípios para a Reorganização Hospitalar	Saúde
Pjl	80/XII	Institui a prescrição por DCI como regra no Serviço Nacional de Saúde.	Saúde
Pjl	882/XII	Primeira alteração à Lei nº 21/2014, de 16 de abril que aprova a Lei da Investigação Clínica	Saúde
Pjl	10/XII	Alarga as condições de acesso e atribuição do abono de família.	Segurança Social
Pjl	116/XII	Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio S.A., contemplando o direito a indemnizações por morte ou doença	Segurança Social
Pjl	124/XII	Altera o mecanismo de prova de condição de recursos permitindo a atualização permanente dos rendimentos do agregado familiar.	Segurança Social
Pjl	202/XII	Proíbe a penalização das pensões de reforma em função do limite de idade para a profissão.	Segurança Social
Pjl	211/XII	Revê o regime laboral das amas	Segurança Social
Pjl	244/XII	Reforça a proteção social na maternidade, paternidade e adoção.	Segurança Social
Pjl	33/XII	Revoga o Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho alargando o acesso e repondo critérios mais justos na atribuição dos apoios sociais.	Segurança Social
Pjl	372/XII	Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio S.A., contemplando o direito a indemnizações por morte ou doença.	Segurança Social
Pjl	415/XII	Cria o subsídio social de desemprego extraordinário.	Segurança Social
Pjl	416/XII	Altera as regras de funcionamento e acesso ao Fundo de Garantia Salarial.	Segurança Social
Pjl	417/XII	Melhora as regras de atribuição, e altera a duração e montantes do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego.	Segurança Social
Pjl	444/XII	Reforça os meios de proteção social das pessoas e famílias atingidas pelo desemprego.	Segurança Social
Pjl	543/XII	Revoga o Decreto-Lei n.º 70/2010, o Decreto-Lei n.º 133/2012 e o Decreto-Lei 13/2013, repondo critérios mais justos na atribuição de apoios sociais.	Segurança Social
Pjl	544/XII	Alarga as condições de acesso e atribuição do abono de família.	Segurança Social
Pjl	545/XII	Melhora as regras de atribuição e altera a duração e montantes do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego.	Segurança Social
Pjl	546/XII	Cria o subsídio social de desemprego extraordinário.	Segurança Social
Pjl	668/XII	Revê o regime laboral das amas	Segurança Social
Pjl	864/XII	Alarga as condições de acesso e atribuição do abono pré-natal e do abono de família assegurando a universalidade desta prestação social a todas as crianças e jovens	Segurança Social

Pjl	878/XII	Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio S.A., contemplando o direito a indemnizações por morte ou doença	Segurança Social
Pjl	96/XII	Altera o complemento solidário para idosos tornando mais justa a sua atribuição.	Segurança Social
Pjl	966/XII	Amplia as Fontes de Financiamento da Segurança Social	Segurança Social
Pjl	968/XII	Estabelece um regime especial de acesso à pensão de invalidez e de velhice para os trabalhadores das pedreiras	Segurança Social
Pjl	1/XII	Combate os «falsos recibos verdes» convertendo-os em contratos efetivos.	Trabalho
Pjl	168/XII	Revê o regime laboral dos ajudantes familiares.	Trabalho
Pjl	172/XII	Elimina os mecanismos de aumento do horário de trabalho	Trabalho
Pjl	221/XII	Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho aditando a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados do Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho.	Trabalho
Pjl	24/XII	Primeira alteração a Lei n.º 57/2008, de 4 de Setembro, que Cria a Ordem dos Psicólogos e aprova o seu Estatuto.	Trabalho
Pjl	259/XII	Estabelece o regime jurídico e o estatuto profissional da atividade de guarda-noturno.	Trabalho
Pjl	315/XII	Combate os "falsos recibos verdes" convertendo-se em contratos efetivos.	Trabalho
Pjl	316/XII	Criminaliza o recurso aos "falsos recibos verdes".	Trabalho
Pjl	331/XII	Combate a precariedade laboral e reforça a proteção dos trabalhadores na contratação a termo.	Trabalho
Pjl	485/XII	Reposição dos Feriados Nacionais abolidos.	Trabalho
Pjl	533/XII	Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores, procedendo à 6.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, e à revogação da Lei n.º 68/2013, de 29 de Agosto, que estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas.	Trabalho
Pjl	69/XII	Institui o programa nacional de combate à precariedade laboral e ao trabalho ilegal.	Trabalho
Pjl	695/XII	Reposição dos feriados nacionais retirados	Trabalho
Pjl	863/XII	Institui o Programa Nacional de Combate à Precariedade Laboral e à Contratação Ilegal	Trabalho
Pjl	971/XII	Combate a precariedade, impedindo o recurso a medidas indevidamente consideradas como promotoras de emprego, como CEI's, CEI's + e Estágios-Emprego, para responder a necessidades permanentes dos serviços públicos e empresas	Trabalho
Pjl	972/XII	Combate a precariedade laboral e reforça a proteção dos trabalhadores	Trabalho
Pjl	973/XII	Repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho, procedendo à 9.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Trabalho

15. Projetos de Resolução

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>

Pjr	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV
	472	284	184	189	462	132

(atualizado a 08/07/2015)

Tipo	Nº	Título	Área
	1564/XII	Recomenda ao Governo o imediato depósito e publicação dos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública	Administração Pública
Pjr	1562/XII	Recomenda ao Governo que assuma as suas responsabilidades e assegure a gestão dos equipamentos sociais da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, assim como garante o vínculo público dos respetivos trabalhadores	Administração Pública
Pjr	1059/XII	Propõe a reposição do horário semanal de 35 horas na Administração Pública e o desbloqueamento do processo de depósito e publicação dos ACEEP assinados entre autarquias e sindicatos.	Administração Pública
Pjr	112/XII	Recomenda a implementação de mecanismo de salvaguarda do valor salarial dos trabalhadores do Estado Português no estrangeiro.	Administração Pública
Pjr	1580/XII	Em defesa da dignificação do Queijo da Serra e da atividade Pastorícia no Parque Natural da Serra da Estrela	Agricultura e Pescas
Pjr	1576/XII	Pelo apoio aos agricultores da Península de Setúbal – reintegração das zonas rurais e desfavorecidas da região no PDR 2020	Agricultura e Pescas
Pjr	1563/XII	Recomenda ao Governo o apoio aos viticultores e outros agricultores afetados pela queda de granizo na região do Douro	Agricultura e Pescas
Pjr	1525/XII	Recomenda ao Governo a anulação do Despacho nº 5610/2015 do Ministério da Agricultura e do Mar que designou a Federação Renovação do Douro como entidade que sucede à Casa do Douro	Agricultura e Pescas
Pjr	1508/XII	Pela promoção da fileira do figo-da-índia	Agricultura e Pescas
Pjr	1495/XII	Recomenda ao Governo a revisão do modelo de aplicação dos limites de captura em diversas espécies	Agricultura e Pescas
Pjr	1457/XII	Alteração aos mecanismos de afetação da área elegível de baldios para acesso a ajudas comunitárias	Agricultura e Pescas
Pjr	1411/XII	Recomenda ao Governo que tome medidas para reforço da segurança das embarcações de pesca local	Agricultura e Pescas
Pjr	1368/XII	A urgente retoma e conclusão do plano integrado do desenvolvimento do Baixo Vouga lagunar	Agricultura e Pescas
Pjr	1367/XII	Recomenda a promoção de medidas de defesa da produção leiteira nacional	Agricultura e Pescas
Pjr	1366/XII	Recomenda a conclusão urgente da Obra Hidroagrícola do Baixo Mondego	Agricultura e Pescas
Pjr	1365/XII	Acabar com prejuízos e constrangimentos da produção pecuária causados pelos ataques de alcateias	Agricultura e Pescas
Pjr	1364/XII	Recomenda ao Governo a implementação da Carta da Agricultura Familiar aprovada no 7º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar	Agricultura e Pescas
Pjr	1363/XII	Recomenda ao Governo a implementação de medidas de proteção e apoio à atividade apícola	Agricultura e Pescas
Pjr	1258/XII	Recomenda medidas de proteção ao setor da pesca da sardinha e aos pescadores e armadores da pesca do cerco	Agricultura e Pescas
Pjr	1214/XII	Pelo desassoreamento do porto de pesca da Póvoa de Varzim e a realização de um estudo técnico que resolva este problema estrutural	Agricultura e Pescas

Pjr	1213/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 152/2014, de 15 de outubro, que "No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 74/2014, de 2 de setembro, altera os Estatutos da Casa do Douro, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 277/2003, de 6 de novembro, define o regime de regularização das suas dívidas e cria as condições para a sua transição para uma associação de direito privado, extinguindo o atual estatuto de associação pública da Casa do Douro"	Agricultura e Pescas
Pjr	1147/XII	Recomenda ao Governo a manutenção dos contratos de arrendamento rural com rendeiros do Estado, não aplicando critério de situação de reforma para proceder à rescisão de contratos e permitindo a passagem do arrendamento entre vivos a descendentes	Agricultura e Pescas
Pjr	1130/XII	Recomenda ao Governo a alteração ao "Regulamento da Pesca por Arte de Envolvente-Arrastante" (Arte-Xávega)	Agricultura e Pescas
Pjr	1092/XII	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, que "Estabelece o regime jurídico aplicável às ações arborização e rearborezação, com recurso a espécies florestais, no território continental"	Agricultura e Pescas
Pjr	1081/XII	Defesa da Casa do Douro enquanto estrutura de representação e salvaguarda dos pequenos agricultores da Região Demarcada do Douro	Agricultura e Pescas
Pjr	1080/XII	Prioridade à beneficiação dos mostos com aguardentes vínicas do Douro	Agricultura e Pescas
Pjr	1042/XII	Recomenda ao Governo a adoção de medidas com vista a assegurar maior eficácia no âmbito da prevenção e combate aos fogos florestais.	Agricultura e Pescas
Pjr	978/XII	Pela defesa das pequenas e médias explorações e da agricultura portuguesa, no quadro da aplicação da Reforma da PAC em Portugal.	Agricultura e Pescas
Pjr	971/XII	Proteção aos pescadores e pequenos armadores vítimas das intempéries e melhoria no processamento do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca.	Agricultura e Pescas
Pjr	903/XII	Recomenda ao Governo a adoção de medidas de apoio à atividade de produção de moluscos bivalves.	Agricultura e Pescas
Pjr	898/XII	Recomenda ao Governo a salvaguarda dos Laboratórios do Estado da estrutura do Ministério da Agricultura e Mar.	Agricultura e Pescas
Pjr	897/XII	Recomenda ao Governo a retoma dos serviços de extensão rural e a reconstituição do corpo de guardas florestais.	Agricultura e Pescas
Pjr	886/XII	Recomenda ao governo o cumprimento da Resolução da Assembleia da República nº 26/2007 - "Defender o montado, valorizar a fileira da cortiça".	Agricultura e Pescas
Pjr	830/XII	Pela reposição da isenção do IVA na prestação de serviços e atividades produtoras na agricultura e por uma justa fiscalidade aplicada à agricultura familiar.	Agricultura e Pescas
Pjr	826/XII	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de agosto, que procede à extinção da Fundação Alter Real, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, instituída pelo Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 205/2012, de 31 de agosto, devolvendo ao Estado a prossecução dos fins principais da Fundação.	Agricultura e Pescas
Pjr	825/XII	Recomenda ao governo a criação de uma estrutura pública e autónoma, na dependência do ministério da agricultura, que assuma as competências e a gestão do património, da fundação Alter Real, que será extinta.	Agricultura e Pescas
Pjr	760/XII	Recomenda a conclusão urgente da Obra Hidroagrícola do Baixo Mondego	Agricultura e Pescas
Pjr	748/XII	Dinamização da atividade portuária no Algarve como instrumento de desenvolvimento da economia regional	Agricultura e Pescas
Pjr	703/XII	Recomenda ao Governo a criação de mecanismos de participação das associações de agricultores e de regantes na gestão da água no âmbito do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.	Agricultura e Pescas
Pjr	690/XII	Por uma justa tributação dos pequenos e médios agricultores.	Agricultura e Pescas
Pjr	576/XII	Recomenda ao governo que proceda a alterações regulamentares de modo a permitir, na arte xávega, a venda do produto do primeiro lance em que predominem espécimes que não tenham o tamanho mínimo legalmente exigido.	Agricultura e Pescas
Pjr	575/XII	Recomenda ao governo a criação de um grupo de trabalho para revisão da aplicação dos limites de captura em diversas espécies	Agricultura e Pescas
Pjr	534/XII	Recomenda ao Governo um conjunto de medidas que permita uma rápida estabilização e recuperação da área ardida de Tavira e São Brás de Alportel.	Agricultura e Pescas
Pjr	514/XII	Simplificar procedimentos do SNIRA, atualizar as aplicações que gerem o sistema e fundir as bases de dados do SNIRA e do PISA.	Agricultura e Pescas

Pjr	461/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.119/2012, de 15 de Junho, que "Cria, no âmbito do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais, bem como a Taxa de Segurança Alimentar Mais".	Agricultura e Pescas
Pjr	437/XII	Recomenda a intervenção na concorrência pela utilização do espaço marítimo garantindo a salvaguarda das pescas.	Agricultura e Pescas
Pjr	404/XII	Recomenda a proteção ao setor das pescas através da salvaguarda da rentabilidade e da adequação de rede de postos de venda.	Agricultura e Pescas
Pjr	369/XII	Recomenda ao Governo a elaboração de um Plano Estratégico para a Zona de Influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e um conjunto de outras medidas tendentes ao correto aproveitamento do mesmo.	Agricultura e Pescas
Pjr	300/XII	Recomenda a salvaguarda da atividade da pesca no estuário do Tejo.	Agricultura e Pescas
Pjr	291/XII	Reforçar os meios de prevenção estrutural dos incêndios florestais - Reduzir a carga de biomassa	Agricultura e Pescas
Pjr	280/XII	Recomenda ao Governo a criação de um mecanismo de subsidiação de gasolina para as embarcações de pesca.	Agricultura e Pescas
Pjr	276/XII	A defesa da produção nacional e o consumo de produtos agroalimentares portugueses.	Agricultura e Pescas
Pjr	269/XII	Cedência dos Centros de Secagem de Alcácer do Sal e de Águas de Moura à Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal.	Agricultura e Pescas
Pjr	234/XII	Retomar a produção de beterraba sacarina em Portugal.	Agricultura e Pescas
Pjr	163/XII	A urgente retoma e conclusão do plano integrado do desenvolvimento do Baixo Vouga Lagunar.	Agricultura e Pescas
Pjr	123/XII	Institui o sobreiro como Árvore Nacional de Portugal.	Agricultura e Pescas
Pjr	64/XII	Douro - Seis medidas de emergência	Agricultura e Pescas
Pjr	1496/XII	Contra a descaraterização da praia da D'Ana em Lagos	Ambiente
Pjr	1465/XII	Suspensão imediata e não atribuição de licença de exploração de caulino na zona de Bonitos, concelho de Soure	Ambiente
Pjr	1459/XII	Recomenda ao Governo a urgente e completa resolução dos problemas ambientais em São Pedro da Cova	Ambiente
Pjr	1038/XII	Recomenda a intervenção urgente pela defesa e recuperação da Lagoa de Óbidos	Ambiente
Pjr	816/XII	Por um Parque Nacional da Peneda-Gerês que se desenvolva em harmonia com as suas Gentes.	Ambiente
Pjr	153/XII	Recomenda ao Governo a determinação do grau de perigosidade dos resíduos depositados em terrenos anexos às instalações da antiga Siderurgia Nacional, na Maia, e a adoção dos procedimentos compatíveis com os resultados dessa avaliação	Ambiente
Pjr	92/XII	Recomenda ao Governo a revisão, com carácter de urgência, do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	Ambiente
Pjr	88/XII	Recomenda ao Governo a remoção urgente dos resíduos perigosos depositados nas antigas minas de carvão de S. Pedro da Cova, o seu tratamento e deposição em aterro adequado, bem como a monitorização da qualidade das águas superficiais e subterrâneas desta freguesia e a recuperação ambiental e paisagística do local.	Ambiente
Pjr	38/XII	Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida.	Ambiente
Pjr	1097/XII	Sobre o novo Quadro Comunitário "Portugal 2020"	Assuntos Europeus
Pjr	853/XII	Pela rejeição do pacote legislativo comunitário "Céu Único Europeu / SES2+".	Assuntos Europeus
Pjr	279/XII	Referendo ao Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança na União Económica e Monetária.	Assuntos Europeus
Pjr	1575/XII	Recomenda ao Governo a realização de concursos de apoio à produção literária e apoio às artes e a publicação dos resultados dos últimos concursos	Cultura
Pjr	1572/XII	Assegura aos jovens um regime especial de acesso a atividades e equipamentos culturais públicos	Cultura
Pjr	1529/XII	Propõe o financiamento às escolas do Ensino Artístico Especializado de música e de dança em condições que assegurem a sua estabilidade e um ensino de qualidade	Cultura
Pjr	1396/XII	Medidas de Proteção do Património Cultural Português	Cultura
Pjr	1313/XII	Pelo apoio ao Festival Internacional de Cinema de Tróia	Cultura
Pjr	1256/XII	Programa nacional de valorização e alargamento da rede pública do ensino artístico especializado	Cultura
Pjr	1131/XII	Pela Requalificação da Escola de Música do Conservatório Nacional e recuperação do seu Salão Nobre	Cultura
Pjr	1124/XII	Recomenda a classificação dos bens que compõem a coleção de Joan Miró resultante do processo de socialização dos prejuízos do BPN	Cultura

Pjr	1079/XII	Dia Internacional da Língua Portuguesa	Cultura
Pjr	1015/XII	Recomenda ao Governo que, mantendo o Museu Militar do Porto, identifique os percursos e salas usadas pela PIDE e promova a justa homenagem a quem passou pelo edifício do heroísmo e aí resistiu ao fascismo.	Cultura
Pjr	982/XII	Pela realização dos concursos de apoio direto às artes em 2014 e por um modelo de apoio às artes mais justo e com mais recursos.	Cultura
Pjr	965/XII	Recomenda a criação do Instituto Português da Língua, a renegociação das bases e termos do Acordo Ortográfico ou a desvinculação de Portugal desse Acordo.	Cultura
Pjr	952/XII	Honras de Panteão Nacional a Sophia de Mello Breyner Andresen.	Cultura
Pjr	937/XII	Determina o resgate das 85 obras de Joan Miró para território nacional.	Cultura
Pjr	904/XII	Suspende a alienação das 85 obras de Joan Miró e determina a sua valorização em Portugal.	Cultura
Pjr	864/XII	Determina a realização de concursos extraordinários de apoio às artes.	Cultura
Pjr	776/XII	Recomenda ao Governo que adote o procedimento necessário para a classificação das Salinas de Rio Maior como imóvel de interesse nacional.	Cultura
Pjr	775/XII	Defende a territorialização das despesas resultantes de apoios estatais à produção cinematográfica e audiovisual.	Cultura
Pjr	641/XII	Recomenda ao Governo medidas para a continuidade e estabilidade do Projeto "Orquestra Geração".	Cultura
Pjr	638/XII	Recomenda ao Governo que determine uma clarificação por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira quanto ao regime de isenção do IVA aplicável à cobrança e gestão de direitos de autor e atividades conexas.	Cultura
Pjr	553/XII	Recomenda ao Governo que garanta o financiamento capaz de permitir a concretização da programação cultural da Casa da Música.	Cultura
Pjr	546/XII	Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 208/2012, de 7 de setembro, que "Procede à transformação da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, I. P., em entidade pública empresarial, à cisão da Companhia Nacional de Bailado do Organismo de Produção Artística, E. P. E., e à sua transformação em entidade pública empresarial, à alteração da denominação do Organismo de Produção Artística, E. P. E., para Teatro Nacional de São Carlos, E. P. E., à aprovação dos Estatutos da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, E. P. E., da Companhia Nacional de Bailado, E. P. E., do Teatro Nacional D. Maria II, E. P. E., do Teatro Nacional de São Carlos, E. P. E., e do Teatro Nacional de São João, E. P. E., e à constituição de agrupamento complementar de empresas formado pelas entidades públicas empresariais da área da cultura"	Cultura
Pjr	475/XII	Determina a divulgação imediata das condições de acesso e a abertura dos concursos de apoio às Artes.	Cultura
Pjr	413/XII	Recomenda ao Governo a criação de um Plano de Emergência para o Cinema.	Cultura
Pjr	306/XII	Recomenda o investimento numa política de língua, cultura e identidade que corresponda aos interesses de Portugal e dos portugueses residentes no estrangeiro.	Cultura
Pjr	264/XII	Recomenda ao Governo que adote as medidas necessárias para a abertura dos concursos de apoio às artes.	Cultura
Pjr	253/XII	Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate aos efeitos da crise no setor cultural.	Cultura
Pjr	195/XII	Recomenda ao Governo que assegure o apoio às artes e à produção cinematográfica nacional.	Cultura
Pjr	1395/XII	Suspensão da ação de despejo nas casas de função da Guarda Nacional Republicana no Pátio da Quintinha, Freguesia da Ajuda em Lisboa	Defesa
Pjr	1006/XII	Recomenda ao Governo que suspenda o processo de extinção do Instituto de Odivelas.	Defesa
Pjr	596/XII	Consagra o dia 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento.	Defesa
Pjr	555/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 235/2012 de 31 de outubro, que "Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 248/95, de 21 de setembro, que cria, na estrutura do Sistema da Autoridade Marítima, a Polícia Marítima, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, que estabelece, no âmbito do Sistema da Autoridade Marítima, a estrutura, organização, funcionamento e competências da Autoridade Marítima Nacional".	Defesa
Pjr	287/XII	Acompanhamento parlamentar das medidas destinadas a garantir o cumprimento dos contratos de contrapartidas devidas pela aquisição de equipamentos no âmbito da Lei de Programação Militar.	Defesa
Pjr	1509/XII	Recomenda ao Governo que assegure a gestão pública das Pousadas da Juventude	Desporto e Associativismo
Pjr	1232/XII	Honras de Panteão Nacional a Eusébio da Silva Ferreira	Desporto e Associativismo

Pjr	1432/XII	Cria o Gabinete de Controlo Orçamental Externo (quarta alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, que aprova a Estrutura e Competências dos Serviços da Assembleia da República)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	1424/XII	Soluções Integradas de Incentivo à Natalidade	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	1419/XII	Medidas para a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	1406/XII	Aprova o sistema de avaliação de desempenho na Assembleia da República	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	901/XII	Recomenda ao Governo que garanta condições dignas de sobrevivência e de inserção social aos cidadãos residentes em Portugal com o estatuto de refugiados.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	506/XII	5.ª Alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 57/2004, de 6 de agosto (Princípios gerais de atribuição de despesas de transporte e alojamento e de ajudas de custo aos Deputados).	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	484/XII	Recomenda ao Governo o reforço de medidas de combate ao tráfico de seres humanos e à exploração na prostituição.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	482/XII	Sobre o combate à pobreza.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	263/XII	Pelo combate ao empobrecimento e à agudização da pobreza entre as mulheres.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	168/XII	Recomenda ao Governo que as instalações do Governo Civil da Guarda sejam utilizadas para instalar condignamente o Comando Distrital da PSP.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	130/XII	Quarta alteração à Resolução da Assembleia da República nº 57/2004, de 6 de Agosto, (Princípios gerais de atribuição de despesas de transporte e alojamento e de ajudas de custo aos deputados)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	1/XII	Constituição de uma Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos.	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	1577/XII	Recomenda ao Governo a resolução da subconcessão dos ENVC à Empresa West Sea e elabore um plano de viabilização dos ENVC a partir da construção dos NPO para a Marinha Portuguesa	Economia
Pjr	1416/XII	Recusa a continuação da política de direita e propõe uma política alternativa, patriótica e de esquerda	Economia
Pjr	1389/XII	Estímulo aos mercados de proximidade, circuitos curtos de comercialização e rentabilidade da atividade produtiva	Economia
Pjr	1339/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 10/2014 de 16 de janeiro, que "aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração"	Economia
Pjr	1305/XII	Repõe a taxa do IVA nos serviços de Alimentação e Bebidas em 13%	Economia
Pjr	1218/XII	Recomenda ao Governo a reversão do processo de subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a sua reintegração no setor empresarial do Estado bem como a defesa dos postos de trabalho	Economia
Pjr	1145/XII	Travar a liquidação da PT, defender o interesse nacional	Economia
Pjr	1142/XII	Propõe a renegociação da dívida pública e políticas de defesa e reforço da produção e do investimento que assegurem o crescimento da economia e combatam o desemprego	Economia
Pjr	1120/XII	Renegociar a dívida, preparar o País para a saída do Euro e retomar o controlo público da banca para abrir caminho a uma política soberana de desenvolvimento nacional	Economia
Pjr	1028/XII	Recomenda ao Governo a criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia.	Economia
Pjr	998/XII	Pela renegociação da dívida pública e por políticas de defesa e reforço da produção e do investimento que assegurem o crescimento da economia e combatam o desemprego.	Economia
Pjr	988/XII	Pela eliminação do défice tarifário no setor da energia elétrica, em defesa do interesse nacional.	Economia
Pjr	953/XII	Recomenda ao Governo a concretização de medidas para o sector do aluguer de equipamentos industriais.	Economia
Pjr	884/XII	Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, que "estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial".	Economia
Pjr	829/XII	Defender as Micro, Pequenas e Médias Empresas - Produção, Emprego e Crescimento Económico.	Economia
Pjr	821/XII	Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho, que «Procede à afetação à sociedade Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. de determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos nelas implantados, redefine a área referente à concessão dominial atribuída à sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. e autoriza a alteração ao contrato de concessão, incluindo a autorização para a efetivação de uma nova subconcessão".	Economia
Pjr	782/XII	Medidas urgentes para o sector automóvel.	Economia

Pjr	727/XII	Recomenda ao Governo a elaboração urgente de um Plano de Viabilização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo que assegure o futuro da empresa e a defesa dos postos de trabalho.	Economia
Pjr	699/XII	Por uma política alternativa que resgate o país do declínio económico e social	Economia
Pjr	673/XII	Recomenda ao Governo que garanta o financiamento público necessário à construção dos acessos rodoviários ao porto comercial de Viana do Castelo.	Economia
Pjr	660/XII	Reconhecimento e valorização da atividade das empresas itinerantes de diversão.	Economia
Pjr	649/XII	Criação da Administração dos Portos do Algarve.	Economia
Pjr	646/XII	A situação nacional, a urgência da demissão do Governo e da rejeição do Pacto de Agressão: Por uma política alternativa para o progresso do País.	Economia
Pjr	606/XII	As novas regras da faturação e a comunicação dos elementos das faturas emitidas.	Economia
Pjr	577/XII	12 medidas imediatas e indispensáveis para a vida dos portugueses.	Economia
Pjr	568/XII	Reindustrializar Portugal.	Economia
Pjr	508/XII	Defesa dos interesses nacionais no Quadro Financeiro Plurianual para 2014-2020.	Economia
Pjr	480/XII	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 186/2012, de 13 de agosto, que «Aprova o processo de reprivatização do capital social dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A..»	Economia
Pjr	456/XII	Pela renegociação da dívida pública e por políticas de defesa e reforço da produção e do investimento que assegurem o crescimento da economia e combatam o desemprego.	Economia
Pjr	430/XII	Dinamização da atividade portuária como instrumento de desenvolvimento económico da região algarvia.	Economia
Pjr	422/XII	Determina a tomada de medidas que garantam a manutenção dos projetos das ONG financiados pelo QREN e estabelece medidas de participação democrática na gestão dos projetos.	Economia
Pjr	354/XII	Pela renegociação da dívida pública e por políticas de defesa e reforço da produção e do investimento que assegurem o crescimento da economia e combatam o desemprego	Economia
Pjr	349/XII	Um programa de emergência para a construção civil e obras públicas.	Economia
Pjr	343/XII	Uma estratégia para a promoção de combustíveis alternativos na mobilidade rodoviária.	Economia
Pjr	332/XII	Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 74/2012, de 26 de março.	Economia
Pjr	331/XII	Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de março.	Economia
Pjr	277/XII	Preços máximos nos combustíveis, travar a especulação.	Economia
Pjr	274/XII	Recomenda ao Governo que se desvincule e se afirme contra o Acordo Comercial Anti Contrafação - ACTA.	Economia
Pjr	177/XII	Recomenda ao Governo que garanta aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo o financiamento necessário para permitir o arranque imediato da construção dos navios asfalteiros contratados com a Venezuela.	Economia
Pjr	47/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 90/2011, de 25 de Julho, que "elimina os direitos especiais detidos pelo acionista Estado na EDP-Energias de Portugal, S.A., na GALP Energia, S.A., e na Portugal Telecom, SGPS, S.A.."	Economia
Pjr	45/XII	Recomenda ao Governo a viabilização dos Estaleiros Navais do Mondego.	Economia
Pjr	5/XII	Recomenda a suspensão imediata da aplicação do plano de viabilização e reestruturação das Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC).	Economia
Pjr	4/XII	Pela renegociação da dívida pública e pelo desenvolvimento da produção nacional.	Economia
Pjr	1565/XII	Valorização e reconhecimento efetivo do papel da rede de Ensino Superior Público em Portugal	Educação e Ciência
Pjr	1515/XII	Recomenda ao Governo medidas urgentes de valorização da Escola Pública, enquanto pilar do regime democrático	Educação e Ciência
Pjr	1497/XII	Pela valorização do ensino profissional e garantia da igualdade de oportunidades a todos os estudantes	Educação e Ciência
Pjr	1485/XII	Propõe o prolongamento do regime transitório para a conclusão da obtenção do grau de doutor e contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público	Educação e Ciência
Pjr	1470/XII	Propõe a reintrodução do anterior Programa de Matemática do Ensino Básico e publicitação dos respetivos resultados de avaliação	Educação e Ciência
Pjr	1469/XII	Rejeita a municipalização da educação e defende a universalidade da Escola Pública e o cumprimento da Lei de Bases do Sistema Educativo	Educação e Ciência
Pjr	1454/XII	Rejeita a privatização do Oceanário e propõe o reforço do seu papel na política de Investigação e Desenvolvimento	Educação e Ciência

Pjr	1447/XII	Pelo respeito integral pela autonomia e não ingerência na vida democrática dos estudantes e suas associações, pela desburocratização do processo de legalização e de atribuição de apoios públicos ao associativismo juvenil e pelo reforço das condições de participação democrática dos jovens na vida das escolas e do país	Educação e Ciência
Pjr	1235/XII	Em defesa da Escola Pública Inclusiva para todos	Educação e Ciência
Pjr	1199/XII	Pela valorização da avaliação contínua no processo pedagógico e no regime de acesso ao ensino superior, pela não discriminação dos alunos do ensino artístico especializado	Educação e Ciência
Pjr	1181/XII	Por uma Escola Pública que cubra as necessidades de toda a população	Educação e Ciência
Pjr	1175/XII	Medidas para a Dinamização do Sistema Científico e Técnico Nacional	Educação e Ciência
Pjr	1129/XII	Recomenda ao Governo a Resolução Urgente dos Constrangimentos que Persistem no Instituto Politécnico do Cávado e Ave: Construção da Residência Universitária e da Escola Superior de Tecnologia.	Educação e Ciência
Pjr	1123/XII	Recomenda ao Governo que conclua a 2ª fase de construção da Escola Básica do Parque das Nações e assegure as condições materiais e humanas adequadas ao seu funcionamento	Educação e Ciência
Pjr	1106/XII	Pelo cumprimento da Lei de Bases do Sistema Educativo e pela garantia de uma Escola Pública, Gratuita, de Qualidade e Democrática para todos.	Educação e Ciência
Pjr	1102/XII	Assegura que nenhum professor é penalizado ou prejudicado em concurso de colocação em virtude da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades e garante a atribuição de componente letiva a todos os docentes dos quadros, contribuindo para uma Escola Pública de Qualidade.	Educação e Ciência
Pjr	1099/XII	Recomenda ao Governo a anulação dos efeitos do processo de avaliação das unidades de I&D realizado pela FCT	Educação e Ciência
Pjr	1082/XII	Reabilitação do parque escolar da rede pública do 2º e 3º ciclo do ensino básico	Educação e Ciência
Pjr	1076/XII	Recomenda a urgente requalificação da Escola Secundária de Ermesinde	Educação e Ciência
Pjr	989/XII	Recomenda a monitorização da aplicação da Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).	Educação e Ciência
Pjr	894/XII	Valorização e reconhecimento efetivo do papel da rede de Ensino Superior Público em Portugal.	Educação e Ciência
Pjr	893/XII	Medidas de valorização da Escola Pública.	Educação e Ciência
Pjr	870/XII	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 146/213, de 22 de outubro, que "Procede à 12ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básicos e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho".	Educação e Ciência
Pjr	865/XII	Reforço da Ação Social Escolar no Ensino Superior.	Educação e Ciência
Pjr	846/XII	Recomenda ao Governo a salvaguarda do Instituto de Investigação Científica Tropical e de todos os postos de trabalho.	Educação e Ciência
Pjr	814/XII	Reforça os meios humanos nas escolas e garante o vínculo laboral.	Educação e Ciência
Pjr	806/XII	Requalificação da Escola Básica do 2º e 3º ciclo de Azeitão, no Concelho de Setúbal.	Educação e Ciência
Pjr	803/XII	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 91/2013 de 10 de julho, "Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que "estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos Ensinos Básico e Secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos Ensinos Básico e Secundário"".	Educação e Ciência
Pjr	786/XII	Recomenda ao Governo a conclusão urgente das obras de requalificação da Escola Secundária do Monte da Caparica, da Escola Secundária João de Barros, da Escola Secundária Jorge Peixinho e da Escola Secundária do Pinhal Novo, na Região de Setúbal.	Educação e Ciência
Pjr	749/XII	Manutenção do Programa de Matemática do Ensino Básico e publicitação dos respetivos resultados de avaliação.	Educação e Ciência
Pjr	702/XII	Valorização e reconhecimento efetivo do papel da rede de Ensino Superior Público em Portugal.	Educação e Ciência
Pjr	698/XII	Recomenda ao Governo a manutenção dos hospitais cujo edificado é da propriedade das Misericórdias sob gestão pública do Serviço Nacional de Saúde.	Educação e Ciência
Pjr	648/XII	Propõe medidas urgentes para a valorização da Escola Pública.	Educação e Ciência
Pjr	597/XII	Elaboração de um Relatório anual sobre abandono escolar e empréstimos bancários no Ensino Superior.	Educação e Ciência
Pjr	586/XII	Recomenda ao Governo a manutenção da Fundação para a Computação Científica Nacional, nos atuais moldes de autonomia, como instituição fundacional sem fins lucrativos	Educação e Ciência

Pjr	550/XII	Recomenda ao Governo a publicidade da listagem das necessidades manifestadas pelas escolas e o alargamento do número de vagas a concurso de professores.	Educação e Ciência
Pjr	548/XII	Recomenda ao Governo a manutenção da carga letiva da disciplina de Educação Física no currículo do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário e a valorização do desporto escolar.	Educação e Ciência
Pjr	495/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que «Estabelece o novo regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de formadores e técnicos especializados».	Educação e Ciência
Pjr	488/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto, que «procede à primeira alteração ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado em anexo à Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto».	Educação e Ciência
Pjr	459/XII	Recomenda ao Governo a suspensão imediata da constituição de mega-agrupamentos, a revogação do Despacho n.º 5634 de 26 de Abril de 2012 e o cumprimento da Resolução n.º 94/2010 da Assembleia da República.	Educação e Ciência
Pjr	457/XII	Recomenda o pagamento das compensações por caducidade dos contratos dos professores.	Educação e Ciência
Pjr	446/XII	Construção de Escola Secundária na Quinta do Conde, Concelho de Sesimbra.	Educação e Ciência
Pjr	423/XII	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho, que "Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário".	Educação e Ciência
Pjr	400/XII	Recomenda ao Governo a manutenção da carga letiva da disciplina de Educação Física no currículo do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário e a valorização do desporto escolar.	Educação e Ciência
Pjr	342/XII	Elaboração de um Relatório anual sobre abandono escolar e empréstimos bancários no Ensino Superior.	Educação e Ciência
Pjr	323/XII	Recomenda ao Governo a suspensão imediata da constituição de mega-agrupamentos, a revogação do Despacho n.º 5634 de 26 de Abril de 2012 e o cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 94/2010, de 11 de Agosto.	Educação e Ciência
Pjr	322/XII	Medidas para a Dinamização do Sistema Científico e Técnico Nacional.	Educação e Ciência
Pjr	317/XII	Garanta às crianças e jovens com adequações curriculares a realização do exame ao nível de escola, não aplicando a obrigatoriedade de realização do exame nacional.	Educação e Ciência
Pjr	285/XII	Conclusão das obras em curso, reavaliação dos projetos aprovados e sua concretização e extinção da Parque Escolar E.P.E..	Educação e Ciência
Pjr	239/XII	Recomenda ao Governo a integração na Carreira de Investigador do pessoal que exerce funções de investigador, constante dos mapas de pessoal dos Laboratórios do Estado e outras instituições públicas que possuam o grau de Doutor.	Educação e Ciência
Pjr	180/XII	Recomenda ao Governo a Suspensão da Reorganização Curricular.	Educação e Ciência
Pjr	146/XII	Alargamento do prazo de discussão pública do projeto de reorganização curricular.	Educação e Ciência
Pjr	124/XII	Recomenda ao Governo a preservação e valorização do património do Jardim Botânico da Universidade de Lisboa.	Educação e Ciência
Pjr	104/XII	Realização de Auditoria para apuramento das irregularidades verificadas no concurso de colocação de professores por Bolsa de Recrutamento n.º 2.	Educação e Ciência
Pjr	82/XII	Recomenda ao Governo a correção das irregularidades verificadas na colocação de professores.	Educação e Ciência
Pjr	77/XII	Recomenda ao Governo a urgente construção da residência de estudantes do Instituto Politécnico do Cávado e Ave.	Educação e Ciência
Pjr	39/XII	Recomenda a criação de uma Carta Educativa Nacional.	Educação e Ciência
Pjr	29/XII	Suspensão do regime de avaliação de desempenho dos docentes e anulação da produção dos efeitos resultantes do ciclo 2009/2011.	Educação e Ciência
Pjr	26/XII	Recomenda ao Governo que garanta a viabilidade e o carácter público do Estádio Universitário de Lisboa	Educação e Ciência
Pjr	1423/XII	Recomenda ao Governo a tomada urgente de medidas de apoio ao arrendamento por jovens com vista à sua efetiva emancipação	Habituação
Pjr	1299/XII	Recomenda ao Governo que defenda os moradores da Cooperativa de Habituação e Construção Económica Bairro dos Trabalhadores, em Azeitão, Distrito de Setúbal	Habituação
Pjr	1132/XII	Suspende os aumentos das rendas decorrentes do Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio)	Habituação
Pjr	753/XII	Revisão, urgente, do regime de renda apoiada e suspensão dos aumentos das rendas das habitações sociais até à conclusão desse processo.	Habituação

Pjr	105/XII	Recomenda ao Governo a tomada urgente de medidas de apoio ao arrendamento por jovens com vista à sua efetiva emancipação	Habitação
Pjr	1578/XII	Propõe a saída de Portugal do processo de ratificação do Tribunal Unificado de Patentes	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	1543/XII	Pela rejeição do denominado Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	1386/XII	Definição de um conjunto de princípios a observar nas negociações com o Governo dos EUA a propósito da Base das Lajes	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	1372/XII	Apoio às populações e à economia da Ilha Terceira afetadas pela decisão das autoridades norte-americanas de redução de pessoal da Base da Lajes	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	1161/XII	Pelo Reconhecimento do Estado da Palestina	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	977/XII	Pelo respeito pelas normas e princípios do direito internacional com o fim da parceria entre a EPAL e a empresa israelita MEKOROT.	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	896/XII	Recomenda ao Governo a adequação da rede consular e a melhoria da sua capacidade de intervenção de modo a corresponder às necessidades de uma emigração crescente.	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	736/XII	Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e apresentação de um Relatório Anual sobre Emigração.	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	353/XII	Recomenda ao Governo que adote medidas em defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes .	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	187/XII	Recomenda a qualificação da rede consular e a sua adequação às necessidades das comunidades portuguesa no estrangeiro.	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	72/XII	Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	1559/XII	Pela reposição dos descontos aos reformados e estudantes nos transportes públicos	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1558/XII	Recomenda ao Governo a implementação das recomendações e conclusões relativas ao aeroporto de Beja saídas do grupo de trabalho criado pelo Governo para o efeito	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1557/XII	Pela reposição do direito dos ferroviários às concessões de transportes	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1556/XII	Propõe a adoção de preços máximos na comercialização de combustíveis líquidos e gasosos	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1552/XII	Pelo cancelamento das privatizações da EMEF e CP Carga	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1528/XII	Contra as portagens na A23	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1502/XII	Pela reabertura e requalificação da Linha do Tâmega	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1482/XII	Pela abolição das portagens na Via do Infante	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1446/XII	Execução do prolongamento da Linha Verde do Metro do Porto, da Maia até à Trofa até ao final do 1º semestre de 2016	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1370/XII	Conclusão da Variante à EN222	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1369/XII	Urgente construção integral do IC35	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1283/XII	Pela intervenção com caráter de urgência na recuperação do IC1 – troço Alcácer do Sal/Grândola	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1270/XII	Por uma solução rápida e definitiva para o problema do IP8 e do IP2 e por garantias de intervenção na rede rodoviária do distrito de Beja	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1254/XII	Em defesa do caminho-de-ferro nacional - pela reunificação e gestão integrada da ferrovia, contra a sua liquidação e desmembramento	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1229/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 181-A/2014, de 24 de dezembro, que "aprova o processo de reprivatização indireta do capital social da TAP, Transportes Aéreos Portugueses, S. A."	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1228/XII	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, que estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, abrangidos pela respetiva área correspondente ao nível III da Nomenclatura para Fins Territoriais e Estatísticos (NUTS), sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML, E.P.E.)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1227/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 174/2014, de 5 de Dezembro que "Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte público coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A."	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1198/XII	Recomenda ao Governo que garanta a construção da Variante Poente à Estrada Nacional 14	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1190/XII	Pela revogação do processo de "subconcessão" a privados da STCP e Metro do Porto	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1162/XII	Contra a retirada dos terminais de mercadorias à CP carga para futura privatização por via da REFER	Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Pjr	1150/XII	Pela defesa, desenvolvimento e gestão pública da TAP como companhia aérea de bandeira nacional.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1122/XII	Propõe a extinção da Empresa Metro Mondego, modernização e eletrificação da linha do Ramal da Lousã e melhoria dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1069/XII	Pela intervenção com caráter de urgência na recuperação do IC1 – troço Alcácer do Sal/Grândola.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1021/XII	Sobre o sector da Assistência em Escala (Handling) no transporte aéreo.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1016/XII	Pela abolição das portagens nas antigas autoestradas SCUT, a extinção das atuais Parcerias Público Privadas e a gestão pública na conclusão das infraestruturas rodoviárias.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	924/XII	Libertação da via da água e transporte não regular em estuários.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	919/XII	Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 160/2013 de 19 de novembro que "procede à primeira alteração à Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, e à quarta alteração das bases da concessão do serviço postal universal".	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	863/XII	Abolição da cobrança de portagens na Via do Infante.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	832/XII	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 129/2013 de 6 de setembro, que «aprova o processo de privatização dos CTT - Correios de Portugal, S.A.».	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	802/XII	Recomenda ao Governo que assuma as responsabilidades pelas intervenções de conservação e manutenção da ponte ferroviária Maria Pia, do tabuleiro inferior da ponte de D. Luís e da nova ponte rodoviária do Infante D. Henrique.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	798/XII	Recomenda ao Governo a construção da Ponte Internacional do Guadiana entre Alcoutim e Sanlúcar.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	778/XII	Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	777/XII	Abolição da cobrança de portagens na Via do Infante.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	761/XII	Recomenda ao Governo que altere a Sociedade Porto Vivo, SRUBP, SA, atribuindo ao Município do Porto uma posição societária maioritária, consagrando um modelo de reabilitação urbana que fixe os residentes e promova a reocupação populacional do Centro Histórico do Porto e garanta a liquidação prévia dos compromissos financeiros do IHRU para com a Sociedade.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	744/XII	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 26/2013, de 19 de Fevereiro, que «procede à primeira alteração à Lei n.º 11/2011, de 26 de Abril, que estabelece o regime jurídico de acesso e de permanência na atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime de funcionamento dos centros de inspeção».	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	739/XII	Pela defesa dos CTT Correios de Portugal, pela manutenção do seu carácter totalmente público e pela melhoria da qualidade do serviço público postal.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	712/XII	Alargamento da "classe 5" de portagens às ex-SCUTS.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	640/XII	Recomenda ao Governo a conclusão das obras de construção do Túnel do Marão.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	598/XII	Pela revogação dos aumentos nos preços dos transportes e a reposição das tarifas reduzidas para estudantes e reformados.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	564/XII	Recomenda ao Governo que mantenha e reforce a utilização do Centro de Produção do Porto da RTP, assegurando os postos de trabalho.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	521/XII	Revoga o Decreto-Lei n.º 232/2012, de 29 de outubro, que "aprova o processo de privatização da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A."	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	518/XII	Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para concretizar a obra de recuperação do mouchão e da cascata do Rio Alviela, na Vila de Pernes.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	515/XII	Reafirma a Resolução da Assembleia da República n.º 101/2011, de 5 de Maio, que recomenda ao Governo que adote as medidas para a concretização do projeto global de estabilização das encostas de Santarém.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	489/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 210/2012, de 21 de setembro, que "Aprova a 3.ª e 4.ª fases do processo de reprivatização indireta do capital social da TAP, Transportes Aéreos Portugueses, S. A."	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	401/XII	Pela abolição das portagens nas antigas autoestradas SCUT e a manutenção das atuais isenções até a eliminação das portagens.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	398/XII	A Via do Ave, VIM - Vizela/Joane - A urgente requalificação e integração no Plano Rodoviário Nacional (PRN).	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	388/XII	O Pronto-Socorro rodoviário como serviço prioritário, de interesse público.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	365/XII	Canal Parlamento através da Televisão Digital Terrestre.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	350/XII	Propõe medidas de defesa e apoio ao sector do Táxi.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Pjr	344/XII	Recomenda a inclusão na TDT de todos os canais de serviço público de televisão e o alargamento da sua rede de emissão terrestre.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	319/XII	Abolição de portagens na Via do Infante.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	309/XII	Recomenda ao Governo a eletrificação do troço entre Caíde e o Marco de Canavezes da linha ferroviária do Douro.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	290/XII	Recomenda que o prolongamento da linha Verde do Metro, entre o ISMAI e a Trofa, integre a 2.ª fase da rede do Metro da Área Metropolitana do Porto	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	270/XII	Pela modernização e reabertura do troço Covilhã-Guarda e prestação de um serviço público de transporte ferroviário de qualidade na Linha da Beira Baixa.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	259/XII	Alargamento da "classe 5" de portagens às ex-SCUTS.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	222/XII	Pela reativação das emissões em Onda Curta da RDP Internacional.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	217/XII	Recomenda ao Governo a manutenção do apoio de 50% no passe 4 18 e passe sub-23.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	169/XII	Pelo adiamento do processo de desligamento da rede analógica de televisão, pela garantia de acesso da população à TDT e ao serviço público de televisão em todo o território nacional	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	161/XII	Pelo desenvolvimento do transporte ferroviário no distrito de Coimbra.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	156/XII	Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 111/2011, de 28 de Novembro.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	131/XII	Recomenda a revogação imediata da desativação do serviço de passageiros da Linha do Vouga, conforme consta do Plano Estratégico dos Transportes e a requalificação e modernização desta Linha.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	73/XII	Pela defesa dos CTT Correios de Portugal, pela manutenção do seu carácter totalmente público e pela melhoria da qualidade do serviço público postal	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	53/XII	Recomenda uma profunda alteração no financiamento da empresa Metro do Porto, SA que permita o relançamento faseado da 2.ª fase da rede do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, incluindo a extensão da Linha Verde, entre o ISMAI (Maia) e a Trofa.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	52/XII	Pela correta repartição de receita dos passes intermodais e combinados pelos operadores de transportes.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	51/XII	Recomenda ao Governo a não introdução de portagens na A23, A24 e A25.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	50/XII	Recomenda ao Governo a não introdução de portagens na A23.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	40/XII	Defende a requalificação da ligação ferroviária entre Lisboa e Beja.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	28/XII	Recomenda ao Governo a não introdução de portagens na A22 (Via Infante de Sagres)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	17/XII	Recomenda ao Governo a urgente construção do IC35.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	16/XII	Recomenda ao Governo a urgente revogação da decisão anunciada pela CP de terminar com a ligação ferroviária entre o Porto e Vigo.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1488/XII	Determina o controlo público das instituições de crédito e sociedades financeiras com relevo para a política económica e o sistema financeiro português, considerando a segregação de componentes financeiras e não financeiras em grupos mistos	Orçamento e Finanças
Pjr	1487/XII	Determina a recomposição e imobilização dos ativos detidos pelo Grupo Espírito Santo, o Banco Espírito Santo e os membros do Conselho Superior do GES	Orçamento e Finanças
Pjr	1286/XII	Propõe a adoção pelo Estado português de um Plano de Ação Nacional e Internacional para a Extinção dos Centros off-shore	Orçamento e Finanças
Pjr	1267/XII	Pelo apuramento dos beneficiários finais das transações financeiras que lesaram o BES e o Estado Português	Orçamento e Finanças
Pjr	1261/XII	Propõe a realização de uma Conferência Intergovernamental destinada a debater o problema das dívidas públicas dos Estados-membros da União Europeia e a iniciar o processo de revogação do Tratado Orçamental	Orçamento e Finanças
Pjr	1239/XII	Propõe a reversão da alienação do Grupo Espírito Santo Saúde, a sua transferência para a esfera pública e a valorização dos seus ativos num quadro de controlo ou propriedade de natureza pública	Orçamento e Finanças
Pjr	1063/XII	Recomenda ao Governo que inicie o processo de desvinculação de Portugal do Tratado Orçamental.	Orçamento e Finanças
Pjr	1061/XII	Rejeita o Documento de Estratégia Orçamental apresentado pelo Governo e determina a renegociação da dívida nos seus prazos, juros e montantes.	Orçamento e Finanças
Pjr	932/XII	Recomenda ao Governo que promova a declaração de nulidade ou a anulação dos contratos de permuta financeira (swap) celebrados entre entidades públicas empresariais e instituições financeiras.	Orçamento e Finanças
Pjr	754/XII	Rejeita o Documento de Estratégia Orçamental 2013-2017.	Orçamento e Finanças
Pjr	684/XII	Financiar o investimento para dever menos.	Orçamento e Finanças
Pjr	335/XII	Rejeita o Documento de Estratégia Orçamental 2012-2016.	Orçamento e Finanças

Pjr	66/XII	Recomenda a prorrogação do prazo para a entrega da Informação Empresarial Simplificada/Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal (IES/DA) determinado pelo Despacho n.º 14/2011-XIX, de 18 de Julho	Orçamento e Finanças
Pjr	24/XII	Recomenda a reabertura urgente da 3.ª Repartição de Finanças de Gaia.	Orçamento e Finanças
Pjr	1464/XII	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais, em desenvolvimento do regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	1350/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 108/2014 de 2 de Julho, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de junho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e à alteração dos estatutos da sociedade VALORSUL — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	1349/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 107/2014 de 2 de Julho, que procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 109/95, de 20 de maio, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Algarve e à alteração dos estatutos da sociedade ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	1348/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 106/2014 de 2 de Julho, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central e à alteração dos estatutos da sociedade RESINORTE — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	1347/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 105/2014 de 2 de Julho, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2001, de 23 de janeiro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano e à alteração dos estatutos da sociedade VALNOR — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	1346/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 104/2014 de 2 de Julho, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/97, de 4 de março, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da margem sul do Tejo e à alteração dos estatutos da sociedade AMARSUL — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	1345/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 103/2014 de 2 de Julho, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Minho e à alteração dos estatutos da sociedade VALORMINHO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	1344/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 102/2014 de 2 de Julho, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/96, de 5 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Litoral Centro e à alteração dos estatutos da sociedade ERSUC — Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	1343/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 101/2014 de 2 de Julho, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 114/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado e à alteração dos estatutos da sociedade RESULIMA — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	1342/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 100/2014 de 2 de Julho, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116/96, de 6 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Alta Estremadura e à alteração dos estatutos da sociedade VALORLIS — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	1341/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 99/2014 de 2 de Julho, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 89/96, de 3 de julho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Sul do Douro e à alteração dos estatutos da sociedade SULDOURO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A.	Poder Local e Ordenamento do Território

Pjr	1340/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 98/2014 de 2 de Julho, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/2001, de 10 de dezembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2008, de 21 de julho, que constitui a sociedade RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., bem como à alteração dos estatutos desta sociedade	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	1308/XII	Pelo reconhecimento do valor social, económico e cultural dos núcleos urbanos das ilhas-barreira da Ria Formosa e imediata suspensão das demolições de habitações na Culatra, Hangares, Farol, península do Ancão e ilhotes da Ria Formosa	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	1253/XII	Pela suspensão das demolições nas ilhas-barreira da Ria Formosa	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	1022/XII	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, que “Aprova o processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A.”	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	962/XII	Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes de intervenção na Orla Costeira de Esposende.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	960/XII	Recomenda ao Governo a tomada de medidas na sequência das intempéries na Costa da Caparica.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	959/XII	Recomenda ao Governo a tomada de medidas na sequência das intempéries no distrito de Aveiro.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	947/XII	Reforço dos meios para o funcionamento e manutenção da atividade e dos serviços das Assembleias Distritais.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	851/XII	Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, que define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	474/XII	Recomenda a adoção de medidas urgentes para apoiar com fundos comunitários o projeto de requalificação do Mercado do Bolhão.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	425/XII	Recomenda ao Governo a adoção das medidas necessárias ao reconhecimento da isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) aos prédios sítos no Centro Histórico de Évora.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	278/XII	Não prosseguimento do processo legislativo referente à Proposta de Lei Nº 44/XII/1ª.	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	94/XII	Recomenda ao Governo que retome o Grupo de Trabalho no âmbito da viabilização do processo de reconversão urbanística, de acordo com a Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, na área abrangida pela servidão militar do Depósito de Munições da NATO de Lisboa, na Quinta da Escola, na Quinta das Flores, na Quinta da Lobateira e Pinhal das Freiras e no Pinhal da Palmeira em Fernão Ferro, no Concelho do Seixal	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	656/XII	Apoio extraordinário à Região Autónoma dos Açores.	Regiões Autónomas
Pjr	80/XII	Cria uma Comissão Parlamentar Eventual para a Avaliação da Situação Financeira da Região Autónoma da Madeira.	Regiões Autónomas
Pjr	79/XII	Recomenda ao Governo que solicite ao Banco de Portugal que determine de forma autónoma, rigorosa e transparente o valor total da dívida pública direta e indireta da Região Autónoma da Madeira.	Regiões Autónomas
Pjr	1579/XII	Por uma nova política de saúde pública	Saúde
Pjr	1574/XII	Rejeita a criação do Grupo Hospitalar da Península de Setúbal	Saúde
Pjr	1573/XII	Pelo Reforço dos cuidados de saúde de proximidade e pela resolução urgente dos constrangimentos existentes nos cuidados de saúde primários	Saúde
Pjr	1569/XII	Rejeita a criação do Grupo Hospitalar do Ribatejo	Saúde
Pjr	1568/XII	Defende a construção do novo Hospital Central público de Évora	Saúde
Pjr	1514/XII	Pelo efetivo cumprimento do reconhecimento da Fibromialgia e dos direitos dos doentes fibromiálgicos	Saúde
Pjr	1435/XII	Recomenda ao Governo que analise a evolução dos impactos na saúde do consumo de cannabis, adote medidas para prevenir o seu consumo e estude a utilização de cannabis para fins terapêuticos	Saúde
Pjr	1422/XII	Reforça os cuidados de saúde primários na saúde infantil e na prestação de cuidados a crianças e jovens	Saúde
Pjr	1421/XII	Garantia da acessibilidade aos tratamentos de infertilidade	Saúde
Pjr	1417/XII	Reforça os cuidados de saúde primários na saúde infantil e na prestação de cuidados a crianças e jovens	Saúde
Pjr	1415/XII	Propõe a contratação dos técnicos de diagnóstico e terapêutica em falta no SNS e o reinício dos processos negociais com as estruturas representativas dos trabalhadores para a resolução dos problemas da carreira	Saúde

Pjr	1388/XII	Pela manutenção do Hospital de Santo Tirso sob gestão pública	Saúde
Pjr	1387/XII	Manutenção da gestão pública do Hospital Distrital de São João da Madeira no âmbito SNS e contratação efetiva de todos os profissionais que respondem às necessidades permanentes do seu funcionamento	Saúde
Pjr	1371/XII	Pela Valorização e Reforço da Prestação de Cuidados de Saúde no Hospital Nossa Senhora da Oliveira, Guimarães	Saúde
Pjr	1307/XII	Recomenda ao Governo que reforce os meios humanos no Instituto Nacional de Emergência Médica	Saúde
Pjr	1304/XII	Pelo reforço da intervenção dos cuidados de saúde primários no combate ao cancro de pele	Saúde
Pjr	1278/XII	Pela melhoria do Hospital de Santa Luzia em Elvas e em defesa do acesso dos utentes aos serviços de saúde	Saúde
Pjr	1271/XII	Manutenção da gestão pública do Hospital de Cantanhede no âmbito SNS e contratação efetiva de todos os profissionais que respondem às necessidades permanentes do seu funcionamento	Saúde
Pjr	1269/XII	Construção Urgente do Centro de Saúde na Freguesia de Santa Iria de Azóia	Saúde
Pjr	1264/XII	Recomenda ao Governo a criação de um programa de prevenção e diagnóstico da Hepatite C e adoção de medidas que garantam a independência e soberania do Estado Português na área do medicamento	Saúde
Pjr	1262/XII	Recomenda ao Governo a resolução urgente dos problemas com que estão confrontados os Serviços de Urgência	Saúde
Pjr	1257/XII	Pela manutenção do Hospital do Fundão sob gestão pública	Saúde
Pjr	1200/XII	Construção Urgente do Centro de Saúde na Freguesia de Odivelas	Saúde
Pjr	1184/XII	Pelo reforço e valorização do papel dos enfermeiros no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjr	1183/XII	Criação do Laboratório Nacional do Medicamento	Saúde
Pjr	1182/XII	Reforço das respostas do SNS na área da Saúde Mental em Portugal	Saúde
Pjr	1119/XII	Pela Valorização e Reforço do Hospital de Santa Maria Maior, Barcelos	Saúde
Pjr	1111/XII	Pelo Reforço e Valorização dos Profissionais de Saúde no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjr	1110/XII	Pelo Reforço dos Cuidados de Saúde Primários de Proximidade às Populações	Saúde
Pjr	1105/XII	Recomenda ao Governo a suspensão do processo de agregação/fusão dos cursos nas áreas das tecnologias da saúde.	Saúde
Pjr	1104/XII	Em defesa dos cuidados de saúde primários na região algarvia.	Saúde
Pjr	1103/XII	Recomenda ao Governo a adoção de medidas de informação e esclarecimento da população em geral quanto ao surto de doença provocado pelo vírus Ébola.	Saúde
Pjr	1094/XII	Recomenda a adoção de medidas concretas para assegurar a operacionalidade dos meios de emergência médica	Saúde
Pjr	1086/XII	Medidas imediatas que garantam o reforço da capacidade de resposta na área da toxicodependência e alcoolismo	Saúde
Pjr	1014/XII	Recomenda ao Governo o reforço dos cuidados de saúde no Distrito de Aveiro.	Saúde
Pjr	973/XII	Contra a fusão dos hospitais de Faro, Portimão e Lagos num único centro hospitalar, pela melhoria dos cuidados de saúde na região algarvia.	Saúde
Pjr	972/XII	Reforço e Valorização dos Profissionais de Saúde no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjr	964/XII	Recomenda ao Governo a criação de serviços de atendimento permanente em horário alargado.	Saúde
Pjr	963/XII	Assegura a existência de transportes públicos, com preços socialmente justos e horários adequados às necessidades dos utentes do Hospital de Loures.	Saúde
Pjr	950/XII	Recomenda ao Governo a manutenção do Hospital Distrital de Águeda.	Saúde
Pjr	918/XII	Pela Salvaguarda do Pólo de Caldelas da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Viver Mais	Saúde
Pjr	912/XII	Recomenda ao Governo que o Ministério da Saúde assegure diretamente a gestão da linha saúde 24 e salvaguarde os direitos dos enfermeiros.	Saúde
Pjr	909/XII	Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 138/2013 de 9 de outubro, que "define as formas de articulação do Ministério da Saúde e os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com as instituições particulares de solidariedade social, bem como estabelece o regime de devolução às Misericórdias dos hospitais objeto das medidas previstas nos Decretos-Leis n.ºs 704/74, de 7 de dezembro, e 618/75, de 11 de novembro, atualmente geridos por estabelecimentos ou serviços do SNS"	Saúde
Pjr	899/XII	Recomenda ao Governo a rápida resolução dos problemas com que o distrito de Braga se confronta na área da saúde.	Saúde
Pjr	892/XII	Reforço dos Cuidados de Saúde Primários.	Saúde

Pjr	891/XII	Recomenda ao Governo a suspensão do processo de reorganização hospitalar e garante uma gestão pública das unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde.	Saúde
Pjr	838/XII	Revogação da reorganização das urgências no período noturno na Área Metropolitana de Lisboa.	Saúde
Pjr	835/XII	Pelo Direito ao Tratamento Adequado aos Doentes com Esclerose Múltipla Acompanhados no Serviço Nacional de Saúde.	Saúde
Pjr	811/XII	Recomenda ao Governo que concretize as medidas políticas necessárias para o funcionamento pleno do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo.	Saúde
Pjr	800/XII	Reforço de Enfermeiros no Serviço Nacional de Saúde.	Saúde
Pjr	790/XII	Pela revogação da parceria público privada do Hospital de Braga e a integração do Hospital de Braga na rede hospitalar no setor público administrativo	Saúde
Pjr	789/XII	Contra a criação do Centro Hospitalar do Algarve e em defesa da melhoria dos cuidados de saúde na região algarvia.	Saúde
Pjr	787/XII	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 68/2013, de 17 de maio, que procede à transferência de competências do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.), exercidas pelo Centro de Genética Médica Doutor Jacinto Magalhães daquele instituto, para o Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	Saúde
Pjr	766/XII	Urgente abertura do Centro de Reabilitação do Norte.	Saúde
Pjr	731/XII	Recomenda ao Governo a continuidade do Serviço de Oncologia do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo.	Saúde
Pjr	701/XII	Pela reabertura das urgências noturnas do Hospital dos Covões e salvaguarda do seu funcionamento 24h/dia.	Saúde
Pjr	672/XII	Recomenda a suspensão imediata do processo de desmantelamento e encerramento da Maternidade Alfredo da Costa.	Saúde
Pjr	665/XII	Pela suspensão do processo de "reestruturação dos cuidados hospitalares" no Oeste e a defesa dos serviços e unidades hospitalares da Região.	Saúde
Pjr	658/XII	Recomenda a Criação de uma Base de Dados de Registo e Gestão de Utentes no SNS e a suspensão do processo de expurgar das listas de médico de família os utentes que há mais de três anos não recorram ao médico de família.	Saúde
Pjr	657/XII	Recomenda ao Governo a salvaguarda e autonomia do Serviço de Ortopedia do Hospital Pediátrico de Coimbra no Serviço de Ortopedia do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra (CHUC).	Saúde
Pjr	626/XII	Revogação das Taxas Moderadoras e Atribuição do Transporte de Doentes não Urgentes.	Saúde
Pjr	603/XII	Recomenda o prolongamento de horário da USF PHYSYS - Vizela até às 22 horas de 2ª a 6ª feira e a reabertura aos sábados, domingos e Feriados	Saúde
Pjr	498/XII	Recomenda ao Governo que assegure diretamente a comparticipação a 100% dos medicamentos dispensados aos reformados da indústria de lanifícios, no momento da aquisição dos medicamentos.	Saúde
Pjr	445/XII	Por um serviço de urgência básica em Torre de Moncorvo	Saúde
Pjr	436/XII	Recomenda a manutenção e reforço do hospital de S. Paulo em Serpa, assim como uma especial atenção a outras carências da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo.	Saúde
Pjr	432/XII	Pela autonomia do Centro de Genética Médica Dr. Jacinto Magalhães.	Saúde
Pjr	403/XII	Recomenda a criação do Estatuto de Doente Crónico.	Saúde
Pjr	392/XII	Programa de Emergência para a Saúde.	Saúde
Pjr	387/XII	Recomenda a defesa da Maternidade Alfredo da Costa, como unidade autónoma de referência na saúde materno-infantil.	Saúde
Pjr	372/XII	Pela suspensão do processo de reestruturação dos serviços públicos de combate à toxicodependência e alcoolismo.	Saúde
Pjr	366/XII	Anula o concurso público para a contratação de médicos através de empresas de trabalho temporário.	Saúde
Pjr	362/XII	Rejeição da proposta de reorganização dos cuidados hospitalares na Região Oeste.	Saúde
Pjr	324/XII	Revogação das Taxas Moderadoras e Atribuição do Transporte de Doentes não Urgentes.	Saúde
Pjr	311/XII	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 44/2012 de 23 de fevereiro, que "integra a Maternidade Dr. Alfredo da Costa e o Hospital Curry Cabral no Centro Hospitalar de Lisboa Central"	Saúde
Pjr	307/XII	Contra o encerramento da Maternidade Alfredo da Costa.	Saúde
Pjr	250/XII	Reforço das vagas do concurso B para ingresso no internato médico.	Saúde
Pjr	216/XII	Suspensão do processo de reestruturação do Centro Hospitalar do Médio Tejo.	Saúde

Pjr	186/XII	Recomenda ao Governo a inclusão do medicamento Tafamidis no Serviço Nacional de Saúde.	Saúde
Pjr	158/XII	Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de Novembro,	Saúde
Pjr	93/XII	Construção Urgente do Hospital no Concelho do Seixal.	Saúde
Pjr	36/XII	Propõe medidas que garantam a construção do novo Hospital em Évora.	Saúde
Pjr	35/XII	Propõe a correção do sub-financiamento do Hospital do Espírito Santo em Évora e a Revisão das regras previstas no respetivo contrato programa.	Saúde
Pjr	1533/XII	Propõe medidas visando a defesa do carácter público, universal e solidário da Segurança Social, o financiamento adequado do sistema previdencial e a transparência na utilização dos seus recursos financeiros	Segurança Social
Pjr	1523/XII	Defende o acesso das famílias às creches familiares da Segurança Social e propõe um novo regime laboral para as Amas	Segurança Social
Pjr	1498/XII	Apoios Financeiros a Centros de Cultura e Desporto da Segurança Social	Segurança Social
Pjr	1471/XII	Cria um programa piloto para um regime de "Apoio à Vida Independente" para pessoas com deficiência agravada	Segurança Social
Pjr	1455/XII	Assegure a gestão pública através do Instituto da Segurança Social no Centro Infantil e do Lar de Idosos de Odivelas	Segurança Social
Pjr	1420/XII	Criação de uma rede pública de equipamentos de apoio à infância de qualidade a preços acessíveis e socialmente justos	Segurança Social
Pjr	1306/XII	Plano de Emergência Social para o Distrito de Aveiro	Segurança Social
Pjr	1236/XII	Plano Imediato de Intervenção Económica e Social para o Alentejo	Segurança Social
Pjr	1201/XII	Pelo cumprimento da Lei nº 10/2010, de 14 de Junho, que estabelece o dever de o Estado assegurar a obrigatoriedade de acompanhamento médico periódico e gratuito aos trabalhadores da ENU e suas famílias	Segurança Social
Pjr	1169/XII	Reversão dos Acordos Estabelecidos entre o Governo e a União das Misericórdias Portuguesas para a Transferência dos Hospitais de Anadia, Fafe e Serpa para as Misericórdias	Segurança Social
Pjr	1140/XII	Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e apresentação de um Relatório Anual sobre a avaliação das políticas destinadas à erradicação à pobreza e exclusão social	Segurança Social
Pjr	1139/XII	Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e apresentação de um Relatório Anual sobre a situação da infância e a criação de um Programa Extraordinário de Combate à Pobreza Infantil	Segurança Social
Pjr	1049/XII	Assegure a atribuição do subsídio de educação especial e garanta os apoios clínicos a todas as crianças e jovens com deficiência.	Segurança Social
Pjr	979/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 167-E/2013 de 31 de dezembro, que "Altera o regime jurídico de proteção social nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral de segurança social".	Segurança Social
Pjr	961/XII	Estabelece medidas de apoio às vítimas das intempéries no distrito do Porto.	Segurança Social
Pjr	941/XII	Cria um plano de emergência social no distrito do Porto.	Segurança Social
Pjr	895/XII	Medidas extraordinárias que asseguram a contratação de todos os meios humanos necessários à Escola Pública Inclusiva	Segurança Social
Pjr	716/XII	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 13/2013, de 25 de janeiro, que "altera os regimes jurídicos de proteção social no desemprego, morte, dependência, rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos e complemento por cônjuge a cargo, do sistema de segurança social"	Segurança Social
Pjr	659/XII	Recomenda ao Governo que reconheça o direito a indemnizações por morte ou doença dos trabalhadores e ex-Trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio.	Segurança Social
Pjr	547/XII	Recomenda a criação de uma rede de albergues para pessoas sem-abrigo e a criação do Plano de Alojamento Imediato.	Segurança Social
Pjr	536/XII	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 221/2012, de 12 de Outubro, que "Institui a atividade socialmente útil a desenvolver por parte dos beneficiários do rendimento social de inserção".	Segurança Social
Pjr	421/XII	Pagar os subsídios aos trabalhadores, reformados e pensionistas.	Segurança Social
Pjr	397/XII	Suspensão imediata do processo de privatização da rede de creches e infantários da Segurança Social.	Segurança Social
Pjr	316/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 85-A/2012, de 5 de abril, que "suspende o regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma por antecipação, constante do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, salvaguardando a situação dos desempregados de longa duração".	Segurança Social

Pjr	230/XII	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro que "Procede à transmissão para o Estado das responsabilidades com pensões previstas no regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no sector bancário".	Segurança Social
Pjr	181/XII	Recomenda ao Governo a suspensão imediata do processo de cobrança de montantes atribuídos a título de prestação social.	Segurança Social
Pjr	18/XII	Recomenda ao Governo a implementação no distrito do Porto de um plano de combate à precariedade e promoção de emprego com direitos.	Segurança Social
Pjr	1418/XII	Reforça os meios da Autoridade para as Condições do Trabalho e cria um Plano Nacional de Combate às Discriminações em função da Maternidade e Paternidade	Trabalho
Pjr	1272/XII	Por emprego de qualidade no Turismo	Trabalho
Pjr	1146/XII	Em defesa dos postos de trabalho, dos direitos dos trabalhadores e da atividade produtiva da PSA – Peugeot Citroen de Mangualde	Trabalho
Pjr	1112/XII	Aumento do salário mínimo nacional.	Trabalho
Pjr	1048/XII	Recomenda ao Governo que ratifique a Convenção sobre Trabalho Digno para os Trabalhadores Domésticos e que tome as medidas adequadas à sua execução.	Trabalho
Pjr	1044/XII	Aumento do salário mínimo nacional.	Trabalho
Pjr	1043/XII	Em defesa dos postos de trabalho, do cumprimento dos compromissos assumidos e do desenvolvimento da atividade industrial na unidade da Kemet em Évora.	Trabalho
Pjr	1020/XII	Recomenda ao Governo que cumpra e faça cumprir a contratação coletiva no sector dos transportes rodoviários de passageiros.	Trabalho
Pjr	824/XII	Aumento do salário mínimo nacional.	Trabalho
Pjr	694/XII	Recomenda a Regulamentação da Profissão de Gerontólogo	Trabalho
Pjr	693/XII	Recomenda a Regulamentação da Profissão de Optometrista e a Integração no Serviço Nacional de Saúde.	Trabalho
Pjr	692/XII	Recomenda a Regulamentação da Profissão de Podologia.	Trabalho
Pjr	629/XII	Defesa e valorização efetiva dos direitos das mulheres no mundo do trabalho.	Trabalho
Pjr	628/XII	Combate às discriminações salariais, diretas e indiretas.	Trabalho
Pjr	551/XII	Aumento do Salário Mínimo Nacional.	Trabalho
Pjr	243/XII	Valorização do trabalho e dos salários combate às discriminações salariais, diretas e indiretas.	Trabalho
Pjr	231/XII	Recomenda ao Governo a avaliação, reestruturação e manutenção dos Centro Novas Oportunidades.	Trabalho
Pjr	19/XII	Aumento do salário mínimo nacional.	Trabalho

16. Apreciações Parlamentares

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>

Ap	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV
	105	45	0	0	0	0

(atualizado a 08/07/2015)

Tipo	Nº	Título	Área
Aprl	144/XII	Decreto-Lei n.º 101-A/2015, de 4 de junho que "Aprova um mecanismo extraordinário de correção cambial às remunerações e abonos dos trabalhadores das carreiras do Ministério dos Negócios Estrangeiros em funções nos serviços periféricos externos, bem como dos trabalhadores da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e do Turismo de Portugal, I. P., que exerçam funções na dependência funcional dos chefes de missão diplomática"	Administração Pública
Aprl	50/XII	Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, que "Estabelece o regime jurídico-laboral dos trabalhadores periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado".	Administração Pública
Aprl	118/XII	Decreto-Lei n.º 152/2014, de 15 de outubro, que "No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 74/2014, de 2 de setembro, altera os Estatutos da Casa do Douro, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 277/2003, de 6 de novembro, define o regime de regularização das suas dívidas e cria as condições para a sua transição para uma associação de direito privado, extinguindo o atual estatuto de associação pública da Casa do Douro"	Agricultura e Pescas
Aprl	77/XII	Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, que "Estabelece o regime de transferência da jurisdição portuária dos portos de pesca e marinas de recreio do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. para a Docapesca – Portos e Lotas, S.A.".	Agricultura e Pescas
Aprl	57/XII	Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho que "Estabelece o regime jurídico aplicável às ações arborização e rearborezação, com recurso a espécies florestais, no território continental".	Agricultura e Pescas
Aprl	54/XII	Decreto-Lei n.º 77/2013, de 5 de junho, que estabelece a possibilidade de utilização de aguardente de origem vitícola na interrupção da fermentação do mosto destinado à elaboração de vinho do «Porto» e de vinho licoroso «Moscatel do Douro».	Agricultura e Pescas
Aprl	24/XII	Decreto-Lei n.º 119/2012, de 15 de Junho, que "cria, no âmbito do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais, bem como a taxa de segurança alimentar mais".	Agricultura e Pescas
Aprl	17/XII	Decreto-lei nº 97/2012, de 23 de Abril, que "aprova a Orgânica do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I.P.".	Agricultura e Pescas
Aprl	139/XII	Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio - Aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas	Defesa
Aprl	120/XII	Decreto-Lei n.º 167/2014, de 6 de novembro que "Define os termos da extinção dos estabelecimentos fabris do Exército denominados Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento e Oficinas Gerais de Material de Engenharia"	Defesa
Aprl	73/XII	Decreto-Lei n.º 166-A/2013, de 27 de dezembro, "Procede à alteração do regime dos complementos de pensão dos militares das Forças Armadas, à transferência da responsabilidade pelo pagamento destes complementos de pensão para a Caixa Geral de Aposentações, I.P., e à fixação das regras de extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas".	Defesa
Aprl	59/XII	Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho, que "Altera o Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro, o Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, revendo os descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da ADSE, da ADM e da SAD".	Defesa
Aprl	48/XII	Decreto-Lei n.º 10/2013, de 25 de janeiro que "Estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas e regulamenta o seu funcionamento".	Desporto e Associativismo

Aprl	136/XII	Decreto-Lei n.º 46/2015, de 9 de abril, que "Reconhece o interesse público do Complexo Europarque e disciplina os termos da aceitação da dação em cumprimento desse imóvel ao Estado, bem como da autorização de cedência de utilização do mesmo ao Município d	Economia
Aprl	133/XII	Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que "aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração"	Economia
Aprl	76/XII	Decreto-Lei n.º 166/2013, de 27 de dezembro, que "aprova o regime aplicável às práticas individuais restritivas do comércio".	Economia
Aprl	74/XII	Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de Setembro, que «transpõe a Diretiva n.º 2009/119/CE do Conselho, de 14 de setembro de 2009, que obriga os Estados-Membros a manterem um nível mínimo de reservas de petróleo bruto e/ou de produtos petrolíferos, e procede à reestruturação e redenominação da Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E., procedendo à segunda alteração aos estatutos desta entidade, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro».	Economia
Aprl	64/XII	Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, que "estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial".	Economia
Aprl	62/XII	Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho, que "procede à afetação à Sociedade Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. de determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos nelas implantados, redefine a área referente à concessão dominial atribuída à Sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. e autoriza a alteração ao contrato de concessão, incluindo a autorização para a efetivação de uma nova subconcessão".	Economia
Aprl	33/XII	Decreto-Lei n.º 199/2012, de 24 de agosto, que "altera o Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo e adapta este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno".	Economia
Aprl	31/XII	Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de Agosto, que "Estabelece um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas".	Economia
Aprl	30/XII	Decreto-Lei n.º 186/2012, de 13 de agosto, que «Aprova o processo de reprivatização do capital social dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A.».	Economia
Aprl	20/XII	Decreto-Lei n.º 112/2012, de 23 de maio, que "Altera os limites legais de participação no capital social do operador da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade, no capital social das empresas concessionárias da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL e no capital social do operador da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural".	Economia
Aprl	14/XII	Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de Março, que "estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais com consumos em baixa tensão normal (BTN) e adota mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis"	Economia
Aprl	13/XII	Decreto-Lei n.º 74/2012, de 26 de Março, que "estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de gás natural a clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m3 e adota mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis"	Economia
Aprl	8/XII	Decreto-Lei nº 30/2012, de 9 de Fevereiro, que "Transpõe para a ordem jurídica interna as disposições da Diretiva n.º 2009/71/EURATOM, do Conselho, de 25 de Junho de 2009, que estabelece um quadro comunitário para a segurança nuclear das instalações nucleares, e cria a respetiva autoridade reguladora competente, estabelecendo o seu âmbito e atribuições".	Economia
Aprl	4/XII	Decreto-Lei 102/2011 de 30 de Setembro que «cria o apoio social extraordinário ao consumidor de energia (ASECE)».	Economia
Aprl	3/XII	Decreto-Lei 101/2011 de 30 de Setembro que «cria a tarifa social de fornecimento de gás natural a aplicar a clientes finais economicamente vulneráveis».	Economia
Aprl	2/XII	Decreto-Lei n.º 90/2011, de 25 de Julho, que "elimina os direitos especiais detidos pelo acionista Estado na EDP " Energias de Portugal, S. A., na GALP Energia, SGPS, S. A., e na Portugal Telecom, SGPS, S. A.."	Economia
Aprl	1/XII	Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de Maio, que "Regula o acesso e exercício da atividade das agências de viagem e turismo"	Economia

Aprl	90/XII	<u>Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho que estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas</u>	Educação e Ciência
Aprl	88/XII	<u>Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio, que "Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 146/2013, de 22 de outubro, e pela lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, que estabelece o novo regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de formadores e técnicos especializados".</u>	Educação e Ciência
Aprl	87/XII	<u>Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, que "aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário"</u>	Educação e Ciência
Aprl	86/XII	<u>Decreto-Lei n.º 60/2014, de 22 de abril, que "Estabelece um regime excecional destinado à seleção e recrutamento de pessoal docente para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência".</u>	Educação e Ciência
Aprl	83/XII	<u>Decreto-Lei n.º 43/2014 de 18 de março, que "Procede à criação e regulamentação de um ciclo de estudos superiores não conferente a grau académico".</u>	Educação e Ciência
Aprl	78/XII	<u>Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, que "estabelece o regime jurídico da formação contínua de professores e define o respetivo sistema de coordenação, administração e apoio".</u>	Educação e Ciência
Aprl	69/XII	<u>Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro que aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior.</u>	Educação e Ciência
Aprl	67/XII	<u>Decreto-Lei n.º 146/2013 de 22 de outubro, que "Procede à 12.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho".</u>	Educação e Ciência
Aprl	55/XII	<u>Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho "Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que "estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos Ensinos Básico e Secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos Ensinos Básico e Secundário".</u>	Educação e Ciência
Aprl	44/XII	<u>Decreto-Lei n.º 7/2013, de 17 de janeiro "Estabelece um regime excecional para a seleção e o recrutamento do pessoal docente dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência".</u>	Educação e Ciência
Aprl	36/XII	<u>Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de Agosto que "Regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono".</u>	Educação e Ciência
Aprl	29/XII	<u>Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de Julho que "Aprova a orgânica do laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.."</u>	Educação e Ciência
Aprl	26/XII	<u>Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho, que "Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário".</u>	Educação e Ciência
Aprl	23/XII	<u>Decreto-Lei nº132/2012, de 27 de Junho que "Estabelece o novo regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de formadores e técnicos especializados".</u>	Educação e Ciência
Aprl	84/XII	<u>Decreto-Lei n-º 53/2014, de 8 de abril, que "Estabelece um regime excecional e temporário a aplicar à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que estejam afetos ou se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional".</u>	Habituação
Aprl	117/XII	<u>Decreto-Lei n.º 150/2014, de 13 de outubro, que "Clarifica o regime aplicável à prática de atos processuais enquanto se mantiverem os constrangimentos ao acesso e utilização do sistema informático de suporte à atividade dos tribunais (CITIUS)".</u>	Justiça
Aprl	81/XII	<u>Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março que "Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais".</u>	Justiça
Aprl	32/XII	<u>Decreto-Lei n.º 209/2012, de 19 de setembro "Altera o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, bem como legislação conexa com emolumentos e taxas".</u>	Justiça

Aprl	140/XII	Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio Determina a fusão da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E. P. E. com a EP – Estradas de Portugal, S. A., e sua transformação em sociedade anónima, com a denominação Infraestruturas de Portugal, S. A.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	138/XII	Decreto-Lei n.º 70/2015, de 6 de maio, que "Aprova o processo de reprivatização (I) da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A."	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	137/XII	Decreto-Lei n.º 69/2015, de 6 de maio, que "Aprova o processo de reprivatização (I) da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A."	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	129/XII	Decreto-Lei n.º 181-A/2014, de 24 de dezembro, que "aprova o processo de reprivatização indireta do capital social da TAP, Transportes Aéreos Portugueses, S. A."	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	126/XII	Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de Dezembro que "Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa"	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	125/XII	Decreto-Lei n.º 174/2014, de 5 de Dezembro que "Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte público coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A."	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	121/XII	Decreto-Lei n.º 160/2014 de 29 de Outubro, que "estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração da REFER e das Estradas de Portugal, para efeitos da concretização do processo de fusão das duas empresas"	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	119/XII	Decreto-Lei n.º 161/2014 de 29 de Outubro, que estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metro, Carris, Transtejo e Soflusa.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	113/XII	Decreto-Lei n.º 122/2014, de 11 de agosto, que estabelece o regime jurídico aplicável à realização das auditorias de segurança rodoviária (ASR).	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	104/XII	Decreto-Lei n.º 123/2014, de 11 de agosto, que estabelece as regras aplicáveis à realização das inspeções de segurança rodoviária (ISR), no que respeita ao exercício da atividade, à composição das equipas de inspeção, às competências dos inspetores e ao quadro fiscalizador e sancionatório.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	71/XII	Decreto-Lei n.º 160/2013 de 19 de novembro que "procede à primeira alteração à Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, e à quarta alteração das bases da concessão do serviço postal universal"	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	63/XII	Decreto-Lei n.º 129/2013 de 6 de setembro, que «aprova o processo de privatização dos CTT - Correios de Portugal, S.A.».	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	49/XII	Decreto-Lei n.º 26/2013, de 19 de Fevereiro "Procede à primeira alteração à Lei n.º 11/2011, de 26 de Abril, que estabelece o regime jurídico de acesso e de permanência na atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime de funcionamento dos centros de inspeção".	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	43/XII	Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 de outubro, que "Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 248/95, de 21 de setembro, que cria, na estrutura do Sistema da Autoridade Marítima, a Polícia Marítima, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, que estabelece, no âmbito do Sistema da Autoridade Marítima, a estrutura, organização, funcionamento e competências da Autoridade Marítima Nacional".	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	41/XII	Decreto-Lei n.º 232/2012 de 29 de outubro, que "aprova o processo de privatização da ANA - Aeroportos de Portugal, S. A."	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	38/XII	Decreto-Lei n.º 210/2012, de 21 de setembro, que "aprova a 3.ª e 4.ª fases do processo de reprivatização indireta do capital social da TAP, Transportes Aéreos Portugueses, S. A."	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	18/XII	Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de Maio, que "estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., e da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A., para efeitos da concretização do processo de fusão das duas empresas".	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	5/XII	Decreto-Lei n.º 111/2011, de 28 de Novembro, que "Sujeita os lanços e sublanços das auto-estradas SCUT do Algarve, da Beira Interior, do Interior Norte e da Beira Litoral/Beira Alta ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores".	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	70/XII	Decreto-Lei n.º 142/2013 de 18 de outubro, que "procede à quinta alteração à Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro".	Orçamento e Finanças
Aprl	145/XII	Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio que "Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro"	Poder Local e Ordenamento do Território

Aprl	143/XII	<u>Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio que "Cria um sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo"</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	142/XII	<u>Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio que "Cria um sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal"</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	141/XII	<u>Decreto-Lei n.º 92/2015, de 29 de maio que "Cria um sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal"</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	132/XII	<u>Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais, em desenvolvimento do regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	124/XII	<u>Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro - No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 45/2014, de 16 de julho, estabelece, com caráter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	116/XII	<u>Decreto-Lei n.º 104/2014, de 2 de julho "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/97, de 4 de março, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da margem sul do Tejo e à alteração dos estatutos da sociedade AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A."</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	115/XII	<u>Decreto-Lei n.º 105/2014, de 2 de julho "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2001, de 23 de janeiro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano e à alteração dos estatutos da sociedade VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A."</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	114/XII	<u>Decreto-Lei n.º 108/2014, de 2 de julho "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de junho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e à alteração dos estatutos da sociedade VALORSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A."</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	112/XII	<u>Decreto-Lei n.º 107/2014, de 2 de julho "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109/95, de 20 de maio, que cria o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Algarve e à alteração dos estatutos da sociedade ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A."</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	111/XII	<u>Decreto-Lei n.º 100/2014, de 2 de julho "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116/96, de 6 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Alta Estremadura e à alteração dos estatutos da sociedade VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A."</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	110/XII	<u>Decreto-Lei n.º 99/2014, de 2 de julho - "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 89/96, de 3 de julho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Sul do Douro e à alteração dos estatutos da sociedade SULDOURO – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A."</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	109/XII	<u>Decreto-Lei n.º 103/2014, de 2 de julho - "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Minho, e à alteração dos estatutos da sociedade VALORMINHO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A."</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	108/XII	<u>Decreto-Lei n.º 98/2014, de 2 de julho - "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/2001, de 10 de dezembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2008, de 21 de julho, que constitui a sociedade RESIESTRELA – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., bem como à alteração dos estatutos desta sociedade."</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	107/XII	<u>Decreto-Lei n.º 102/2014, de 2 de julho - "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/96, de 5 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Litoral Centro e à alteração dos estatutos da sociedade ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A."</u>	Poder Local e Ordenamento do Território

Aprl	106/XII	<u>Decreto-Lei n.º 101/2014, de 2 de julho - "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 114/96, de 5 de agosto, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado e à alteração dos estatutos da sociedade RESULIMA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A."</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	105/XII	<u>Decreto-Lei n.º 106/2014, de 2 de julho - "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de setembro, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central e à alteração dos estatutos da sociedade RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A."</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	79/XII	<u>Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março "Aprova o processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A."</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	58/XII	<u>Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, que estabelece "o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos"</u>	Poder Local e Ordenamento do Território
Aprl	150/XII	<u>Decreto-Lei n.º 101/2015, de 4 de junho, que "Estabelece os termos e as condições de atribuição dos incentivos aos trabalhadores médicos em contrato de trabalho por tempo indeterminado, ou a contratar"</u>	Saúde
Aprl	146/XII	<u>Decreto-Lei n.º 86/2015, de 21 de maio, Procede à definição do regime jurídico da formação médica especializada com vista à obtenção do grau de especialista e estabelecesse os princípios gerais a que deve obedecer o respetivo processo</u>	Saúde
Aprl	66/XII	<u>Decreto-Lei n.º 139/2013 de 9 de outubro, que «estabelece o regime jurídico das convenções que tenham por objeto a realização de prestações de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde, no âmbito da rede nacional de prestação de cuidados de saúde».</u>	Saúde
Aprl	65/XII	<u>Decreto-Lei n.º 138/2013 de 9 de outubro, que «define as formas de articulação do Ministério da Saúde e os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com as instituições particulares de solidariedade social, bem como estabelece o regime de devolução às Misericórdias dos hospitais objeto das medidas previstas nos Decretos-Leis n.ºs 704/74, de 7 de dezembro, e 618/75, de 11 de novembro, atualmente geridos por estabelecimentos ou serviços do SNS».</u>	Saúde
Aprl	53/XII	<u>Decreto-Lei n.º 68/2013, de 17 de maio, que "procede à transferência de competências do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.), exercidas pelo Centro de Genética Médica Doutor Jacinto Magalhães daquele instituto, para o Centro Hospitalar do Porto, E.P.E".</u>	Saúde
Aprl	52/XII	<u>Decreto-Lei n.º 54/2013, de 17 de abril, que "define o Regime Jurídico da Prevenção e Proteção contra a Publicidade e o Comércio das novas Substâncias Psicoativas".</u>	Saúde
Aprl	27/XII	<u>Decreto-Lei nº 128/2012, de 21 de junho, que "procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº113/2011, de 29 de novembro, que regula o acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefícios".</u>	Saúde
Aprl	19/XII	<u>Decreto-Lei nº 106/2012, de 17 de maio, procede à primeira alteração ao Decreto -Lei n.º 8/2011, de 11 de janeiro, que aprova os valores devidos pelo pagamento de atos das autoridades de saúde e de serviços prestados por outros profissionais de saúde pública.</u>	Saúde
Aprl	10/XII	<u>Decreto-Lei n.º 44/2012, de 23 de fevereiro, que "integra a Maternidade Dr. Alfredo da Costa e o Hospital Curry Cabral no Centro Hospitalar de Lisboa Central".</u>	Saúde
Aprl	6/XII	<u>Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de Novembro, que "Regula o acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefícios".</u>	Saúde
Aprl	122/XII	<u>Decreto-Lei n.º154/2014, de 20 de outubro que "Cria uma medida excecional de apoio ao emprego que se traduz na redução temporária da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora."</u>	Segurança Social
Aprl	75/XII	<u>Decreto-Lei n.º 167-E/2013 de 31 de dezembro, que "Altera o regime jurídico de proteção social nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral de segurança social".</u>	Segurança Social
Aprl	47/XII	<u>Decreto-Lei n.º 13/2013, de 25 de janeiro, que "Altera os regimes jurídicos de proteção social no desemprego, morte, dependência, rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos e complemento por cônjuge a cargo, do sistema de segurança social".</u>	Segurança Social
Aprl	40/XII	<u>Decreto-lei n.º 221/2012 de 12 de outubro, que "Institui a atividade socialmente útil a desenvolver por parte dos beneficiários da prestação de rendimento social de inserção".</u>	Segurança Social

Aprl	25/XII	<u>Decreto-Lei nº 133/2012, de 27 de Junho que "Altera os regimes jurídicos de proteção social nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adoção e morte previstas no sistema previdencial, de encargos familiares do subsistema de proteção familiar e do rendimento social de inserção, o regime jurídico que regula a restituição de prestações indevidamente pagas e a lei da condição de recursos, no âmbito do sistema de segurança social, e o estatuto das pensões de sobrevivência e o regime jurídico de proteção social na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção no âmbito do regime de proteção social convergente".</u>	Segurança Social
Aprl	11/XII	<u>Decreto-Lei n.º 85-A/2012, de 5 de abril, que "Suspende o regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma por antecipação, constante do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, salvaguardando a situação dos desempregados de longa duração"</u>	Segurança Social
Aprl	9/XII	<u>Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de Março, que "procede à alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro".</u>	Segurança Social
Aprl	7/XII	<u>Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de Dezembro que "Procede à transmissão para o Estado das responsabilidades com pensões previstas no regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no sector bancário".</u>	Segurança Social
Aprl	134/XII	<u>Decreto-Lei n.º 13/2015, de 26 de janeiro que "Define os objetivos e os princípios da política de emprego e regula a conceção, a execução, o acompanhamento, a avaliação e o financiamento dos respetivos programas e medidas"</u>	Trabalho

17. Votos

Tipo	Nº	Data	Título
Voto	303	03-07-2015	Voto de Condenação e de Pesar que condena os atentados ocorridos em França, Tunísia e Koweit
Voto	300	03-07-2015	Voto de Saudação à Missão de Portugal aos I Jogos Europeus 2015
Voto	297	03-07-2015	Voto de Solidariedade com Tekbar Haddi
Voto	296	03-07-2015	Voto de Solidariedade ao Povo Grego
Voto	286	22-05-2015	Voto de Pesar pelo falecimento de António Galhordas
Voto	282	21-05-2015	Voto de saudação pelo 50.º aniversário da atribuição do prémio de novelística da Sociedade Portuguesa de escritores ao livro Luanda de José Luandino Vieira
Voto	278	08-05-2015	Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Óscar Mascarenhas
Voto	277	08-05-2015	Voto de Congratulação pelo 70.º aniversário da Vitória sobre o Nazi-Fascismo na Segunda Guerra Mundial
Voto	268	10-04-2015	Voto de Solidariedade pelo libertação imediata de Khaleda Jarrar, Deputada do Conselho Legislativo Palestino
Voto	267	10-04-2015	Voto de Pesar pelo falecimento de José da Silva Lopes
Voto	266	10-04-2015	Voto de Pesar pelo falecimento de Manoel de Oliveira
Voto	263	27-03-2015	Voto de Pesar pelo falecimento de Herberto Helder
Voto	260	20-03-2015	Voto de Saudação à candidatura do processo de confeção da Louça Preta de Bisalhães à "Lista de Património Cultural Imaterial que necessita de salvaguarda urgente (UNESCO)
Voto	258	12-03-2015	Voto de Congratulação pelo título obtido por Nelson Évora no Campeonato Europeu de Atletismo em Pista Coberta de 2015.
Voto	256	06-03-2015	Voto de Pesar pelo falecimento do músico de Fernando Alvim
Voto	254	27-02-2015	Voto de Pesar pelo falecimento dos agentes da PSP Ricardo Filipe Santos e João Carlos Lopes Rainho
Voto	253	13-02-2015	Voto de Congratulação por ocasião do 25.º aniversário da libertação de Nelson Mandela
Voto	252	12-02-2015	Voto de Homenagem ao General Humberto Delgado
Voto	250	30-01-2015	Voto de Pesar pelo falecimento de Miguel Galvão Teles
Voto	249	30-01-2015	Voto de Pesar do Dia de Memória do Holocausto - 27 de janeiro 2015
Voto	242	09-01-2015	Voto de Condenação e Pesar pelo atentado no jornal francês Charlie Hebdo
Voto	240	19-12-2014	Voto de Condenação pelos atentados na Escola Militar de Peshawar
Voto	239	19-12-2014	Voto de Pesar pelo falecimento do almirante Vítor Crespo
Voto	238	19-12-2014	Voto de Congratulação pelo anúncio da normalização das relações entre a República de Cuba e dos Estados Unidos da América
Voto	236	18-12-2014	Voto de Saudação à Portuguesa Teresa Almeida
Voto	234	12-12-2014	Voto de Pesar pela morte de Fernando Machado Soares
Voto	233	04-12-2014	Voto de Solidariedade e Apelo à Resolução da Questão as Malvinas
Voto	232	04-12-2014	Voto de Congratulação pela inscrição do Cante Alentejano na Lista Representativa do Património Cultural e Imaterial da UNESCO
Voto	227	26-11-2014	Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Mascarenhas
Voto	226	25-11-2014	Voto de Congratulação pelo Ano Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino
Voto	224	31-10-2014	Voto de saudação de apoio à Candidatura do Cante Alentejano à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade
Voto	222	10-10-2014	Voto de pesar pela morte do cidadão saaraui Hasana Elwali
Voto	221	10-10-2014	Voto de pesar pela morte de Fernando Sousa
Voto	219	02-10-2014	Voto de Saudação à Seleção Portuguesa de Ténis de Mesa
Voto	216	19-09-2014	Voto de condenação sobre a recente evolução na situação no Iraque e na Síria e a ação criminosa do denominado "Estado Islâmico", ISIS
Voto	212	25-07-2014	Voto de Pesar pela morte dos passageiros e tripulantes do voo MH-17.
Voto	211	25-07-2014	Voto de Condenação da situação na Ucrânia e de solidariedade com o povo ucraniano.

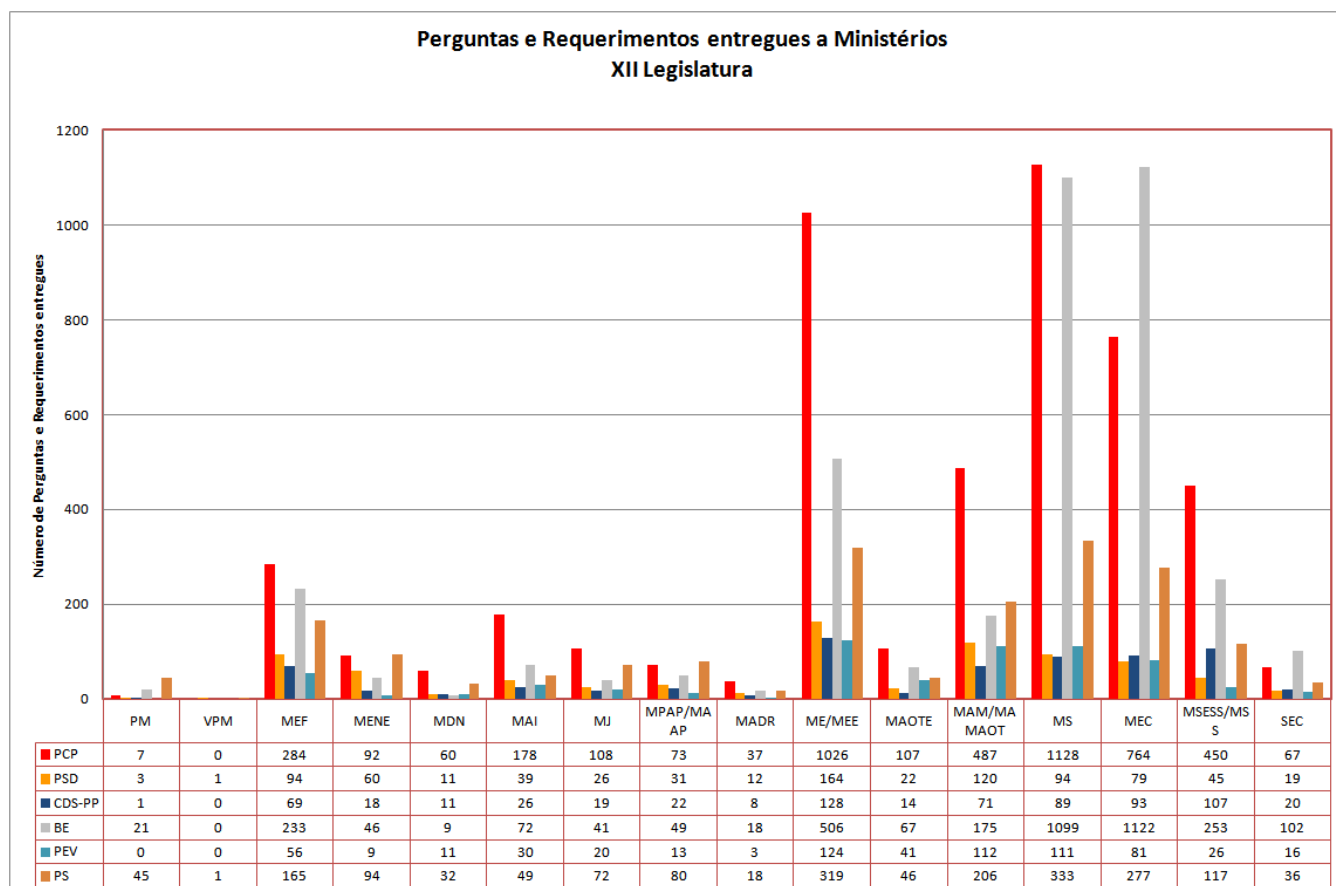
Voto	208	24-07-2014	Voto de Condenação dos crimes cometidos por Israel contra o povo palestino
Voto	193	09-05-2014	Voto de condenação pelo rapto de mais de 200 jovens estudantes por forças terroristas na Nigéria
Voto	191	09-05-2014	Voto de Pesar pelo falecimento de Rui Mário Gonçalves
Voto	183	21-03-2014	Voto de Pesar pelo falecimento do antigo Deputado Medeiros Ferreira
Voto	182	20-03-2014	Voto de pesar pelo falecimento de Luís Catarino
Voto	176	27-02-2014	Voto relativo à situação na Ucrânia
Voto	172	31-01-2014	Voto de Pesar pelas vítimas do Holocausto
Voto	168	10-01-2014	Voto de Pesar pelo falecimento de Eusébio da Silva Ferreira
Voto	167	10-01-2014	Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Seabra
Voto	166	10-01-2014	Voto de Pesar pelo falecimento de Albino Aroso
Voto	165	13-12-2013	Voto de Pesar pelo falecimento de Nadir Afonso Rodrigues
Voto	163	06-12-2013	Voto de Pesar pelo falecimento de Nelson Mandela
Voto	161	05-12-2013	Voto de Congratulação pela integração da Dieta Mediterrânica praticada em Portugal na lista do Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO.
Voto	160	29-11-2013	Voto de Pesar pelo falecimento de Alcino Soutinho
Voto	158	29-11-2013	Voto de Homenagem às Mulheres Assassinadas no contexto de uma Relação Afetiva.
Voto	157	29-11-2013	Voto de Pesar pelo falecimento de Alcino Soutinho
Voto	155	26-11-2013	Voto de Pesar pelas vítimas da tragédia nas Filipinas
Voto	154	11-10-2013	Voto de Pesar pela morte de Mário Ferreira Bastos Raposo
Voto	151	03-10-2013	Voto de Saudação ao ciclista Rui Costa
Voto	150	03-10-2013	Voto de Saudação ao tenista João Sousa
Voto	149	18-09-2013	Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim da Silva Mendes, Presidenta da Junta de Freguesia de Queirã - Vouzela
Voto	148	11-09-2013	Pelo falecimento de bombeiros nos incêndios florestais deste Verão
Voto	147	29-07-2013	Voto de pesar pelas vítimas dos acidentes ocorridos perto de Santiago de Compostela e em Itália
Voto	144	23-07-2013	De congratulação pelo sucesso dos atletas portugueses na 27.ª Universíadas de Verão - Kazan 2013
Voto	143	05-07-2013	Voto de Condenação pela atitude do Governo Português de recusar o sobrevoo e aterragem do avião presidencial da República da Bolívia em território nacional.
Voto	140	28-06-2013	Voto de Congratulação pela classificação da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia como Património da Humanidade
Voto	139	28-06-2013	Voto de pesar pelo falecimento de Herberto Goulart
Voto	138	27-06-2013	Voto de Pesar pelo falecimento de Osvaldo Castro
Voto	132	06-06-2013	Voto de condenação da repressão na Turquia
Voto	131	06-06-2013	Voto de Pesar pelo falecimento do Prof. António Rosa Mendes
Voto	129	30-05-2013	Voto de Congratulação - 50 anos da União Africana
Voto	128	23-05-2013	Voto de Congratulação, pela atribuição do Prémio Kenneth Hudson do Fórum Europeu dos Museus, ao Museu da Comunidade Concelhia da Batalha.
Voto	122	12-04-2013	Voto de Condenação e Preocupação sobre a situação na Península da Coreia
Voto	119	27-03-2013	Voto de Pesar pelo falecimento de João Honrado
Voto	118	27-03-2013	Voto de Pesar pelo falecimento de Óscar Lopes
Voto	117	22-03-2013	Voto de pesar pelas vítimas do mau tempo nos Açores
Voto	114	07-03-2013	Voto de Congratulação pelo Dia Internacional da Mulher
Voto	111	07-03-2013	Voto de Saudação à Atleta Sara Moreira
Voto	110	07-03-2013	Voto de Pesar pelo falecimento do Presidente Hugo Chávez
Voto	109	07-03-2013	Voto de pesar pelo falecimento de Eduardo Nery
Voto	107	14-02-2013	Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim Correia
Voto	106	13-02-2013	Voto de Saudação à iniciativa - one Billion Rising - pelo fim da violência contra as mulheres
Voto	102	31-01-2013	Voto de saudação pelo depósito da candidatura da Arrábida a Património Mundial da Unesco
Voto	98	04-01-2013	Voto de pesar pelo falecimento de Paulo Rocha
Voto	97	04-01-2013	Voto de pesar pelo falecimento do Capitão de Abril Marques Júnior

Voto	92	07-12-2012	Voto de congratulação pela admissão da Palestina como Estado observador das Nações Unidas
Voto	91	07-12-2012	Voto de pesar pelo falecimento de Papiniano Manuel Carlos Vasconcelos Rodrigues
Voto	90	07-12-2012	Voto de pesar pelo falecimento de Óscar Niemeyer
Voto	87	07-12-2012	Voto de pesar pelo falecimento de Joaquim Benite
Voto	84	29-11-2012	Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres
Voto	83	26-10-2012	Voto de Pesar por Manuel António Pina
Voto	76	21-09-2012	voto de pesar pelo falecimento de Luiz Fernando de Sousa Pires de Goes
Voto	74	20-09-2012	Voto de Pesar pelo falecimento de Emmanuel Nunes
Voto	71	06-07-2012	Voto de Congratulação pelo reconhecimento da Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações, como Património Mundial da Humanidade.
Voto	69	20-06-2012	Voto de Pesar pelo falecimento de Raul Nery
Voto	68	14-06-2012	Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria Keil
Voto	67	06-06-2012	Voto de condenação do massacre de AL-Houla e rejeita a estratégia de agressão e ingerência em curso sobre a Síria
Voto	65	01-06-2012	Voto de Saudação à Seleção Portuguesa de Atletismo para Atletas com Síndrome de Down
Voto	63	18-05-2012	Voto de Saudação do Dia Internacional de Museus
Voto	60	04-05-2012	Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Lopes
Voto	56	30-03-2012	Voto de pesar pelo falecimento de António Tabucchi
Voto	55	30-03-2012	Voto de Saudação pela comemoração do Dia Internacional para a Consciencialização do Autismo
Voto	50	08-03-2012	Voto de congratulação pelo Dia Internacional da Mulher - Em defesa dos direitos das mulheres
Voto	42	22-02-2012	Voto de congratulação pela distinção de dois cineastas portugueses no Festival Internacional de Cinema de Berlim a Berlinale 2012
Voto	37	13-01-2012	Voto de Pesar pelo falecimento de Pedro Osório
Voto	36	11-01-2012	Voto de Pesar pelo falecimento do Presidente da Guiné-Bissau Malam Bacai Sanhá
Voto	34	22-12-2011	Voto de Pesar sobre o falecimento de Cesária Évora
Voto	31	15-12-2011	Voto de saudação pela passagem do 35.º Aniversário das Primeiras Eleições Autárquicas
Voto	30	15-12-2011	Voto de Pesar sobre o falecimento de Luiz Francisco Rebello
Voto	29	07-12-2011	Voto de Saudação pela Comemoração do Centenário do Nascimento de Manuel da Fonseca
Voto	28	02-12-2011	Voto de Congratulação pela nomeação de Irene Fonseca para Presidente da SIAM - Society for Industrial and Applied Mathematics
Voto	26	30-11-2011	Voto de Congratulação pelo reconhecimento do "Fado Património da Humanidade"
Voto	22	07-10-2011	Voto de Congratulação pela atribuição do Prémio Nobel da Paz em 2011
Voto	18	22-09-2011	Voto de Pesar pelo falecimento de Aristides Pereira, primeiro Presidente da República de Cabo Verde
Voto	16	22-09-2011	Voto de Pesar pela morte de Júlio Resende
Voto	15	16-09-2011	Voto de Saudação pela Defesa do Serviço Nacional de Saúde
Voto	8	29-07-2011	Voto de Condenação e Pesar pelos atentados na Noruega
Voto	1	30-06-2011	Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Fernando José Russo Roque Correia Afonso

18. Perguntas e Requerimentos

(atualizado a 07/07/15)

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/PerguntasRequerimentos.aspx>



Total de Perguntas e Requerimentos entregues na XII Legislatura

	Governo	Outras entidades	Total
PCP	4868	40	4908
BE	3813	4765	8578
PS	1890	404	2294
PSD	820	973	1793
CDS-PP	696	4221	4917
PEV	653	10	663